

VIRTUALIZAÇÃO DO MUSEU DO CBMERJ COMO FORMA DE PROPORCIONAR IDENTIFICAÇÃO E SENSO DE PERTENCIMENTO AO BOMBEIRO MILITAR



**CAPITÃO BM ANTÔNIO DA SILVA MAMEDE
CAPITÃO BM LEONARDO RIGO FILIPPELLE ALVES
CAPITÃO BM VINÍCIUS RIBEIRO RODRIGUES
CAPITÃO BM RAFAEL PESSANHA GOIS**

**VIRTUALIZAÇÃO DO MUSEU DO CBMERJ COMO FORMA DE
PROPORCIONAR IDENTIFICAÇÃO E SENSO DE
PERTENCIMENTO AO BOMBEIRO MILITAR**

**CAPITÃO BM ANTÔNIO DA SILVA MAMEDE
CAPITÃO BM LEONARDO RIGO FILIPPELLE ALVES
CAPITÃO BM VINÍCIUS RIBEIRO RODRIGUES
CAPITÃO BM RAFAEL PESSANHA GOIS**

**VIRTUALIZAÇÃO DO MUSEU DO CBMERJ COMO FORMA DE
PROPORCIONAR IDENTIFICAÇÃO E SENSO DE
PERTENCIMENTO AO BOMBEIRO MILITAR**

1ª Edição

Quipá Editora
2025

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Dra. Leonice Alves Pereira Mourad, UFSM
Dr. Marcos Adriano Barbosa de Novaes, UECE
Dra. Maria Eneida Feitosa, URCA
Dra. Maria Iracema Pinho de Sousa, UFCA
Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, IFCE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G616v

Virtualização do museu do CBMERJ como forma de proporcionar identificação e senso de pertencimento ao Bombeiro Militar/ Capitão BM Antônio da Silva Mamede, Capitão BM Leonardo Rigo Filippelle Alves, Capitão BM Vinícius Ribeiro Rodrigues e Capitão BM Rafael Pessanha Gois. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2025.

119 p. : il.

ISBN 978-65-5376-493-4

1. Comunicação. 2. Museu Virtual. I. Mamede, Antônio da Silva. II. Alves, Leonardo Rigo Filippelle. III. Rodrigues, Vinícius Ribeiro. IV. Gois, Rafael Pessanha. V. Título.

CDD 380

Obra publicada pela Quipá Editora em outubro de 2025.

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

A Deus, por abençoar os nossos caminhos e nos dar a paz de espírito necessária para iluminar nossos pensamentos.

Às nossas famílias, pela paciência e pelo apoio tão fundamentais para a perseverança no trabalho.

Ao nosso orientador pelos grandes ensinamentos.

À memória dos heróis do fogo tombados no cumprimento da missão.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos chefes e companheiros de trabalho por acreditarem na seriedade do nosso empenho e na busca de conhecimento como fator crítico de sucesso para a Corporação ao cobrirem as nossas ausências nas missões do dia a dia.

Ao Comando Geral e ao Estado Maior da Corporação pela dedicação claramente observada ao longo dos últimos anos em cuidar da caserna e promover a autonomia dos militares num contexto de inovação e progresso contínuo.

“... ao passo que sobre a Sabedoria não prevalece o mal.” Sabedoria 7:30

.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido a fim de atender à proposta temática da Escola Superior de Comando de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro (ESCBM/CBMERJ): VIRTUALIZAÇÃO DO MUSEU DO CBMERJ, que visa atingir ao objetivo estratégico: FORTALECER A DOCTRINA, VALORES, TRADIÇÃO E A HISTÓRIA MILITAR. Assim sendo, durante as pesquisas bibliográficas foram encontrados os conceitos-chave, como o de identificação, senso de pertencimento, memória e museu virtual.

Foram encontradas, além de boas práticas e estudos de caso, muitas discussões conceituais relevantes sobre os desafios e o papel da museologia nos tempos atuais, em especial com a questão da virtualização de museus.

Ademais, foi estudada a realidade interna do CBMERJ a fim de filtrar quais aspectos dos estudos bibliográficos teriam potencial de serem aplicados e/ou observados na Corporação, através de uma pesquisa com o seu público interno visando compreender os seus anseios e necessidades.

Palavras-Chaves: museu virtual, comunicação, identidade, pertencimento, CBMERJ.

INTRODUÇÃO

“... portanto, o intelecto conhece um e outro [o universal e o singular], mas de duas maneiras diferentes: ele conhece a natureza da species, ou o que é, tendendo diretamente para ela [directe extendendo se in ipsam] e o próprio singular mediante uma certa reflexão enquanto retorna sobre as imagens das quais foram abstraídas as species inteligíveis.”

(S. Thomae de Aquino, *apud* Filho, 2013)

Muitos autores discorreram sobre o tema dos universais, cada um à sua maneira. De uma forma geral, pode-se dizer que se trata da modalidade de obtenção de conhecimento na qual o ser humano, passivamente, consegue captar no particular, o universal e vice-versa. Pois, ao mesmo tempo que capta a presença física de um objeto, também percebe a forma abstrata de sua espécie, e, por contraste com todas as transformações, consegue vislumbrar a eternidade de sua natureza, o que lhe garante a permanência de sua identidade. Daí origina-se o verdadeiro significado e sentido das coisas.

Se em cada presença física é possível captar a natureza universal das espécies sempre repletas de potência, mais rico e complexo será o processo em objetos representativos dos grandes feitos e das histórias de uma sociedade, como é o caso daqueles conservados em acervos museológicos.

“Para compreender uma civilização, é preciso amá-la, e isto só se consegue graças aos valores permanentes, de validade universal, que ela implique. Tais valores costumam coincidir fundamentalmente em todas aquelas culturas que não servem só para o bem-estar físico, mas se preocupam com o homem total, ancorado no eterno. Sem tais valores, a vida não tem sentido.”
(Burckhardt, 1977 *apud* Carvalho, 2016)

Os valores permanentes de validade universal fundamentam a vida humana de sentido. E, para eles, as atenções devem ser dirigidas quanto tratamos dos objetos representativos da história, pois só assim é possível proporcionar um interesse geral.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) é uma instituição pública sesquicentenária dotada de uma história repleta de grandes demonstrações de valores universais, como a coragem, o companheirismo, espírito de corpo, comprometimento, abnegação, iniciativa, caridade, resiliência, entre muitos outros valores capazes de provocar o deslumbramento do espírito e o seu conseqüente engrandecimento. E possui na sua estrutura, o Centro Histórico Cultural (CHC), órgão cuja finalidade visa promover a Cultura e a História da Corporação, operando, principalmente, a partir do Museu e da Banda de Música.

No mundo contemporâneo, é um desafio inestimável comunicar, a partir da exposição do acervo de um Museu, os valores universais necessários à contemplação e, a partir deles, atingir o público no seu íntimo, proporcionando identificação e senso de pertencimento. Portanto, a proposta para esta odisseia não poderia deixar de passar pelo conceito de Virtualização, algo tão necessário na sociedade atual marcada pela liquidez e volatilidade da pós-modernidade. Assim sendo, este grupo de pesquisa vislumbrou neste Trabalho de Conclusão de Curso uma ótima oportunidade para revisar as potencialidades do Museu do CBMERJ ainda carente de uma estrutura virtual, a fim de orientar essa navegação entre os aspectos mutáveis e imutáveis que compõem o sentido histórico-representativo das exposições museológicas.

Para isso, foi necessário compreender e discutir com profundidade os conceitos teóricos relacionados à museologia, em especial os novos conceitos relacionados a virtualização de museus, naquilo que couber a situação concreta e atual do CHC, além de compreender os anseios e necessidades dos Bombeiros-Militares, a fim de apresentar não uma solução definitiva, mas um caminho a ser percorrido para atingir o objetivo estratégico que a Corporação almeja. E foi dessa forma que a presente pesquisa foi elaborada.

“O conceito de museu virtual está em constante construção e é fácil confundirmo-nos com as outras denominações, tais como: **museu eletrônico, museu digital, museu online, museu hipermídia, meta-museu, museu cibernético, cibermuseu e museu no ciberespaço**. Por se tratar de uma temática ainda muito nova na museologia, não há um consenso em relação ao que é considerado museu virtual e o que seria apenas um site de museu. **A maioria dos autores que trabalha com a questão aponta para uma definição ligada à virtualização dos objetos e sua apresentação online, sem uma discussão mais profunda sobre os aspectos teóricos deste tipo de abordagem.**

Pode-se perceber, então, que, apesar da maioria dos museus se encontrar, em menor ou maior grau, presente na *Internet*, não se pode classificar como museu virtual com base em tão somente este critério. **Assim, para que um ele seja efetivamente considerado como “virtual”, não basta que haja uma espécie de digitalização do acervo e a sua disponibilização no endereço eletrônico, é preciso que exista realmente a “virtualização” desse espaço deverá existir uma interação com o público.**

Nessa perspectiva, é possível definir os museus virtuais como “um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com os utilizadores. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio”. (Zaganelli & Parente, 2019) *grifo nosso*

Daí, percebe-se a profundidade da temática, pois aquilo que, à primeira vista, poderia parecer simples ao gestor, com uma pesquisa mais aprofundada verificou-se ser de uma enorme complexidade. Portanto, este grupo, aproveitando a oportunidade do ambiente de pesquisa, optou por buscar tal aprofundamento a respeito desse ambiente inovador que é a virtualização dos museus.

Encontramos, então, inúmeros trabalhos de diferentes tipos, que nos serviram como estudos de caso, boas práticas e discussões conceituais relacionando a museologia com diferentes conceitos,

como: identidade; senso de pertencimento; comprometimento organizacional; virtualização; memória, entre muitos outros que serão apresentados à frente. Além disso, o grupo de trabalho realizou diligências no Forte de Copacabana e na Biblioteca Nacional a fim de aprofundar os conhecimentos sobre as práticas e as perspectivas da gestão dos museus relacionadas à temática deste estudo. Também, foram realizadas visitas em Grupamentos do Corpo de Bombeiros com o intuito de executar entrevistas semiestruturadas com grupos focais tendo por objetivo conhecer os anseios, as necessidades e as perspectivas dos Bombeiros Militares no tocante a sua identificação, senso de pertencimento, conhecimento da história institucional e do Museu do CBMERJ.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - ANTIGO MUSEU HISTÓRICO DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – QUARTEL DO MÉIER.	14
FIGURA 2 - MAPA DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – LOCALIZAÇÃO DO QUARTEL CENTRAL DO COMANDO GERAL – QCG. FONTE: GOOGLEMAPS, 2023.	14
FIGURA 3 - CHC RECEBENDO O PÚBLICO INFANTIL E CONDUZINDO A VISITAÇÃO PELO MUSEU HISTÓRICO DO CBMERJ.	15
FIGURA 4- CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO MUSEU E DO BECO DO KAOL NO INTERIOR DO QGC (FOTO OBTIDA POR SATÉLITE).	16
FIGURA 5 - ESTRUTURA DE DENTRO DO 1PAVIMENTO DO MUSEU – FONTE: ACERVO DO CENTRO HISTÓRICO E CULTURAL, 2023.	17
FIGURA 6 - ESTRUTURA DO 2 PAVIMENTO DO MUSEU – FONTE: ACERVO DO CENTRO HISTÓRICO E CULTURAL, 2023.	17
FIGURA 7 - QUARTEL CENTRAL DO COMANDO GERAL, ENTRADA DA ANTIGA OFICINA, ATUALMENTE MUSEU DA CORPORAÇÃO – FONTE: ACERVO DO CENTRO HISTÓRICO E CULTURAL, 2023.	18
FIGURA 8 - VISITA TÉCNICA NA BIBLIOTECA NACIONAL (FONTE: AUTORES,2022).	73
FIGURA 9-VISITA TÉCNICA NO FORTE DE COPACABANA (FONTE: AUTORES,2022).	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
SOBRE O CBMERJ	12
LEGISLAÇÕES SOBRE MUSEU	20
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	58
DISCUSSÃO	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
APÊNDICE 1	89
APÊNDICE 2	93
APÊNDICE 3	99
APÊNDICE 4	102
APÊNDICE 5	109
APÊNDICE 6	113

SOBRE O CBMERJ

A HISTÓRIA

A história do CBMERJ se inicia quando o Brasil, mais especificamente o Rio de Janeiro, em meados do século XIX, passava por vários incêndios relevantes, ocasião em que foi observada a necessidade de centralizar a administração dos diversos organismos que, até então, atuavam improvisadamente no serviço de extinção de incêndio. Eram eles: os Arsenais de Guerra e Marinha, as Repartições de Obras Públicas e a Casa de Correção. Foi assim que, em 02 de julho de 1856, Dom Pedro II, através do Decreto nº 1.775, criou o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, com o objetivo de atingir uma maior eficiência no controle de incêndios na capital do Império. E, logo em seguida, em 1860, o Corpo deixou de ser provisório e passou a se chamar Corpo de Bombeiros da Corte.

Segundo Caúla (2023), no ano de 1880, a Corporação se tornou militar, e com a Proclamação da República, em 1889, a instituição passou a denominar-se Corpo de Bombeiros da Capital Federal. Posteriormente, com a transferência da Capital Federal para Brasília, no ano de 1960, o antigo Distrito Federal, o Rio de Janeiro, foi transformado no Estado da Guanabara e a Corporação passou, então, a denominar-se Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara (CBEG).

“No dia 21 de abril de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira inaugurou Brasília, transferindo a capital do país e transformando o antigo Distrito Federal no Estado da Guanabara, passando a Corporação do ex-Distrito Federal a denominar-se Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara (CBEG)” (Caúla, 2023)

Apenas em 1975, devido a dissolução do Estado da Guanabara, a Corporação passou a ser denominada como Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBERJ). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi estabelecida as atribuições dos Corpos de Bombeiros Estaduais e do Distrito Federal, assim como foi assegurada a condição de militares aos seus integrantes. Por isso, no ano de 1995, foi introduzido o termo “militar”, passando o CBERJ a ser designado Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), sendo sua finalidade reforçar sua condição de Força Auxiliar, reserva do Exército Brasileiro.

O Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 880, de 25/07/1985) preconiza os seguintes valores:

Art. 24 - São manifestações essenciais do valor de Bombeiro Militar:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever de Bombeiro Militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria e integral devotamento à segurança da comunidade, até com o sacrifício da própria vida;

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

III - a fé na elevada missão do CBERJ;

IV - o espírito de corpo, orgulho de Bombeiro Militar pela organização onde serve;

V - o amor à profissão de Bombeiro Militar e o entusiasmo com que é exercida; e VI - o aprimoramento técnico-profissional.

Art. 25 - O sentimento do dever, o pundonor de Bombeiro Militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes do CBERJ, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância dos seguintes preceitos da ética de Bombeiro Militar;

I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade pessoal;

[...]

VI - zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

VII - empregar todas as suas energias em benefício do serviço;

VIII - praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;

Evidenciando, desta feita, a importância das tradições, do espírito de corpo e da constante busca por aprimoramento para oferecer um serviço de qualidade à sociedade, conforme o lema da corporação: “**VIDA ALHEIA E RIQUEZAS SALVAR**”, do latim, *alienam vitam et bona salvare*.

O museu

O Quartel Central do Comando-Geral do CBMERJ (QCG), foi inaugurado em 1908, com obra projetada por Francisco Marcelino de Souza Aguiar, ex-Comandante da Corporação e Marechal de Exército, e feita com estrutura de ferro importada da Europa que serve de destaque na paisagem arquitetônica e urbanística da cidade. Não se sabe ao certo os motivos do QCG ter sido construído naquela localidade. Mas é importante observar que o seu entorno tem uma grande importância histórica. Pimentel nos informa que:

“O Campo de Santana, nome também dado a Praça da República, implantada, é a praça do Rio de Janeiro que abriga o maior número de instituições públicas em seu endereço. Nela estão instalados, o Tribunal de Contas do Estado, o Hospital Souza Aguiar, o Arquivo Nacional (Antiga Casa da Moeda), a Faculdade de Direito da UFRJ (sede do Senado entre 1826 e 1925), o Museu do Corpo de Bombeiros, o Museu do Exército, a Casa Histórica de Deodoro, a Escola Técnica de Teatro Martins Pena. Registra, ainda, que a Central do Brasil e o Palácio Duque de Caxias tinham endereço no Campo de Santana até a abertura da Avenida Presidente Vargas, construída na década de 1940.” (Pimentel, 2017)

A atual Praça da República foi palco de momentos marcantes da história do País. Pimentel (2017) prossegue informando que o Campo de Santana foi o “Campo da Cidade” e abrangia, até o início do século XVIII, toda a área compreendida entre o limite do centro urbano, na Rua da Vala (atual Uruguaiana), e o Mangal de São Diogo (Cidade Nova). Com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, o Campo de Santana ganhou mais benfeitorias e, por ser um lugar considerado adequado às manobras militares, foi escolhido para abrigar o Quartel do Regimento da Tropa. Neste local, foram

realizados eventos importantes como a aclamação do imperador D. Pedro I, a Proclamação da República Brasileira¹ e os protestos da Revolta da Vacina.

O Centro Histórico e Cultural (CHC) foi criado em 2 de julho de 1977, inicialmente localizado dentro do Quartel do Méier, conforme as informações do próprio CHC, como demonstrado na figura 01. Sua finalidade era preservar a memória e a trajetória histórica do primeiro Corpo de Bombeiros oficial do Brasil.



Figura 1- Antigo Museu Histórico do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro – Quartel do Méier
Fonte: CHC, 2023.

O CHC foi transferido para o QCG e atualmente está situado na Praça da República, 45 – Centro - Rio de Janeiro – RJ, conforme figura 02.

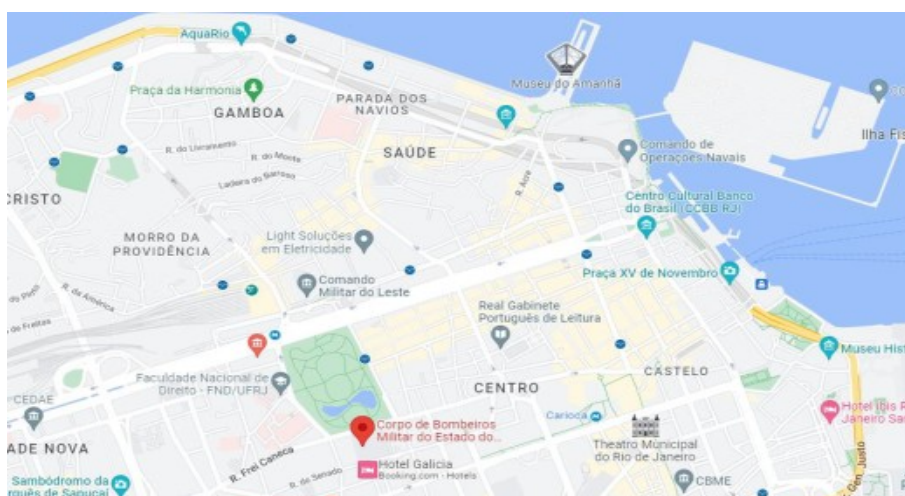


Figura 2 - Mapa da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro – Localização do Quartel Central do Comando Geral – QCG. Fonte: GoogleMaps, 2023.

¹ A casa de Deodoro da Fonseca ficava em frente ao Campo de Santana.

O Museu faz hoje a demonstração de parte do acervo histórico do CBMERJ e compartilha com a comunidade fluminense e os Bombeiros Militares parte de suas tradições e história, conforme a figura 03. Compõem a estrutura do CHC, o Museu, o Arquivo Geral, a Reserva Técnica e o Grupamento de Bombeiro Músico (GBMUS), com a missão de promover e fortalecer a Doutrina, os Valores, a Tradição e a História Militar desta sesquicentenária Corporação.



Figura 3 - CHC recebendo o público infantil e conduzindo a visitação pelo Museu Histórico do CBMERJ

Feitosa (2022) descreve que:

“[...] o Museu do CBMERJ fica num prédio onde anteriormente funcionava a oficina do corpo, inaugurada em 1897. A data de construção do prédio é imprecisa, pois a aquisição do terreno data de 1905, ao passo que outros documentos sinalizam o funcionamento da oficina anterior a 1897. Acreditamos que a oficina funcionava na estrutura antiga, que fora demolida, e esse novo prédio faz parte das novas construções, não descartando que a data de 1897 se refira à reinauguração da oficina, construída antes mesmo da desapropriação do terreno para uso do Corpo de Bombeiros.” (Feitosa, 2022)

Logo abaixo, a figura 04 apresenta a vista área da estrutura atual do Quartel do Comando Geral, com suas estruturas administrativas, pátio com sua torre de exercícios e corredor, conhecido como “Beco do Kaol”, que segue para entrada do Museu da Corporação possuindo ainda uma saída lateral para uma quadra esportiva.



Figura 4- Croqui de localização do Museu e do Beco do Kaol no interior do QGC (foto obtida por satélite).
Fonte: 02/02/2021 – CBMERJ, 2023

Em 18 de dezembro de 1978, o QCG foi objeto de Tombamento Provisório, com a seguinte justificativa:

“Neste mesmo local funcionou desde 1856 o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte. Em 1908, sendo insuficientes as antigas instalações, foi construído o edifício atual, segundo projeto do engenheiro militar Francisco Marcelino de Souza Aguiar, futuro prefeito do Distrito Federal e autor de outros edifícios públicos. É exemplar notável do gosto eclético em que a decoração exterior articula elementos de arquitetura militar numa composição imponente. Do pátio interno vislumbra-se a notável estrutura metálica que dá leveza e funcionalidade aos alojamentos, garagem, cassino, refeitório e escritórios. O museu temático no interior conserva peças representativas da história do combate aos incêndios no Rio de Janeiro”. (Feitosa, 2023)

Em 13 de fevereiro de 1979, ocorreu o Tombamento Definitivo e, em 29 de setembro, foi promulgada a Lei Estadual Nº 5.791:

Art. 1º Fica tombado por seu relevante valor histórico, arquitetônico e cultural o imóvel de uso do Quartel Central do Corpo de Bombeiros, situado na Praça da República nº 45, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. No prédio tombado o uso será permanente e exclusivamente destinado ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

Isso se justifica pois o Marechal Souza Aguiar era um renomado engenheiro militar de seu tempo, sendo responsável por projetos arquitetônicos que se tornaram patrimônios do nosso país, como

o Hospital do Exército, no bairro de Benfica, o Palácio Guanabara, e na Cinelândia, a Biblioteca Nacional e o Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal, demolido na década de 1970.

No ano de 2006, a edificação passou por uma ampla reforma. Foi realizada uma reestruturação museológica e museográfica que teve como principal objetivo adequar o novo projeto arquitetônico e estrutural da edificação ao acervo histórico do museu conforme figuras 05 e 06.



Figura 5 - Estrutura de dentro do 1º pavimento do Museu – Fonte: Acervo do Centro Histórico e Cultural, 2023.



Figura 6 - Estrutura do 2º pavimento do Museu – Fonte: Acervo do Centro Histórico e Cultural, 2023.

Seu formato é dividido em quatro seções e dois andares onde, no primeiro piso, as seções se ligam através de linhas retas, como se fossem ruas, em um centro comum, possui, ainda, um trilho

suspenso por onde eram transportados os materiais da oficina, conforme a figura 05. O segundo piso serve atualmente como um espaço de confraternização, de reuniões da tropa, exposições temporárias etc., conforme a figura 06.

Sobre o acervo, Feitosa (2022) comenta que:

“O Museu do CBMERJ possui em seu acervo uma variedade de itens, que podem apresentar alternância em sua exposição; dentre eles há documentos de 1856, baldes de couro do século XIX, bombas hidráulicas manuais, caixas avisadoras de incêndio, tritoniton (instrumento musical do século XIX) e diversas viaturas que mostram a evolução da corporação, desde os veículos puxados a burro e entre estes a primeira ambulância da corporação e provavelmente do Brasil, de 1899, até uma prancha e moto aquática que sinalizam novas áreas de atuação de salvamento do Corpo de Bombeiros. Um detalhe curioso é que, dentro do próprio museu, ao lado de uma das escadas mecânicas (AEM 02) do século XX, é possível visualizar um enorme edifício que ocupa todo o quarteirão circundado pelas Ruas do Senado e dos Inválidos, Avenida Henrique Valadares e Rua do Dídimo; ali é possível concretizar a evolução através dos tempos na verticalização da cidade e o contraste das antigas tecnologias e materiais com as atuais necessidades.” (Feitosa, 2022)

A visita pelo museu se inicia na entrada do QCG, haja vista que o próprio quartel já fazer parte da história da Corporação. O militar informa ao público algumas das histórias ali vividas e, em seguida, os direciona ao histórico corredor chamado “Beco do Kaol”. Feitosa (2022) descreve que ali era realizado o polimento das viaturas com o produto da marca “Kaol” nas suas diversas partes de metal (ferro, cobre ou bronze), conforme figura 07 abaixo, onde prossegue sua narrativa até a entrada da antiga oficina. Portanto, a experiência museológica se inicia bem antes da chegada a estrutura física do museu.



Figura 7 - Quartel Central do Comando Geral, entrada da antiga oficina, atualmente museu da corporação –. Fonte: Acervo do Centro Histórico e Cultural, 2023.

O ambiente virtual

Sobre a temática do presente trabalho, além do CHC, o CBMERJ conta com uma Assessoria de Informática (ASSINFO), um órgão subordinado a Secretaria de Estado de Defesa Civil (Decreto Estadual nº 48.261/2022), cuja missão é atuar na governança, gestão e fornecimento de soluções tecnológicas que garantam o uso eficiente e racional dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhados com os objetivos estratégicos da SEDEC.

Atualmente, seus serviços estão em constantes atualizações para atender à dinâmica das demandas da Corporação, e isso inclui a previsão para a virtualização do Museu do CBMERJ.

O presente trabalho não buscou definir as especificações técnicas no tocante às necessidades de infraestrutura computacional para implementação da virtualização, haja vista que antes disso deve ser compreendido com maior clareza o que se almeja e de que modo alcançar. Ademais, o esforço para tal empreitada é demasiadamente multidisciplinar e perpassa vários níveis de decisão.

LEGISLAÇÕES SOBRE MUSEU

As normativas brasileiras sobre Museus começaram quando a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) com a dupla função de tombamento e conservação² dos bens históricos, artísticos e culturais no Brasil, além de atribuir ao Governo Federal a responsabilidade de protegê-los.

Um outro marco, como afirma Canani (2005), foi quando, em 1964, foi firmada a Carta de Veneza, que disseminou em escala global o conceito de patrimônio cultural e as práticas de preservação associadas a ele. E prossegue citando que: “a partir desse momento, as ideias de conservação passaram a ser aplicadas também às cidades e à sua estrutura urbana, com uma ênfase nos valores estéticos das construções”.

O Decreto Legislativo nº 71, de 28 de novembro de 1972, e o Decreto nº 72.312, de 31 de maio de 1973, aprovaram e promulgaram, respectivamente, as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação e transferência de bens culturais, aprovada pela XVI Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Paris, de 12 de outubro a 14 de novembro de 1970.

E, em 1977, o Brasil aderiu a Convenção do Patrimônio Mundial por meio do Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977, ocasião em que foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial, definindo as medidas para a identificação, proteção, conservação e transmissão às futuras gerações o patrimônio cultural e natural.

A Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, dispôs sobre a regulamentação da profissão de museólogo, além da criação do Conselho Federal de Museologia (COFEM), órgão fiscalizador da profissão.

A Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, alterou o nome do SPHAN para Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e a Medida Provisória nº 610, de 8 de setembro de 1994, mudou a nomenclatura do IBPC para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (o atual IPHAN).

A Política Nacional de Museus foi publicada em 16 de maio de 2003 e estabeleceu os princípios da democratização das instituições e do acesso aos bens culturais; valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, entendendo-os como estratégicos nos processos identitários; desenvolvimento de práticas e políticas educacionais; reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades de participar; do estímulo aos diferentes tipos de museus, como ecomuseu, museu

² Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – institui os dispositivos do tombamento e conservação e atribui ao SPHAN.

comunitário, museus locais entre outros; incentivo à programas de conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural musealizados; e o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes.

O Decreto-Lei nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, institui o Sistema Brasileiro de Museus, porém é substituído pelo Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013, que conceitua os bens culturais musealizados como aqueles bens culturais e naturais “que se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território”, os quais estão sob proteção de museus, portanto, constituindo um patrimônio museológico. E coloca o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado em 2009 pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro, como órgão responsável de regular, fomentar e fiscalizar o setor museológico. A definição de Museu presente no Decreto-Lei 5.264 é:

IX - Museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Apesar da pesquisa estar focada no acervo físico, é importante citar que o processo de virtualização pode tangenciar alguns debates sobre a questão do patrimônio digital haja vista que a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital, publicada pela UNESCO em 17 de outubro de 2003, indica duas classificações:

“(...) o patrimônio que nasce eletronicamente, de valor e significância duradouros (UNESCO, 2003); e também o uso de ferramentas digitais para fins de preservação, **com a duplicação (especialmente através de digitalização) de espaços e acervos, que, em novo contexto, são potencializados pelas características do ciberespaço.**” (Serres, Nunes & Reis, 2015) *grifo nosso*

Além de definir que o patrimônio digital:

“(...) consiste de recursos únicos do conhecimento e expressão humana. Abrange recursos culturais, educacionais, científicos e administrativo, assim como técnicos, legais, médicos e **outros tipos de informação criada digitalmente, ou convertida para forma digital a partir de recursos analógicos já existentes.** (Serres, et al., 2015 *apud* UNESCO, 2003, p. 1-2) *grifo nosso*

O Código de Ética dos Museus, aprovado em 1986 e revisado em 2004 pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), prevê, no tópico 6, que os museus devem refletir o “*patrimônio cultural e natural das comunidades de onde provêm.*” Além disso, ressalta que o “seu caráter ultrapassa aquele dos bens comuns, podendo envolver fortes referências à identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política”. Pela pesquisa estar focada no Museu Histórico do CBMERJ, o acervo é

originário da comunidade interna dos Bombeiros Militares, portanto, a virtualização do Museu pode favorecer a cooperação com essa comunidade sob os diversos prismas que o Código de Ética menciona.

“O código de ética rejeita a ideia errônea de que os museus servem apenas como depósitos de objetos, reafirmando o compromisso deles com a pesquisa científica, a educação, a preservação e a valorização da herança nacional e internacional, natural e cultural.” (Costa, 2020)

A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, institui o Estatuto dos Museus e cria o Sistema Nacional de Museus (SNM), regulado pelo mesmo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que cria o IBRAM com a função de coordenar o SNM, além das funções já mencionadas. Acrescenta o objetivo de promover o desenvolvimento cultural, socioeconômico e à participação das comunidades. Estabelece como princípios: a valorização da dignidade humana; a promoção da cidadania; o cumprimento da função social; a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; e o intercâmbio institucional.

Ademais, a Política de Patrimônio Cultural do IPHAN, instituída pela Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, estipula os seguintes princípios:

- I. Princípio da Humanização. A preservação do patrimônio cultural material deve considerar sua contribuição para garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana;
- II. Princípio da Indissociabilidade. Não deve haver separação entre os bens culturais materiais patrimonializados e as comunidades que os tem como referência;**
- III. Princípio da Ressignificação. Constantemente novos significados são atribuídos ao patrimônio cultural material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado;**
- IV. Princípio da Responsabilidade Compartilhada. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o patrimônio cultural material;
- V. Princípio da Colaboração. A preservação do patrimônio cultural material exige a colaboração e cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público e sociedade;**
- VI. Princípio da Participação Ativa. Deve ser assegurada à sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material;**
- VII. Princípio da Atuação em Rede. A gestão do patrimônio cultural material ganha escala e qualidade quando estabelece redes entre instituições, públicas e privadas, sociedade organizada e profissionais da área de preservação;
- VIII. Princípio do Desenvolvimento Sustentável. A geração atual deve ser capaz de suprir suas necessidades, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações;
- IX. Princípio da Integração. O meio ambiente é fruto da interação do conjunto de elementos naturais e culturais, que propiciam o desenvolvimento da vida em todas as suas formas;
- X. Princípio do Direito à Cidade. Todos têm direito a um ambiente urbano que garanta o usufruto da estrutura, dos serviços, equipamentos e espaços públicos e comunitários da cidade de forma equânime e inclusiva;
- XI. Princípio do Acesso Equitativo. Todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais patrimonializados e os recursos do meio ambiente;
- XII. Princípio da Precaução. Não se pode intervir em um bem cultural material patrimonializados antes de demonstrar que a ação não será adversa ao bem;

XIII. Princípio da Prevenção. Deve ser garantido o caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e avaliação das obras ou intervenções e atos suscetíveis de afetar os bens culturais materiais patrimonializados;

XIV. Princípio da Reparação. Todo dano sofrido por um bem cultural material patrimonializado, sempre que possível, deverá ser reparado;

XV. Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais. O reconhecimento e a consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural são a base de uma Política justa e equânime;

XVI. Princípio da Transversalidade. Há necessidade de articulação e de envolvimento harmonizado de todas as políticas setoriais que influenciam ou dizem respeito ao patrimônio cultural;

XVII. Princípio do Direito à Informação. O conhecimento produzido a respeito do patrimônio cultural material deve ser disponibilizado, em linguagem e meios acessíveis, à Sociedade; e

XVIII. Princípio do Direito ao Controle Social. O Cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PPCM. (IPHAN, 2018) *grifo nosso*

O princípio da indissociabilidade coloca a comunidade interna dos Bombeiros Militares como prioridade na ótica da preservação do patrimônio cultural do CBMERJ, enquanto o princípio da colaboração e da participação ativa exige a cooperação entre as diferentes esferas do poder público e da sociedade.

No que tange ao processo de virtualização, é possível que haja uma ressignificação do acervo, haja vista os novos campos de possibilidades que podem ser abertos. Contudo, isto não configura algo necessariamente prejudicial, pois há essa previsão no princípio da ressignificação, com a ressalva da necessidade de respeitar as diversidades geográficas, socioeconômica e cultural, devendo ser considerada toda essa variabilidade no tocante ao público interno do CBMERJ. Além disso, a virtualização também promove o princípio do direito à informação.

No que diz respeito ao princípio da transversalidade, o Museu Histórico do CBMERJ encontra-se numa situação em que muitas políticas, normativas e legislações se cruzam, tanto no âmbito externo sobre o patrimônio cultural, quanto no âmbito interno referente às normativas internas da Corporação, o que necessitaria de uma análise integrativa a fim de atender tanto a sociedade, quanto a comunidade de referência composta pelos Bombeiros Militares.

A HISTÓRIA DOS MUSEUS

As Origens

A História dos Museus é bastante reveladora na medida em que evidencia as razões pelas quais o homem decidiu colecionar objetos. Conforme afirma Costa (2020), a etimologia da palavra “museu” tem origem no vocábulo latino *museum* derivado da palavra grega *mouseion* que se referia aos templos que abrigavam as nove musas, filhas dos deuses: Zeus, que representa o poder; e Mnemosine, que

representa a memória, evidenciando o caráter dialógico e simbólico subjacente ao conceito histórico de Museu, como aponta Andreoni (2011) ao citar Chagas (2005). Contudo, as primeiras aplicações desse termo no sentido atual provêm do Egito antigo, numa época de grande influência da cultura helênica:

“No Egito antigo, durante o Período Ptolomaico (ou Ptolemaico), o Rei Ptolomeu I mantinha em seu palácio dois espaços de prestígio na época: a biblioteca e o mouseion, ‘onde se reuniam os sábios e filósofos mais célebres do seu tempo. Foi esse o primeiro estabelecimento cultural que recebeu o título de Museu’. Esse local também abrigava um jardim botânico e um jardim zoológico, espaços muito comuns em outros museus da atualidade. Relatos de historiadores e filósofos desse período nos permitem saber que no local era possível encontrar esculturas, obras de arte, pedras preciosas, peles de animais, entre outros artefatos. Atestamos, desse modo, a pretensão universalista desse museu, ‘uma tentativa de cosmovisão e formulação de verdades universais’, além do protótipo do que viriam a ser as universidades, ou campi universitário, com laboratórios, salas de estudos, arquivo, biblioteca e museu.” (Costa, 2020: n.p)

Observa-se um viés elitizante e universalista do espaço museológico daquela época, com o propósito de compartilhamento da cosmovisão com outros indivíduos de prestígio devidamente habilitados a visitar tais localidades, haja vista que o museu ainda não era tratado como uma Instituição, mas, como um espaço da propriedade do Rei, cujo acesso era restrito aos demais segmentos da população.

Em um segundo momento histórico, ainda segundo Costa (2020), o Renascimento Cultural rompeu com as principais ideias religiosas predominantes na Idade Média. Em um contexto de desenvolvimento do Humanismo, as coleções de obra de arte passaram a refletir a nova filosofia da época, evidenciando a razão humana e colocando o homem como centro. Assim sendo, as coleções passaram a retratar as capacidades humanas, funcionando como espécie de coleções de curiosidades.

Contudo, as coleções ainda não eram abertas a toda população, mas a um seletivo grupo da oligarquia. Os reis as mantinham, em seus palácios, como forma de exibir prestígio em suas relações diplomáticas. Apenas no final do século XVII é que surgiram as primeiras exposições públicas, primeiramente, com o Museu Ashmolean, em Oxford, fundado em 1683 e, depois com o Museu Britânico, 70 anos depois. O objetivo era torná-las mais acessíveis, embora o público ainda fosse restrito em comparação aos padrões atuais. A partir daí, a função social do museu passa a atender, também, a questão educacional, na qual o museu é visto como um local complementar, como é o caso do Museu Britânico até os dias de hoje.

A partir desta pequena explanação histórica, baseada no livro da Prof^a Karina Lima da Costa, *Noções Gerais de Museologia*, podemos inferir três aspectos históricos justificadores da implementação do Museu: exposição da cosmovisão; exposição dos grandes feitos dos homens; e a

inserção no sistema educacional, elementos estes que podem ser considerados no desenvolvimento deste trabalho.

Apesar de todas as transformações das funções do museu, com o passar dos séculos do desenvolvimento da civilização moderna, ainda é fundamental que o espaço museológico do CBMERJ, entre outras funções, seja destinado a exposição da cosmovisão do Bombeiro Militar. Por meio de uma síntese imagética de acontecimentos, ritos e tradições representativas das qualidades e valores que norteiam e dão sentido a Corporação, seria possível comunicar a forma com que os Bombeiros Militares enxergam o mundo e a sociedade.

As capacidades humanas também podem ser objetos de interesse das exposições museológicas ao retratar feitos relevantes realizados pelos Bombeiros Militares, como é o caso do Capitão Bombeiro Antonio Pinto Júnior³ que instrumentalizou para banda sinfônica o Hino Nacional Brasileiro (CBMGO, 2021), entre outros. Pode-se, também, englobar os bombeiros que saem vitoriosos em competições de relevo, como concursos internacionais, ou então enaltecendo os que realizam salvamentos cujas aptidões físicas, técnicas, ou valores subjetivos como abnegação, sacrifício entre outros, foram colocados à prova.

Por fim, quanto à inserção do Museu no ambiente educacional, cabe mencionar que o CBMERJ conta com o Complexo de Ensino Coronel Sarmento (CECS) no qual estão presentes as unidades de ensino da Corporação, como o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), a Academia de Bombeiro Militar Dom Pedro II (ABMDPII) e a Escola Superior de Comando (ESCBM). Essa tendência poderia sugerir uma aproximação entre tais departamentos a fim do fortalecimento de ambos.

A história dos museus brasileiros

Segundo Nogueira (2021), os museus surgiram no Brasil numa época em que o interesse mundial era voltado às questões etnográficas e científicas, oriundas das revoluções tecnológicas e sociais do século XIX e início do século XX, expressadas, em especial, pelas correntes ideológicas proeminentes na época: a naturalista e a evolucionista. Elas buscavam “ilustrar as etapas da evolução sociocultural e os trajetos de difusão cultural[...] até culminar no estágio mais avançado do processo evolutivo: as modernas sociedades ocidentais”, conforme cita Gonçalves (2007) *apud* Costa (2020).

³ Nota-se que, a narrativa expográfica do feito realizado pelo Capitão Antonio Pinto Júnior é apresentada na atual exposição do Museu Histórico do CBMERJ a partir da exibição de sua partitura musical, ou seja, de um objeto museológico físico, que simboliza e representa toda a história e o contexto deste feito. É assim que se dá a relação entre os objetos museológicos físicos e as simbologias e representações da história estrategicamente pensadas para a composição da narrativa expográfica do museu.

“(...) acabaram por se especializar em ciências naturais em razão da tendência observada na época, a saber, a realização de expedições de naturalistas estrangeiros, empenhados em viajar por terras distantes “em busca de coleções que representem variedades da flora, fauna e da espécie humana” (Schwarcs, 189, p. 34), conforme a orientação da antropologia evolucionista do período.” (Costa, 2020)

O Darwinismo Social, definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humana, conforme sugere Bolsanello (1996), influenciava as elites na época que buscavam entender, sob perspectiva científica, as crises sociais e econômicas a partir do estudo da natureza e da composição étnica e racial das sociedades, ao invés do estudo de questões históricas e políticas.

Sobre os museus, apesar de buscarem reunir em um só lugar elementos que englobassem “toda a História” com propósitos científicos e educacionais que serviriam de patrimônio universal⁴, com o passar do tempo, as questões éticas passaram ser levantadas quanto ao respeito aos demais povos ali retratados por meio dos objetos etnográficos. Costa (2020) complementa afirmando que “na Europa a disseminação desses museus [etnográficos] estava associada, também, ao contexto do imperialismo...” ao buscar “estudar a cultura do outro”, interpretando-a à sua maneira.

Perante tal conjuntura, o Brasil colônia costumava servir como “objeto de estudo” dos países europeus, como exemplifica o caso da Antiga Casa de História Natural, conhecida como Casa dos Pássaros, criada em 1784, que “é considerada o primeiro museu⁵ criado na Corte, que ‘por mais de vinte anos colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa’” (Costa, 2020), entre outros, como o Museu Nacional da Dinamarca:

“Durante o período de dominação holandesa no Brasil, no século XVII, (...) Algumas peças etnográficas adquiridas pelo Príncipe Maurício de Nassau foram enviadas nesse período para o exterior, como o famoso manto de plumas dos índios Tupinambá, atualmente exposto no Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague.” (Costa, 2020)

⁴ Como é o caso do Museu Britânico (Inglaterra) e Museu do Louvre (França), entre outros, o que, posteriormente, buscava legitimar as respectivas nações como “porta-vozes” da humanidade. Apenas a título de observação, Nikel (2021) afirma que Henry Loyrette, diretor do Louvre na época da publicação intitulada “Declaração sobre a Importância e o Valor dos Museus Universais”, chegou a defender que uma das maiores fortunas da humanidade era ter o Louvre, cujo valor é realmente indiscutível para a história universal. É importante destacar que inúmeros objetos de alto valor histórico-cultural foram preservados graças as nações mais desenvolvidas que tiveram o despertar para esse cuidado antes das demais. Como exemplo, a Prof.^a Karine Lima da Costa (2019), em seu trabalho intitulado: Caminhos para a descolonização dos Museus - A questão da repatriação das antiguidades egípcias, cita Cuno (2008), sobre seus argumentos contrários ao pedido de repatriação da pedra de Rosetta [que fica no Museu Britânico] ao Egito alegando que “no momento de sua tomada não existisse nenhum estado independente do Egito e não seria por mais de cem anos.” Por outro lado, Nikel (2021) ressalta que “a despeito desta narrativa universalista que supostamente privilegia ‘guarda’ os tesouros para o mundo todo e não só para seus países, foi o nacionalismo do século XVIII e XIX, que abasteceu os seus acervos”. O que pode parecer uma contradição à primeira vista, mas que evidencia o interesse de uma nação em “controlar” a narrativa a respeito história universal, a partir da “guarda dos tesouros para o mundo”, ilustrando, assim, uma espécie de etnocentrismo.

Temos aí resumida a problemática, já evidenciada na simbologia grega a partir da relação dialógica entre poder e memória.

⁵ Na verdade, a Casa dos Pássaros se chamava Gabinete de Estudos de História Natural. Foi ela quem forneceu uma coleção que veio a integrar o acervo do Museu Real. (UFRJ, s.d.)

É a partir da vinda da família real em 1808, trazendo consigo inúmeros bens culturais⁶, que houve uma mudança significativa da postura Brasileira. Neste contexto, foram fundadas inúmeras instituições relevantes, como a Real Biblioteca, o Museu Real, o Jardim Botânico, entre outras, cujo propósito era abastecer de conhecimento a ex-colônia de Portugal.

Essas novas políticas culturais influenciaram a abordagem museológica. O Museu Real foi fundado adotando o modelo anglo-saxônico de história natural, voltado à educação, à ciência e ao entretenimento, além das características enciclopédicas. E assim, seguindo a linha europeia, são fundadas as primeiras instituições museológicas brasileiras, voltadas para história natural e contendo as coleções científicas⁷, como o Museu Imperial de Petrópolis, o Museu Paraense Emílio Goeldi, entre outros.

“Fundado em 1808⁸, o Museu Real, que posteriormente passou a chamar-se de Museu Nacional foi um dos espaços pioneiros em relação a conservação da memória no país. Em 1946, ele passou a fazer parte da Universidade do Brasil, depois denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando-se um dos marcos da pesquisa do campo museal no Brasil (SANDY, 2020). O Museu Real foi um modelo para a criação de outros museus ao longo do século XIX, através do seu formato de gestão, organização dos conhecimentos e pela composição de suas coleções (CONSIDERA, 2018).” (Nogueira, 2021)

Apesar do empenho demonstrado por D. João VI em revolucionar a postura do Brasil, buscando elevar seu status perante o mundo, em especial no período compreendido entre 1808 e 1822⁹, a proteção do patrimônio histórico cultural brasileiro só começou a se efetivar com a implementação das políticas modernas¹⁰, inauguradas na Era Vargas, com a criação do SPHAN em 1937, ocasião em que começaram a conceituar e controlar os objetos “de valor”. Depois, nas décadas de 60, 70 e 80, tais políticas foram robustecidas com a criação de novas leis e instituições, na mesma época em que se

⁶ Por exemplo, D. João VI chegou a trazer para o Brasil sessenta mil volumes da Biblioteca Real Portuguesa (Fernandes, s.d.).

⁷ D. Pedro I chega a arrematar num leilão a maior coleção egípcia da América Latina até então considerada (Costa K. L., Noções Gerais de Museologia, 2020).

⁸ O Museu Real como Instituição científica foi fundado em 1818, porém, em 1808, D. João VI, a Real Biblioteca Portuguesa que já continha em si inúmeras coleções importantes que originariam o Museu Real, teve seu acervo transferido para o Brasil e depositados na recém criada Real Biblioteca. (Fernandes, s.d.)

⁹ “Construir uma unidade nacional luso-brasileira era a ideia central da nova política proposta pelo ministro [D. Rodrigo], demonstrando o quanto o governo ilustrado estava atento às questões cruciais daquele momento vivido” (Meirelles, 2015). Contudo, continua a autora, havia divergência políticas que giravam em torno de ideais antagônicos: “os interesses nacionais, entre portugueses que defendiam os interesses do Reino e a parte de um grupo ilustrado, que defendia a preeminência do Brasil no cenário nacional”. Apesar das diferentes perspectivas dos grupos em conflito, em ambos os casos se tratava de uma elevação do *status* do Brasil.

¹⁰ É importante notar que até tal período não havia nenhuma posição estatal no tocante à preservação do patrimônio cultural nacional. Silva (2020) cita Nakamuta (2018) afirmando que o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi o primeiro marco legal no Brasil “para a preservação sistêmica dos bens considerados como patrimônio cultural em nível federal”.

desenvolveu a Nova Museologia. Atualmente, uma das temáticas proeminentes sobre esta questão diz respeito à repatriação, restituição e retorno de objetos culturais, arqueológicos e etnográficos¹¹.

Portanto, conclui-se que, enquanto por um lado, o Brasil, após a chegada da família real, em 1808, buscou a modernização aos moldes europeus, com a elevação do *status* cultural a partir da fundação de inúmeras instituições relevantes, promovendo a disseminação de uma cosmovisão geral da história¹², por outro lado, observou-se inúmeras polêmicas acerca da abordagem etnográfica que, por vezes, são entendidas sob ótica imperialista de forma a desrespeitar os povos ali representados.

Sendo o museu do CBMERJ, um museu histórico, tais questões são relevantes de serem observadas, pois tal caráter passa pela exposição de uma cosmovisão geral a partir da história do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro¹³, cuja pretensão universalista poderia abranger a narrativa da história, não só do Rio de Janeiro, como do Brasil, a partir dos acontecimentos envolvendo a Corporação, considerando que o Rio de Janeiro foi a capital do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, do Império Brasileiro pós-independência e da República durante muito tempo. E do mundo, a partir do enquadramento da história do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro em relação à história dos demais Corpos de Bombeiros e acontecimento do mundo.

Por outro lado, a busca pelo sentimento de pertencimento e identificação passa pela abordagem etnográfica, o que exige um trato cauteloso para não desrespeitar as comunidades de bombeiros ali retratadas, considerando a diversidade de departamentos internos, de épocas distintas as quais a Corporação passou por mudanças de cultura organizacional e de acontecimentos históricos de grande relevância para a Corporação. Além do risco de uma abordagem evolucionista que consideraria os bombeiros do passado como ultrapassados e obsoletos.

A nova museologia

É notório que o século XIX foi marcado pelo imperialismo das potências europeias que culminou nas guerras mundiais do século XX. Por ora, não é preciso muito esforço para compreender que isso se reflete na cultura a partir da compreensão do binômio universalismo/nacionalismo.

O universalismo, sob a perspectiva do poder, acaba tendo uma espécie de “imposição de narrativa” de uma nação (ou de um pequeno grupo delas) sobre as demais nações que, por conseguinte,

¹¹ Vide a tese de pós-graduação da Prof. Karina Lima Costa intitulada “Caminhos para a descolonização dos Museus: A questão da Repatriação das antiguidades egípcias”.

¹² No primeiro momento, observou-se um viés universalista com coleções enciclopédicas, contudo, em meados do século XIX em diante, é o viés nacionalista que predomina sobre a área museológica brasileira e culmina no movimento modernista da década de 1920 que buscou a autoafirmação da identidade nacional. Interessante notar que muitos deles mantiveram um forte diálogo com o exterior buscando afirmar a identidade nacional a partir de políticas que promovem respeito ao Brasil nas exposições estrangeiras que contém objetos nacionais.

¹³ Novamente se observa a importância da retratação da cosmovisão.

se valem da autoafirmação de seu próprio “nacionalismo”, ou algum outro particularismo identitário, para se “defender”.

“A historiografia imperial, apoiada pelo princípio da universalidade, violentou as culturas indígenas e africanas, substituindo-as por narrativas que são tipicamente modernas e ocidentais (AYERS, 2006). Este universalismo abstrato “é um tipo [de] particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, desinteressado e sem pertencimento a qualquer localização geopolítica” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 13). Em outras palavras, observa-se que apesar de a Europa se proclamar tanto a autora como a materialização deste conhecimento dito “universal” e “neutro”, seu universal é extremamente particular e seu global é demasiadamente local (AYERS, 2006).” (Nikel, 2021)

A história dos museus no Brasil nos mostra que, com exceção do Museu Real, que num primeiro momento buscou um viés universalista, os demais seguiram a linha nacionalista – com viés histórico, como é o caso do Museu Imperial; e com viés científico, como é o caso do Museu Emílio Goeldi, entre outros.

A afirmação da identidade nacional passou a ser uma questão de defesa perante o cenário conturbado do início do século XX. Nesta época, a afirmação da identidade nacional se desenvolve, pelo lado cultural, com o movimento modernista e, pelo lado militar, devido à instabilidade político-econômica mundial. Em 31 de dezembro de 1937, no mesmo ano da criação do SPHAN, Getúlio Vargas profere, no Palácio da Guanabara (Rio de Janeiro), um discurso no qual expõe o seu pensamento:

“Todos os problemas em equação na vida brasileira tendem ao objetivo supremo de coordenar os valores humanos e os valores econômicos, a fim de tornar a nação cada vez mais forte e mais próspera. Cabe-nos uma missão na América e no mundo. **Donos de meio continente, tendo de mobilizar riquezas e criar uma civilização própria, já não podemos permanecer em atitude passiva, deixando indefeso o patrimônio histórico que nos foi legado. As forças armadas, para cujo aparelhamento e preparo estamos trabalhando com afinco, representam o núcleo aglutinador dos milhões de brasileiros dispostos a tudo sacrificar pela integridade pátria.** O ambiente de perturbações que atravessa o mundo justifica e impõe que nos preparemos para fazer face às eventualidades. Fomos e continuamos sendo uma nação pacífica, que, em obediência ao ascendente cristão das suas origens, prefere às soluções de força o entendimento amistoso e os proveitos da cooperação construtiva.” (Silva, 2020, *apud* BRASIL, 1937) **grifo nosso**

Observa-se, portanto, que a importância do patrimônio histórico não mais está associada apenas a coleção e conservação de objetos e disseminação de conhecimentos, mas à defesa da pátria e à soberania da nação (“civilização própria”), o qual chega a ser matéria de Defesa Nacional por parte das forças armadas, como sugere o ex-Presidente Vargas.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, segundo Silva (2020), “o uso político do passado ganha dimensões mais amplas para contribuir com o objetivo da segurança internacional”. No contexto pós-guerra, em que houve um prejuízo inestimável no tocante à destruição e saques de museus, objetos e

obras de arte, conforme cita Costa (2020), é criada, em 1945, a UNESCO, e, em 1946, é criado o ICOM. A partir daí, surgem novas políticas relacionadas ao campo museológico.

Na década de 60, acontecem inúmeros debates e conferências do ICOM, as quais refletem sobre o papel do museu no mundo. E chegam à conclusão, apresentada na Declaração de Santiago, publicada em 1973 pela UNESCO, de que a “responsabilidade primária dos museus é a de atender às necessidades de suas comunidades” (Beltrão, 2020):

“Que os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvidos em seus múltiplos aspectos; que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adoptadas, e sua aplicação, não devem ser apanágio de um grupo social, mas **exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os sectores da sociedade.**

[...]

Que esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da maneira mais racional e mais lógica, **a fim de melhor servir à sociedade;** (ICOM, 1972)” (Beltrão, 2020) *grifo nosso*

Em 1992, há uma atualização do debate sobre a museologia expressa na Carta de Caracas, que coloca a necessidade de revisão de alguns conceitos como: patrimônio, comunicação, liderança, gestão etc. E coloca o conceito de “Museu Integrado”, como afirma Gutterres (2013).

Em suma, a partir da Nova Museologia, houve um reposicionamento da temática a qual obteve progressivamente o estatuto de ciência, cuja epistemologia tem sido discutida por autores como Peter van Mensch, Zbyněk Zbyslav Stránský, Waldisa Rússio, Anna Gregorová, Marília Xavier Cury, André Desvallées e François Mairesse, entre outros.

De uma forma geral, podemos concluir que a Nova Museologia surgiu como solução para a questão do “monopólio” estatal sobre a cultura, expressado através da onda nacionalista do século XIX e início do século XX que culminou nas Guerras Mundiais. A partir dela, houve a proliferação de inúmeros novos museus, como os museus comunitários, os ecomuseus, entre outros, e com as mais variadas temáticas, como as questões de gênero, a valorização da qualidade em detrimento à quantidade, preferência ao trabalho comunitário ao invés do trabalho em hierarquias autoritárias, inserindo cada vez mais a sociedade no campo museológico, o que, por conseguinte, ampliou a riqueza do debate conceitual.

Contudo, cabe ressaltar que ela não suprimiu a “antiga museologia”, mas exigiu “ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos” para um desenvolvimento mais racional e lógico, a fim de melhor servir a sociedade. (ICOM, 1972).

CONCEITOS RELACIONADOS AOS MUSEUS

Museologia, musealidade, musealização e museografia

Com relação às divergências existentes sobre a definição de museologia, segundo Costa (2020), Peter van Mensch chega a compilá-las e elencá-las da seguinte forma: quanto ao estudo da finalidade e organização do museu; da implementação e integração de um conjunto de atividades de preservação e uso da herança cultural e natural; dos objetos do museu; da musealidade; da relação específica entre homem e a realidade. Tendo em vista esta diversidade de estudos, de uma forma geral, conclui-se que a museologia “pode, assim, ser definida como o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica sobre o campo museal” (Costa, 2020, *apud* Desvallées & Mairesse, 2013). Como a virtualização de museus é um tema recente e pouco explorado no universo acadêmico, a análise conceitual mais geral pode auxiliar na abordagem a essa temática em específico.

Baseado nas considerações da Prof^a Karine Lima da Costa, observa-se que a museologia, entendida como a ciência que estuda os museus, tem seu campo epistemológico controverso, pois, apesar de haver um consenso quanto aos processos de preservação, pesquisa e comunicação, alguns autores os enfocam numa perspectiva mais prática e técnica, como Zbyněk Zbyslav Stránský e Waldisa Rússio, e outros numa perspectiva mais teórica, como André Desvallées e François Mairesse, chegando a afirmar que o objeto de estudo da museologia sequer é o museu, e sim, a musealidade, ou seja, o “valor documental da realidade”, e que “o processo de musealização consiste na retirada de um objeto (testemunho, documento) de seu contexto original e em seu posterior tratamento museal¹⁴ ...” (Costa, 2020).

Ainda que as abordagens sejam simetricamente opostas sob certa perspectiva, ambas reforçam a peculiaridade do museu virtualizado: por um lado a prática é distinta, pois as tecnologias de preservação, conservação e exposição no ambiente virtual são diferentes daquelas realizadas com o acervo físico; e, por outro lado, a exposição virtual incidiria numa alteração do “valor documental da realidade” haja vista que há uma mudança do processo de musealização, portanto o mesmo objeto apresentado fisicamente no museu teria um valor diferente quando apresentado virtualizado.

“Do ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal, isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um ‘objeto de museu’.

[...]

“O objeto musealizados – fora do seu contexto original – não constitui mais a realidade em si, mas sua representação.” (Costa, 2020) *grifo nosso*

¹⁴ O tratamento museal consiste em aquisição, higienização, pesquisa, documentação, acondicionamento ou exposição, entre outros, como afirma Costa (2020) no seu livro *Noções Gerais de Museologia*.

A partir desse processo, o objeto é tirado de seu contexto original e colocado num museu, onde se cria uma relação entre as pessoas e o objeto, chamada de “fato museal”, conceito concebido por Rússio (Costa, 2020 *apud* Rússio, 1981).

O profissional que realiza o planejamento para este fim é o curador do museu. Ele tem um papel estratégico na “decodificação da produção artística ou científica, acervo de um museu...”, ordenando e significando as obras numa exposição (Nunes, Silva & Costa, 2020). Ainda segundo estes autores, há também a chamada curadoria digital, que consiste nas práticas correspondentes ao meio digital, como arquivamento, preservação, gestão de dados e outras atividades que, associada a outros profissionais, como programadores, designers, técnicos do acervo entre outros, assumiriam uma gestão compartilhada de um site de museu.

Daí, observa-se que o processo de virtualização de um museu demandaria a integração entre dois tipos de curadoria, uma para o acervo físico e outra para o virtual, a fim de preservar a musealidade do objeto mantendo o valor documental almejado conforme o plano museológico.

Além disso, o termo “museografia”¹⁵ possui um alcance um pouco maior que a curadoria, englobando também as técnicas de conservação e as funções de gestão. Segundo Costa (2020), para Rússio, a museografia também abrange o histórico dos museus e de suas coleções.

Características do museu

Inicialmente, segundo Andreoni (2011), cabe ressaltar que os museus são espaços de disputas. São seletivos e conflitantes, pois trabalham diretamente com a dialética entre lembrança e esquecimento. Há, portanto, uma tensão ali envolvida. Houve, por algum tempo, a ideia de que era possível contar a história de uma perspectiva neutra e, para isso, buscava-se eliminar o viés subjetivo, mas, ainda assim, não era possível eliminá-lo totalmente, o que gerava inúmeras polêmicas acerca do “controle” da narrativa histórica.

“Nesse sentido, nos afastamos da ideia de museu, preponderante no século XIX, quando era idealizado como “arcabouço do passado e guardião da verdade”, onde estava exposta a “história oficial”.” (Andreoni, 2011)

O museu também não é uma estrutura estática. Seu tratamento necessita de uma postura dinâmica no que diz respeito à interpretação e ressignificação, em relação aos atores sociais. Atualmente, uma de suas características principais é a multidisciplinaridade.

¹⁵ A museologia tem uma natureza mais teórica devido ao seu estatuto de ciência, independente das divergências conceituais que, ora enfocam nos aspectos mais abstratos, ora nos aspectos mais pragmáticos. Enquanto a museografia se refere mais às questões procedimentais e técnicas.

“Os próprios museus só poderão realizar um bom trabalho se mantiverem uma equipe multidisciplinar, o que acarreta a divisão de atividades dentro da instituição: trabalho de caráter administrativo, de gestão; técnicas de conservação e de restauro; conhecimento em curadorias expográficas; desenvolvimento de ações educativas etc.” (Costa, 2020)

Isso significa que, dependendo do tipo de acervo, são necessários os especialistas correspondentes para trabalharem, em conjunto, com a equipe técnica do museu.

Tipos de museu

Segundo Costa (2020), ainda não existe uma compilação exaustiva das tipologias de museus, contudo a autora pode citar algumas, com a ressalva de que o mesmo museu pode se enquadrar em mais de um tipo, o que os qualifica como museus interdisciplinares. Desta forma, com exceção do museu virtual que será tratado a parte, foram selecionadas as tipologias julgadas mais pertinentes para o presente caso, considerando que, de alguma forma, o Museu Histórico do CBMERJ possui algumas dessas características. São elas: museu histórico; museu militar; ecomuseu e museu comunitário.

O museu histórico é aquele que expõe uma narrativa ou problema histórico que permitem conhecer a “estruturação, funcionamento em sobretudo, a mudança de uma sociedade” (Rodrigues, 2010). Costa (2020), salienta que, de certa forma, todos os museus são históricos pois conservam e expõe objetos referentes às situações passadas.

“Os museus históricos são definidos como instituições permanentes que adquirem, conservam, pesquisam, transmitem e expõe testemunhos materiais dos homens e de seu meio ambiente.” (Costa, 2011)

Nesse contexto, cabe analisar sinteticamente o incêndio do Museu Nacional, em 2018, que gerou um verdadeiro choque na sociedade. Baumann (2018) sugere que a preocupação generalizada expôs o quanto a memória “pulsante” no inconsciente coletivo¹⁶ reconhecia o papel do Museu na construção da identidade, como símbolo da própria nação brasileira. “Sua perda representaria, de certo modo, a própria perda da identidade nacional.” (Baumann, 2018).

O ocorrido demonstrou o quanto o Museu Nacional ancorava simbolicamente a memória coletiva, ainda que, aparentemente a sociedade não tivesse consciência disso. Outra lição, foi sobre a importância da virtualização na mitigação dos danos resultante do incêndio, possibilitando a restauração e documentação de alguns artefatos.

¹⁶ Conceito de Karl Jung, conforme analisado por Gorresio (2017) que se refere à uma realidade objetiva que vai além de um legado histórico ou do somatório de experiências da humanidade, podendo ser considerado, até mesmo, a “alma de tudo o que vive”, o que revela a profundidade do seu aspecto subjetivo.

Quanto ao museu militar, Beltrão (2020), cita que sua especificidade está na natureza do seu acervo, normalmente composto por objetos que testemunham a história militar de um povo ou país. O ICOM enquadra o museu militar no Comitê de Museus de Armas e História Militar (ICOMAM) que tem como objetivo incentivar a pesquisa científica nessa área, além de estimular os padrões profissionais para cuidado, gestão e conservação dessas coleções. Como a atividade militar se dá em momentos de grande tensão e crise, a expografia dos museus militares retrataria, direta ou indiretamente, conflitos, guerras e, no caso dos Bombeiros Militares, os desastres, incêndios, etc.

Os museus militares, continua Beltrão (2020), são caracterizados pelo forte viés romântico e patriótico. Exaltam glórias passadas e grandes feitos “por meio da exibição de objetos tidos como relíquias e de discursos hegemônicos e totalizantes”, evidenciando uma museologia tradicional. Contudo, nos últimos anos, os museus militares têm buscado um reposicionamento conforme a nova museologia e a sua perspectiva social.

Os ecomuseus, segundo Costa (2020), são caracterizados pela consideração de um território como um todo, para além do prédio ou edifício. Eles permitem a participação da população que o integra e, também, trabalham com o patrimônio proveniente dela neste território.

“O termo foi criado para qualificar um “novo museu”, que se relaciona estreitamente com seu contexto/meio, intenciona a preservação desse meio ambiente social e cultural, a explicação de suas mudanças, evoluções e permanências, um museu consciente dos problemas da sociedade e que atue à serviço dela em prol da resolução desses problemas, enfim, um museu vivo onde seu público não seja apenas visitante, mas habitante.” (Santos, 2017)

Por exemplo, no caso do Museu Histórico do CBMERJ, a visita se inicia na entrada do Quartel Central, prédio histórico e tombado, onde o guia explana sobre a história da edificação. Nas galerias do QCG, encontramos algumas exposições e quadros retratando acontecimentos relevantes, ao mesmo tempo em que o quartel permanece em serviço ativo, com as guarnições e viaturas operando, e treinamentos e eventos acontecendo. Em seguida, o visitante passa pelo histórico “beco do Kaol” e, só depois adentra ao museu. Não só isso, mas o Museu Histórico do CBMERJ, também tem papel ativo nas solenidades e cerimônias, as quais demandam exposições personalizadas e interativas mescladas com a participação da Banda Sinfônica do CBMERJ. O que poderia sugerir, desta forma, características de ecomuseu ao Museu Histórico do CBMERJ, apesar de tal classificação ser bastante criteriosa.

Quando o museu apenas envolve a comunidade na prática museológica, são denominados museu comunitário. Seu objetivo é promover a integração da população com a atividade do museu. Assim, a identidade territorial e a participação são essenciais, como afirma Cezário e Davel (2018). O que há, é uma mudança de foco em relação ao ecomuseu. Enquanto este, busca trazer o museu para

dentro da comunidade, com o intuito de preservá-la, o primeiro, busca levar a comunidade a participar ativamente no museu, no intuito de representá-la.

“Não se tratava mais, entretanto, apenas de animar o museu ou de o abrir a um público amplo, tratava-se fundamentalmente de atuar no sentido de fazer com que esse mesmo público se apropriasse dele, que ele tomasse a iniciativa de suas ações e, ainda, fizesse de todo o seu patrimônio a base do museu.” (Santos 2017, *apud* Desvallées, 2015)

Com relação a estes dois tipos, nota-se que a questão da integração da gestão do museu com a comunidade de referência e da participação integral da sociedade são conceituações que denotam diretrizes, e não, metas objetivas, haja vista ser impossível uma gestão coletiva concretamente. Portanto, alguns autores discutem as gradações de participação e integração, como foi apresentado nas discussões conceituais no trabalho de Pós Graduação da Prof. Suzy da Silva Santos (2017). Considerando que a gestão do Museu Histórico do CBMERJ é realizada por Bombeiros Militares pode-se considerar, em alguma medida, que é a própria comunidade de referência que participa ativamente da gestão do museu.

Museus virtuais

Virtualidade e a cibercultura

Segundo Henriques (2018), Elisa Giaccardi afirma que “todos os museus são virtuais independente das tecnologias da informação”. Afinal, o objeto museal já é, em si, um produto de um processo de musealização, portanto, ele adquire o “valor documental da realidade” na medida em que é removido do seu contexto original. Por esta ótica, infere-se que não há diferenças entre os museus virtuais e físicos haja vista que não há um “objeto real” dentro do museu, há apenas objetos representativos.

Henriques (2018) continua discutindo o conceito de “virtual” a partir dos escritos de Pierre Levy, Giles Deleuze, Javier Echeverría, Bernard Deloche e Philippe Quéau, em suma, a discussão gira em torno da concordância, ou não, com as concepções da filosofia escolástica acerca dos conceitos de “potência” e “ato”, e suas analogias e aplicabilidades aos conceitos de “virtual” e “real”. A partir disso, o ponto de concordância, ao menos parcialmente, é o fato de o “virtual” alterar o “status da imagem, modificando a sua relação com a arte”, criando um novo sistema de representação.

É verdade que durante algum tempo entendia-se museu virtual como “uma coleção de registros digitais, imagens, textos, arquivos de áudio e outros dados históricos, científicos ou de interesse cultural acessado através de uma mídia eletrônica” (Henriques, 2018), no entanto, para que isto fosse válido, era necessário ignorar muitas das características próprias do universo virtual sobre a mediação

entre o navegante e o museu físico. Na atualidade, não é mais possível desconsiderá-las. Quando as observamos, descobre-se uma gama de potencialidades tão grande que o museu virtual passa a ser capaz de ter “vida própria”, colocando até mesmo em questão a existência do museu físico.

“Um dos méritos dos museus virtuais, além de poderem interagir de forma mais dinâmica com o público, é questionar o conceito de que para ser museu é necessário ter um edifício.” (Henriques, 2018)

Contudo, há de ressaltar que “o intuito da virtualidade não é substituir a visita presencial, mas uma forma de fazer com que o museu desempenhe a sua função social levando o consumo cultural para o espaço da cibercultura.” (Nunes et al., 2020).

Fala-se, então, do conceito de “cibercultura”, termo cunhado por Pierre Levy, que se refere à cultura da “hiperconectividade, da interação em rede [...] da virtualidade, promotora das mais diversas e complexas redes de informação e comunicação” (Nunes et al., 2020) transformando profundamente a sociedade.

Neste cenário, é importante mencionar o conceito de “sociedade em rede”, consolidado pelo autor Manuel Castells, em 2009, conforme explicitado por Andreoni (2011). Segundo ele, a alta conectividade e interatividade em escala global acarreta o surgimento de redes não homogêneas no compartilhamento de valores e interesses, com características muitas vezes conflitantes. Assim, o poder hegemônico do Estado é enfraquecido, e o conhecimento e a informação passam a ser elementos centrais na estrutura de poder. Por conseguinte, esta polarização da sociedade exige acordos e negociações constantes por parte dos atores sociais.

A partir dos conceitos de dominação e resistência¹⁷, o exercício do poder de narrativa, por parte do Museu, geraria um “*contrapoder*” que despertaria “redes de segurança, gerando novas redes de poder” (Andreoni, 2011). Ou seja, não é nenhuma surpresa se, cada novo posicionamento expográfico-narrativo do museu virtual ou físico, acarretar o surgimento de novos grupos de resistência. Contudo, é importante que a característica negocial permaneça como elemento constituinte da gestão estratégica do museu.

Sobre as características do museu virtual, pode-se mencionar a desterritorialização, o que permitiria compilar, no mesmo ciberespaço, objetos, lugares ou edifícios dispersos geograficamente, abrindo a perspectiva de apresentação, até mesmo, de elementos de outros museus que complementem ou corroborem com a narrativa apresentada pelo acervo do museu físico correspondente.

¹⁷ As redes são compostas de nós que representam grupos de pessoas que compartilham valores e interesses e possuem relações de poder entre si.

Uma outra característica praticamente unânime e irreversível sobre o universo virtual é a interatividade com o público, ou seja, o constante diálogo que, retroalimentado com novas informações, gera uma necessidade de constante análise, revisão, adequação e resposta em tempo real.

“Assim, o que podemos definir como museu virtual é aquele que faz da internet **espaço de interação através de ações museológicas com o seu público**. Dessa forma, o museu virtual jamais poderá ser confundido com um simples *site* de museu. Nesse sentido:

O museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com o seu público. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio.

Nesse caso, só pode ser considerado museu virtual, aquele que tem suas ações museológicas, ou parte delas trabalhadas num espaço virtual, uma vez que somente através das ações museológicas é que poderá acontecer uma completa mediação entre o museu e o seu público. (Henriques, 2018) *grifo nosso*

Outra característica importante é a possibilidade de personalização da experiência informacional do ambiente virtual. Cada usuário pode realizar o trajeto que quiser dentro de um site, realizar suas próprias buscas, clicar nos links que preferir, permanecer o tempo que desejar e obter as informações que quiser e estiverem à disposição.

Nessa linha, cabe ressaltar o impacto que a virtualização tem nas possibilidades de aprendizado. A personalização é uma vantagem do ambiente virtual que permite a configuração da apresentação pedagógica por parte dos professores, e do estudo acadêmico e científico por parte dos pesquisadores. E assim, é possível otimizar o aproveitamento educacional do museu, seja no planejamento de uma visita presencial, seja na simples complementação ao ensino convencional.

“Quando educadores interagem no ambiente museal, cada um poderá criar uma representação para a situação de um modo diferente ou, em outras palavras, poderá apreender o argumento da exposição à sua maneira (Arruda, 2011 *apud* Pereira & Siman, 2009)

Observa-se, então, a mudança contemporânea do uso da linguagem. Cada vez mais as pessoas se comunicam de forma diferente, mesclando imagens, áudios, figuras, textos e hipertextos causando “transformações cognitivas, mudanças na forma de pensar e relacionar saberes e raciocínios” (Arruda, 2011), o que demanda uma gestão em permanente atualização e interação, a fim de proporcionar a experiência estética e subjetiva almejada.

“Se o museu não enfrenta o estudo da cultura material com as exigências constitutivas de tal empreitada, não adianta falar em programas educativos. Sem reflexão sobre os objetos, esmigalha-se o potencial inovador e criativo do museu histórico. Em seu lugar, fica apenas a repetição de modelos oriundos da “biblioteca-convento” e da “disneylândia cultural”. O museu que não tem compromisso educativo transforma-se em depósito de objetos, ou vitrines de um shopping center cultural.” (Rodrigues, 2010 *apud* Ramos, 2004: p. 134)

Segundo Marçal e Scheiner (2020), este fenômeno é causado pela interatividade proporcionada pelas redes sociais e pela comunicação em tempo real. Tais textos, alíneares e híbridos, exigem novas habilidades perceptivo-cognitivo de seus leitores, assim estes podem ser classificados em: contemplativo, movente e imersivo.

O primeiro é paciente, reflexivo, imaginativo e possui uma relação íntima e individual com o texto, interpretando-o de acordo com suas leituras e experiências anteriores. O segundo possui um ritmo acelerado marcado pela era da informação, das notícias rápidas e imediatas, representando a velocidade dos meios urbanos. O terceiro é o leitor imersivo, que constrói seu próprio caminho navegando pelo ciberespaço, “pulando de nó em nó e construindo ‘roteiros não lineares, não sequenciais’” (Marçal et al., 2020), a fim de costurar vários textos numa só interpretação.

Estética e musealidade

Observando os museus virtuais de arte, Henriques (2018) *apud* Deloche (2001), cita os três termos fundamentais, que ele chama de tripla reciprocidade: o virtual, o museal e a estética. Pode-se dizer que, o virtual remete à característica da ausência do objeto físico, o que causa uma espécie de “dessacralização da arte”. A contemplação e o deslumbramento perante a presença física de um objeto são excluídos da experiência virtual e dão lugar a um novo tipo de experiência, neste sentido ocorre uma substituição. Assim, ele explica a mudança do valor museológico do objeto quando exposto num ambiente virtual, o que demandaria estudo sobre a interface do usuário e sua experiência, acarretando a criação de uma museografia própria.

“A estética ocupa-se da experiência do sensível, o museal expõe esse objecto que irá desenvolver essa experiência sensorial e o virtual, através de artifícios, consegue comunicar com o sujeito (receptor da obra).

[...]

A arte, o museu e o virtual interagem de forma a criar uma nova realidade. O virtual surge como gerador de um novo real.” (Muchacho, 2005)

“O museu virtual não é a reprodução de um museu físico, mas um museu completamente novo, criado para traduzir as ações museológicas no espaço virtual.” (Henriques, 2018). Contudo, a experiência do museu virtual tem seus críticos, a experiência lúdica neles promovida pode levar a dispersão dos visitantes dificultando a transmissão da informação, como afirma Muchacho (2005).

Quando um visitante adentra num museu, antes dele perceber os objetos, ele percebe o ambiente, a arquitetura do lugar, a atmosfera, a luz, as aparências, os gestos. Tudo isso interfere na experiência sensível que ocorrerá naquela exposição, só “depois vem o interesse, a curiosidade e o apego pelos objetos. Desde os primeiros momentos da visita” (Marçal et al., 2020). De forma análoga é

a experiência virtual, na qual o visitante observa o layout do site, as cores, os botões, as imagens, os textos e os hipertextos, e assim ele navega até encontrar as informações e os objetos museológicos que procura.

Tecnologias

Apesar de não ser um museu com seu acervo virtualizado, o Museu Histórico do CBMERJ utiliza da tecnologia da informação de diversas maneiras, dentre elas, podemos citar: a sua *homepage* oficial que contém informações a respeito do seu funcionamento; vídeos institucionais publicados nas redes sociais com o objetivo de atrair seu público interno e externo e, também, na realização das suas atividades relacionadas à rotina administrativa.

Quanto as tecnologias consideradas mais relevantes para a efetiva virtualização do museu, sugerimos: realidade aumentada; visitação 360°; modelagem em 3D; repositório digital; totem digital; inteligência artificial e internet das coisas. De uma forma geral, elas podem ser aplicadas tanto de forma complementar à estrutura física do museu, quanto de forma virtual, a partir de aplicativos ou sites.

A realidade aumentada visa ampliar a experiência sensitiva do visitante. Ela pode ser utilizada a partir de recursos audiovisuais, como projetores, óculos especiais e fones de ouvido, a partir de hardware específico, de pontos *bluetooth* ou *wi-fi*, ou de aplicativos disponibilizados pelo próprios do museu ao visitante. Nela, a exposição é complementada com áudios explicativos ou imagens digitais sobrepostas aos objetos em exposição.

“Na área da Museologia e Patrimônio a realidade aumentada, bem como a realidade virtual permitiram a “reconstrução” digital de monumentos e artefatos, muitas vezes utilizados com fins de educação patrimonial ou como atrações turísticas. Dentro dos museus, nas exposições, iniciativas recentes sobrepuaram camadas de informações digitais sobre pinturas a óleo, permitindo ao visitante desvelar as camadas de esboços realizados pelo artista e compreender o processo criativo da obra. Mais recentemente especulou-se sobre a possibilidade de utilizá-la como alternativa à restauração, como na obra “O grito”, que apresenta deterioração de suas cores originais: o recurso permitirá “reverter o tempo” e, a partir da sobreposição de uma camada de imagem digital, o visitante poderá visualizar as cores como foram idealizadas pelo autor no momento de sua criação.” (Marçal et al., 2020)

Contudo, a realidade aumentada oferece riscos devido ao seu uso indiscriminado. Segundo, Marçal et al. (2020), “ao entrar na exposição, o visitante atravessa uma fronteira, deixa seu mundo cotidiano, é imerso em um novo universo” no qual o silêncio e a contemplação interrompem a experiência do tempo e do espaço para a reflexão solitária sobre a leitura da narrativa da exposição, contrastando com a realidade fluida das redes virtuais. Assim, o visitante, ao se deparar com muitas tecnologias, pode incidir numa ruptura da sua experiência.

Cabe ressaltar que, diferentemente da realidade aumentada, a qual acrescenta informações digitais no espaço físico, a realidade virtual é uma simulação completa de um ambiente criado pelo computador, transportando o usuário para o ambiente virtual e retirando-o sensorialmente do seu ambiente físico. Portanto, a princípio, ela não é recomendada para o museu histórico do CBMERJ haja vista romper totalmente com a experiência da visita. Contudo, cabe ressaltar que há algumas possibilidades de aplicação independente, em projetos específicos para o seu uso, de forma a oferecer imersão em lugares e situações passadas recriadas digitalmente, em cenários de operações ou simulados, entre outros.

A visita virtual interativa 360° é, atualmente, uma tecnologia bastante acessível que fornece um ambiente virtual em 360° do museu. Um exemplo nacional é o Projeto Era Virtual¹⁸ que compila, em seu ambiente digital, inúmeros *tours* virtuais em museus brasileiros. Como sugere Faria (2022), funciona como forma enriquecer a experiência no acesso às coleções e espaços museológicos. Ela pode ser utilizada de forma integrada com outras formas de interação, como a leitura de textos, áudios, *quizzes* entre outros. É possível, com ela, retratar, não só o interior, como o exterior da edificação do museu, bem como a estrutura e arquitetura do lugar.

A modelagem em 3D consiste na digitalização das peças disponíveis fisicamente no museu. Segundo Rossi, Silva e Júnior (2013), a principal motivação para aplicação desta técnica é a documentação, conservação e análise. Porém, ela também pode auxiliar na visualização interativa e nas possibilidades de aprendizado. Quanto ao interesse pela museologia, podemos citar a:

“(...) execução de investigações com apoio de documentação digital; reconstrução virtual de obras fragmentadas; projeto de estruturas para garantir transporte seguro de artefatos delicados; uso de modelos digitalizados como suporte para o planejamento de restauração por meio do cálculo do centro de gravidade e peso para objetos pesados; produção de cópias com as tecnologias digitais de fabricação e metodologias que permitam simular e prever os efeitos do envelhecimento sobre os materiais. (Rossi et al., 2013)

Segundo Martins, Silva, Segundo e Siqueira (2017), os repositórios digitais são meios de armazenamento, gerenciamento e preservação de conteúdos informacionais, formando coleções digitais voltadas à pesquisa científica e a memória. A gestão e a manutenção são os desafios para garantir o funcionamento do ambiente virtual, a preservação e a organização. O conceito de repositório digital abarca o conceito de biblioteca digital ao vislumbrar o longo prazo e a possibilidade de compartilhamento de metadados.

O Projeto Tainacan, continua Martins et al. (2017), surge em parceria com o MediaLad, da Universidade Federal de Goiás com o Ministério da Cultura, em 2014, com o objetivo de se tornar

¹⁸Fonte: <https://www.eravirtual.org/ola-mundo/> - acessado em 04/05/2023

referência técnica para a Política Nacional de Acervos Digitais. No estado do Rio de Janeiro já funciona em parceria com museus de grande relevância para o país, tais como: o Museu Histórico Nacional (MHN) e do Museu do Índio – FUNAI.

Ele foi desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília e vem se mostrando como uma das possíveis soluções para a virtualização do acervo físico existente no Museu do CBMERJ. Devido a sua característica de montagem de coleções e gestão de acervo digitais, aliado a vantagem econômica de não gerar custos para a sua utilização, destaca-se, também na possibilidade de criação de uma identidade coletiva.

De certa forma, o uso do software poderia contribuir para que os Bombeiros-Militares, de uma forma geral, interagissem e contassem a história da Corporação, introduzindo novos contextos e particularidades de cada unidade, em resposta à narrativa expográfica apresentada pelo Museu Histórico do CBMERJ, o que auxiliaria no fortalecimento o sentimento de pertencimento.

“Além disso, o projeto tem por objetivo incorporar várias funcionalidades que facilitem a interoperabilidade com mídias sociais e permita ampliar o grau de participação social de usuários do repositório em atividades de sua gestão e manutenção, se tornando uma referência na perspectiva da cultura digital para o mundo dos repositórios digitais. O Tainacan tem por objetivo de possibilitar a criação um repositório de fácil utilização, configuração e implementação, se tornando uma alternativa livre e eficiente para instituições culturais que tenham por objetivo implementar repositórios temáticos e institucionais. (Martins et al., 2017)

Além disso, o Tainacan permite a sincronização do projeto com o Google Analytics e, deste modo, criar parâmetros com a utilização das informações do tráfego virtual, sendo possível verificar o interesse do público a determinadas páginas e, assim, obter um *feedback* sobre o desenvolvimento das exposições.

A plataforma WIKI também é uma espécie de repositório digital voltada para a construção de conhecimentos através da criação, colaboração e compartilhamento de conteúdo de forma interativa e participativa. A aplicação desta plataforma poderia funcionar, tanto como um centro de história/memória institucional, quando como centro de estudo e pesquisa, tendo o Museu Histórico do CBMERJ, em sua forma virtualizada, como eixo.

“A plataforma é um sistema criado para se tornar um repositório de conhecimento compartilhado. O site funciona a partir de uma divisão espontânea do trabalho, composta de contribuições individuais, geralmente pequenas, feitas por milhares de colaboradores que desempenham funções diferentes. Um usuário cria um artigo, sem precisar ser especialista no assunto e, em seguida, a comunidade de leitores o completa.” (Porto & Eggert-Steindel, 2016)

Os totens digitais são locais posicionados para disseminar informações e, em geral, substitui os quiosques de informação tradicionais. Segundo Veloso (2015), eles são instalações geralmente

públicas com capacidade de personalizar as informações de acordo com as necessidades do usuário auxiliando-o na navegação pelo museu.

“Os aspectos mais importantes a ter em conta na concepção de aplicações de quiosque multimídia incluem: a organização da informação, o *desing* da interface do utilizador e os dispositivos de interação que disponibilizam, nomeadamente os ecrãs táteis.” (Velo, 2015)

A inteligência artificial em museus foi utilizada na Pinacoteca de São Paulo utilizando o software Watson, da empresa IBM. Os especialistas nos assuntos envolvendo os objetos do acervo deixaram inúmeras informações, desde assuntos mais banais até grandes preocupações e interpretações sobre técnicas de pintura utilizada nas obras de arte, biografia do autor, circunstâncias do período etc. dentro de um repositório que foi utilizado como base para a inteligência artificial pudessem construir textos em resposta às mais diversas perguntas dos visitantes.

As perguntas que o software não sabia responder eram enviadas aos especialistas que produziam novas respostas e inseriam dentro do programa.

“Por mês foram realizadas produzidas cerca de 15.000 novas questões, ou seja, questões sem resposta previa pré-programada; sendo que cerca de 7% delas foi respondida com ‘não sei’.” (Chiovatto, 2019)

Por fim, segundo Rodrigues e Rocha (2016), a internet das coisas (IOT – *Internet of Things*) é um conceito multidisciplinar que envolve linguagem, comunicação, tecnologia e rede. Trata-se de um gerenciamento automatizado e personalizado que, através de sensores, bancos de dados e *softwares* torna os espaços ambiente inteligentes. No museu, as IOTs podem ser utilizada para “sistemas de controle de temperatura, umidade, luminosidade, qualidade do ar, segurança, conectividade, conteúdo multimídia e experiências interativas.” (Rodrigues et al., 2016)

Identificação, pertencimento e conceitos afins

Identidade e pertencimento

“Construir uma identidade, para Erikson (1972), implica em definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida” (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silveiras, 2003). Ela é constituída pela memória em seus dois aspectos: um que diz respeito a autopercepção; e outro que diz respeito ao reconhecimento social, de forma a ser um “fator extremamente importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (Pollak, 1992). É a reunião de memórias individuais e coletivas que, numa estruturação discursiva, buscam encontrar o ‘eu’ diferenciando-o do ‘outro’, segundo Andreoni (2011).

Segundo Tavares (2014), além da estruturação histórico-discursiva que dá substância a essa construção, o processo também reúne fatores contextuais [referente às circunstâncias presentes] que, juntos, acentuam semelhanças e diferenças entre indivíduos produzindo sentimento de pertencimento a determinados grupos e a exclusão de outros. Tal sentimento é fundamental para que o indivíduo se aproprie das suas possibilidades e impossibilidades de participação na sociedade. Esta questão é tão grave que, além de ser uma necessidade humana elementar e universal, é questão de saúde física e mental.

“Pertencer a um grupo representa para o indivíduo uma possibilidade de redução da incerteza subjetiva (Hogg e Terry, 2000), pois o significado emocional implícito na relação entre eles constitui, para o sujeito, um estímulo afetivo, na medida em que ele se sente integrante do grupo. Não só o sentimento de pertencer, mas também a sua autopercepção como membro do grupo são as bases requeridas para a identificação social, propiciando assim uma orientação para a ação, compatível com a sua participação no grupo. (Machado, 2003)

Essa busca do limite que define a identidade individual é feita perante um contexto social almejando aquilo que no “eu” permanece constante, e que, por conseguinte, proporciona o sentimento de continuidade e coerência da unidade interna do indivíduo. Nesse sentido, pode-se inferir que o contexto social representa os aspectos mutáveis perante a um “eu” cognoscente que busca o autoconhecimento para estabilizar a sua identidade perante o fluxo dos acontecimentos.

“A dinâmica da identidade é alimentada pela busca constante de unidade subjetiva por parte dos indivíduos, pois eles adotam freqüentemente padrões comportamentais direcionados para preencher as expectativas do outro sobre sua própria conduta, contrariando muitas vezes sua autodeterminação (Ricoeur, 1990). Entretanto, se essa dissonância ocorrer com muita intensidade, pode resultarem fragilidade e em ruptura da unidade subjetiva (Moessinger, 2000). Construir a própria identidade é, portanto, permanente desafio no sentido de encontrar o equilíbrio entre aquilo que se é e o que os outros esperam que nós sejamos.” (Rovida, 2016)

Em suma, pode-se dizer que a memória individual e coletiva propicia à elaboração histórico-discursiva do “eu” que, junto aos fatores contextuais, diferencia o indivíduo no tocante à construção de sua identidade. Isto se dá devido a comparação, por meio de semelhanças e diferenças, a qual baseia o sentimento de pertencimento à um grupo em detrimento de outro, o que, por conseguinte, gera a estabilidade física e mental necessária para que o indivíduo se reconheça no processo de construção de sua identidade e subjetividade, e assim, possa se apropriar das suas possibilidades e impossibilidades de participação na sociedade, cuidando para não romper com a sua unidade subjetiva através da dissonância entre a sua autodeterminação e as expectativas alheias.

Memória e identificação social

Segundo Halbwachs (2004), a memória é sempre uma construção coletiva porque o indivíduo, ao criá-la, compartilha os modos de pensamento e experiência comum de um grupo de referência presente fisicamente ou não, mas do qual já fez parte e identificou-se. Em suma, a “vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança.” (Schmidt e Mahfoud, 1993). A cada vez que se lembra, se [re]constrói uma memória nova que depende do “contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais”.

Portanto, observa-se que o sentimento de pertencimento a um grupo é fundamental para a construção da memória. Assim, a estruturação histórico-discursiva, apesar de ser essencial para a construção da identidade, não o é para o pertencimento. Logo, verifica-se uma prioridade dos elementos contextuais relacionados às circunstâncias presentes. Ou seja, primeiro o contexto gera o sentimento de pertencimento para que este gere a memória individual e coletiva que possibilita a estruturação histórico-discursiva. Sugerimos, como exemplo¹⁹, o caso de um neném que não tem tal estruturação do seu “eu” suficientemente clara, mas é o sentimento de pertencimento à sua família no contexto presente que dá a estabilidade física e mental necessária para que, durante o seu crescimento, ele a realize e, assim, possa se sentir pertencente à círculos sociais cada vez maiores até desenvolver a sua identidade social.

Quando a memória de um indivíduo é confrontada com a de outro e encontra ressonância a partir da confirmação de pontos em comum, aumenta-se “confiança na exatidão de nossa evocação”, como afirma Halbwachs (1990) *apud* Schmidt et al. (1993). Ao sair da esfera do monólogo perante essa coletividade virtual, a memória passa a ser objeto de um efetivo diálogo perante o grupo, que busca localizar, articular e ordenar as lembranças de quadros sociais comuns, tornando-se, então, o conteúdo da memória coletiva.

“A memória [coletiva] é viva, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p.9 *apud* Andreoni, 2011).

A constante dialética entre lembrança e esquecimento é o que dá substância à memória. Quanto a isso, Aristóteles a distingue com dois conceitos distintos: *mnemê* e *mamnesi*. Segundo Ramos (2011), o primeiro diz respeito “à memória pensada em sua potência de conservação do passado”, e o segundo, “o desejo de recuperar de forma voluntária este passado”. De um lado está o passado como

¹⁹ Na qualidade de hipótese meramente ilustrativa do entendimento que o grupo de trabalho teve ao estudar tais conceitos.

definitivamente ocorreu, “rebelde à inteligibilidade” e, do outro, aquilo que pode ser lembrado através do esforço voluntário.

Sobre o primeiro conceito, que se refere à uma perspectiva mais sensível do que intelectual, Michael Pollack (1992)²⁰ afirma que a memória é constituída por três elementos:

“(...) os acontecimentos vividos pessoalmente; os acontecimentos hereditários, quando se refere a fatos presenciados pelo grupo à qual a pessoa se sente pertencer, ou seja, que não são vivenciados pessoalmente, mas apropriados por meio do imaginário; e a memória constituída por pessoas e personagens, podendo-se ainda considerar os lugares de memória, aqueles associados a alguma lembrança.” (Pollak, 1992)

Pollak (1992) entende a identificação social como a vivência “por tabela” de acontecimentos vividos por uma coletividade à qual uma pessoa se sente pertencer. Quando a identificação com determinado acontecimento é tão forte, podemos dizer que a memória foi “quase que herdada”. Assim sendo, a identificação social é um elemento constitutivo da memória coletiva.

Sobre o segundo conceito, Gomes e Santana (2010) informam que no século XVIII, os iluministas passaram a deixar de lado a tradição escolástica devido a esse viés afetivo da memória e vislumbraram a abordagem racional e cética. Com o desenvolvimento da Historiografia, o conceito de memória se tornou sinônimo de História, e, assim, se apoderou da memória coletiva por meio do estudo das tradições populares.

Cabe ressaltar que tal processo sempre teve um caráter nacionalista, como era predominante naquela época. De qualquer forma, o movimento teve a sua importância haja vista que inseriu, pela primeira vez, a voz do “povo” na história²¹.

“Do seu início até praticamente a metade do século XIX, a História, herdeira da tradição positivista da epistemologia, via-se como ciência capaz de relatar o passado tal como este havia se dado, desde que anulada a subjetividade do historiador durante a pesquisa.” (Gomes et al., 2010)

Até aqui, observamos que a memória individual é sempre uma construção coletiva, portanto, o sentimento de pertencimento é condição para prover a estabilidade física e mental necessária para que ela aconteça. Através do diálogo efetivo com o outro, encontra-se pontos comuns que se reforçam mutuamente e dão origem à uma memória “viva”, chamada de memória coletiva.

Os iluministas do século XVIII optaram por deixar de lado a tradição escolástica que vislumbrava uma memória como “potência de conservação do passado” (Ramos, 2011), haja vista que

²⁰Cabe ressaltar que Pollack não realiza tal classificação em seu estudo, porém, sua forma de abordagem sugere um posicionamento mais subjetivo.

²¹ Até então, a História contava apenas os feitos dos Grandes Homens e do Estados.

ela nunca seria totalmente inteligível além de carregar elementos afetivos, então passaram a focar sob aspectos mais céticos e racionais, porém com viés nacionalista. O ápice dessa vertente se dá na tradição positivista que busca idealmente eliminar qualquer subjetividade do historiador durante a pesquisa.

Tradição

A tradição é entendida como uma “esfera maior” que liga as memórias coletivas devidamente solidificadas de uma sociedade, conforme Gomes et al. (2010), perpetuando o passado no presente, sem rupturas. Contudo, nela “o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado” (Schmidt et al., 1993), haja vista que a manutenção da memória coletiva depende das “necessidades espirituais do presente”. Esse tipo de memória é vivente e perpetuada pela tradição.

Assim sendo, nota-se uma incompatibilidade entre a abordagem historiográfica de viés técnico-científico e a transmissão das memórias coletivas por meio da tradição, haja vista que a busca pela eliminação da subjetividade e dos aspectos afetivos prejudica a vivência das memórias coletivas ali transmitidas.

Nesse sentido, ressalta Schmidt et al. (1993), que a memória histórica busca solucionar rupturas históricas no próprio passado, sem a atualização, ou seja, sem a vivência presente, o que exige do memorialista vontade de imersão no tempo passado, podendo, sob certos aspectos²², dificultar a identificação social. Contudo é possível que ambas as abordagens se complementem, daí a necessidade de cuidado em conciliá-las. Pollak (1992) cita um caso que pode servir de exemplo sobre um conflito entre a historiografia oficial e a memória coletiva francesa.

“Sabe-se que a França foi libertada por etapas. Em consequência, a data da vivência da Libertação e do fim da guerra não é a mesma para todos. O 8 de maio [de 1945] é uma data longínqua, porque é muito posterior à da Libertação de Paris [em 1944]. O grande momento de alegria popular não é 1945, não é o 8 de maio, e sim a segunda metade do ano de 1944. A rigor, pode-se dizer que, além da transferência entre datas oficiais, há também o predomínio da memória sobre determinada cronologia política, ainda que esta última esteja mais fortemente investida pela retórica, até mesmo pela reconstrução historiográfica.” (Pollak, 1992)

Ao se apropriar da memória coletiva a partir das tradições populares, a historiografia moderna criou um problema no tocante à transmissão da tradição: consiste no dilema entre a objetividade da historiografia enquanto ciência e a constante atualização da subjetividade vivente da tradição. Ainda que a abordagem historiográfica seja fundamental para o Museu Histórico do CBMERJ, o estudo da identificação e do senso de pertencimento a partir do avivamento da memória coletiva, caminha nesta

²² Apesar de ser possível tal identificação, ela requer uma imaginação e um raciocínio bastante apurado, além da motivação para depreender com tal esforço.

vertente paralela que necessita estar em sinergia com a primeira, caso contrário, não será possível superar o senso de ruptura histórica e proporcionar a identificação social com os acontecimentos ali retratados, e ainda haverá o risco de conflito com a narrativa oferecida pelo CBMERJ, por meio do seu Museu Histórico. Por outro lado, como a memória coletiva é sempre vivente, a reconstrução e ressignificação do passado surge como caminho para a reconciliação entre a tradição vivente e a história da Corporação, nos casos em que couber, tampando, assim, as lacunas entre as narrativas e possibilitando a transmissão de uma tradição viva.

História

Como já foi dito, a tradição, como “veículo temporal” das memórias coletivas, necessita da identificação social permanentemente atualizada para se manter “viva”, contudo, as correntes historiográficas de epistemologia positivista da segunda metade do século XIX, segundo Gomes e Santana (2010), buscavam anular a subjetividade do historiador, até então sob a perspectiva do nacionalismo. Em ambos os casos, a memória coletiva acabava, de certa forma, sufocada, seja pelo nacionalismo, seja pela ausência dos elementos subjetivos que propiciavam sua vivência.

Apenas com o advento da Escola dos Annales, na França, acontece a quebra efetiva deste paradigma “ao propor uma aliança da História com outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia e, principalmente, a Psicologia, individual e social” (Gomes et al., 2010).

“O “grupo dos Annales” tinha, no período de 1929 a 1969, concepções comuns que foram resultado de debates travados com historiadores tradicionais – positivistas e historicistas. As ideias e diretrizes do grupo, apresentadas por Burke (1997, p. 12-15), foram as seguintes:

- **a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema;**
- **a história de todas as atividades humanas e não apenas da história política;**
- a colaboração com outras disciplinas, tais como a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Economia, a Linguística e a Antropologia Social;
- a introdução de diversos aspectos da vida social nos estudos da História: a vida diária, o povo e as coisas, bens que a humanidade produz ou consome, a civilização material, as representações coletivas, a história sociocultural;
- a ênfase na história econômica, demográfica e social, salientando os aspectos sociais por meio de estudos regionais, coletivos e comparativos em detrimento do episódico e individual;
- **a descoberta e utilização de novas fontes: tradição oral e vestígios arqueológicos”.**
(Gomes et al., 2010) *grifo nosso*

Embora a Escola dos Annales tenha aberto a perspectiva de estudo que possibilita a reinserção da sociedade no desenvolvimento da memória coletiva, em especial, a partir do uso de novas fontes, como a tradição oral, ela propõe a substituição da narrativa tradicional dos acontecimentos por uma história-problema e a construção da história de todas as atividades humanas, além de outras ideias e

diretrizes, o que, grosso modo, deve ser analisada com cuidado, haja vista se tratar de uma Instituição centenária e tradicional que é o CBMERJ.

Um exemplo que pode ser trazido para esta questão, diz respeito à problematização que a Prof^a. Andrea Lomeu Beltrão trouxe em sua tese de mestrado²³ com a seguinte citação ao se referir à expografia do Museu dos Militares Mineiros (MMM):

“... percebi que em meio a tantos artefatos, objetos, documentos e fotografias que se referem ao universo militar, a expografia não abre espaços para debates acerca das memórias dos militares e pouco valoriza os indivíduos que compõem as instituições militares mineiras. **Em meio a uma narrativa linear, que exalta as corporações militares e não abre espaço para problematizações e pontos de vistas diversificados e plurais...**” (Beltrão, 2020) *grifo nosso*

Nota-se que a autora aponta justamente os aspectos relacionados a narrativa tradicional dos acontecimentos ao citar “a narrativa linear, que exalta as corporações militares e não abre espaço para problematizações”. Tal sentença evidencia, também, a ausência de uma abordagem por meio de uma história-problema, considerando que, anteriormente, na pesquisa (pg.17), ela havia percebido “a necessidade destes sujeitos se identificarem com a narrativa museal.” Tal perspectiva encaixa-se perfeitamente na concepção da Escola dos Annales, apesar da autora utilizar como embasamento o “reposicionamento, de grande parte destes museus, em relação à sociedade...” (Beltrão, 2020) com o advento da Nova Museologia, que também segue pela mesma linha.

O trabalho se desenvolve com as entrevistas aos Bombeiros Militares, reformados e/ou da reserva, pertencentes à associação chamada Confraria do Fogo, buscando justamente abrir tais espaços e possibilitar pontos de vistas diversificados e plurais e, por fim, a autora conclui:

“São narrativas plurais, múltiplas, que trazem até mesmo algumas visões contraditórias a respeito do Corpo de Bombeiros. Estas visões nos possibilitam perceber que **a instituição que é tida por muito como uma instituição de heróis, é na verdade, uma instituição formada por vários indivíduos, com sentimentos, medos, limitações e habilidades.** Por meio das microbiografias dos confrades do fogo, foi possível elucidar que a instituição que o Corpo de Bombeiros, uma corporação que tem o corpo no nome e que, **aparentemente é homogêneo, na verdade, é formado por sujeitos diversos, heterogêneos.**” (Beltrão, 2020)

Assim sendo, apesar de todos os participantes terem demonstrado em suas entrevistas “o sentimento de orgulho por terem servido no Corpo de Bombeiros”, observa-se aí mais um exemplo de um aparente conflito entre a narrativa historiográfica tradicional, que coloca o Bombeiro Militar como “herói”, e a memória coletiva, obtida pelas entrevistas. Contudo, como já fora apontado no tópico passado, é possível que uma abordagem não substitua a outra, como preconiza a Escola dos Annales. O caminho para isto é o trabalho com a ressignificação das memórias coletivas a partir de uma

²³ Intitulada: “O Museu dos Militares Mineiros e a valorização da memória do sujeito bombeiro militar” (Beltrão, 2020)

contextualização histórica tendo como base a análise dialética entre lembrança e esquecimento, enquadrando-a devidamente na sua época e extraindo aquilo que ela possui de universal, no caso, o valor do heroísmo apesar das adversidades, para que ela realize sua função de gerar identificação e, ao mesmo tempo, preserve a narrativa institucional. Dessa forma, a instituição continuaria homogênea e, ao mesmo tempo, formada por sujeitos diversos e heterogêneos, além de permanecer verdadeiramente constituída por heróis ao mesmo tempo que é formada por indivíduos com sentimentos, medos, limitações e habilidades.

Temporalidade

A experiência humana da passagem do tempo se dá no curso de uma narrativa que atua como “divisor de águas” entre dois momentos distintos, o passado e o presente, como afirma Santos (2014) *apud* Ricoeur (2011). Considerando que ambos os conceitos são relativos e que não possuem uma extensão própria, a percepção da passagem do tempo - o que é passado e o que é presente - pode variar desde períodos de décadas à períodos de poucos anos ou meses.

Da mesma forma que a escala de observação de um microscópico altera sobremaneira a classe dos conhecimentos necessários para estudo do objeto, a escala de observação histórica altera, portanto, a abordagem relacionada ao sentimento de pertencimento, tradição e identificação. Santos (2014) aborda a temática sobre perspectiva dos gestores e dos funcionários, e exemplifica dizendo:

“A história pode ser percebida de maneira diferente pelos funcionários em relação àquela observada pelos gestores. Para Tassel (2008), esse fenômeno caracteriza uma forma de gestão simbólica das representações temporais, ilustrada pela diferença entre o horizonte de expectativa dos gestores e a experiência vivida pelos funcionários.”

[...]

Diferentes vozes dentro da organização relatam suas experiências e sua versão da história organizacional. Torna-se imperativo conhecer e reconhecer essa polifonia, melhorar e incorporar essas experiências no processo de narração da história organizacional, destacando a pluralidade de vozes que compõem a organização

[...]

“O contraste entre a visão dos gestores e a visão dos colaboradores pode, muitas vezes, suscitar diferentes versões da história organizacional.” (Santos, 2014)

Além disso, é importante considerar que na atualidade há uma disrupção da apreensão habitual do tempo haja vista que a aceleração do dinamismo causado pelas novas tecnologias tem resultado, segundo Arruda (2011), numa sensação de distanciamento temporal cada vez maior: “os reflexos deste distanciamento compreendem a ideia de que o passado, mesmo recente, é cada vez menos próximo das práticas culturais contemporâneas” (Arruda, 2011).

Ainda que à primeira vista, prossegue Arruda, tal fenômeno pareça desvalorizar a história, isso não significa seu total abandono, muito pelo contrário, isso tem feito com que o passado seja um

“objeto raro, de valor inestimável e também um objeto de curiosidade e atenção” (Arruda, 2011), desde que seja apresentado da forma apropriada. Além disso, o passado também vem sendo ressignificado como elemento que reforça a continuidade histórica na qual o indivíduo pode ancorar suas crenças e valores em detrimento à liquidez da atualidade pós-moderna.

Lugares de memória

A memória coletiva é devidamente solidificada porque ela possui um enquadramento que a organiza e a torna possível de “ser um elemento importante na formação de identidades”, como afirma (Porto & Eggert-Steindel, 2016) *apud* Murguia (2010). Lugar de memória é um conceito criado pelo historiador Pierre Nora (1993) que diz respeito ao espaço físico que serve como esse suporte organizador da memória coletiva, salvaguardando de “materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva” (Porto et al, 2016). Portanto, trata-se de algo físico, mas que possui função simbólica, podendo ser monumentos, lugares, celebrações, comemorações, entre outros, que ancoram e exprimem a memória coletiva.

Na realidade do CBMERJ, o Quartel do Comando Geral (QCG), bem como as Unidades de Ensino, funcionam analogamente como lugares de memória, pois basta qualquer bombeiro militar pisar os pés nestes lugares que instantaneamente se recordam de inúmeras vivências importantes de suas carreiras, portanto eles salvaguardam a materialidade simbólica das representações coletivas, apesar de não serem suportes organizadores e nem possuírem atualmente tal finalidade. O mesmo pode ser sugerido para cada Unidade de Bombeiro Militar para aqueles que nela serviram durante algum período de suas carreiras.

“Esses espaços podem ser simbólicos[...] ou físicos. Os espaços da memória têm assim, uma dupla função: simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares. Pautados nessas considerações, entendemos arquivos, bibliotecas e **museus** como lugares de memória, mas consideramos também que o entendimento de cada um deles a respeito da memória, devesse ser aproximado, num encontro no qual, múltiplos olhares sobre o tema fossem apresentados (MURGUIA, 2010, p. 8-9).” (Porto et al., 2016) *grifo nosso*

Patrimônio

Segundo Canani (2005), o termo patrimônio tem uma estreita relação com a questão da herança, na medida em que uma propriedade de valor é transmitida à geração seguinte de forma a preservar o *status* que dela seu proprietário possuía. Nesse processo, ocorre também a transmissão das funções sociais a ela relacionadas. Como nem sempre a herança é igualmente valorizada pelo sucessor, por

vezes acontecem rearranjos entre os membros da linha sucessória em função da afinidade para que a coleção de objetos mantenha seu valor preservado.

Cabe ressaltar que nem sempre o valor de determinada propriedade foi reconhecido. Em algum momento, houve uma iniciativa para atribuição deste ao patrimônio, tornando-o digno de ser conservado e transmitido. Quanto se trata de um patrimônio histórico e cultural, a instituição que tem autoridade para realizar tal atribuição é o Estado, a partir dos instrumentos legais, como o tombamento, para o patrimônio material, e o registro, para o patrimônio imaterial. E qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar a instauração do processo de tombamento, o que inclui o CBMERJ. Daí a importância da proatividade da Corporação no tocante ao reconhecimento de valor de seus bens, assim como ao trabalho de conservação e transmissão do patrimônio às gerações seguintes a partir do contínuo processo de ressignificação, revalorização e rearranjo.

O patrimônio cultural pode ser visto como a herança de um conjunto de bens e valores representativos de um povo. Segundo o IPHAN:

“é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas”. (IPHAN, s.d.)

Trabalho e comprometimento organizacional

O papel do trabalho na construção da identidade

Segundo Roveda (2016), o trabalho “não é uma atividade que tem como único objetivo gerar mais-valia no processo produtivo capitalista”, e sim, uma atividade que diferencia o homem dos animais devido ao seu planejamento consciente, inteligente e proposital a fim de alterar o estado natural dos “materiais”, melhorando sua utilidade e ampliando as potencialidades naturais no meio em que vive. Assim, o que fica evidente é que o trabalho humano “não é uma atividade instintiva que visa a preservação da vida”, e sim, uma atividade que visa melhorar suas condições de vida, alterando a natureza a sua volta e mudando o homem em si mesmo. O trabalho se vincula à essência do ser humano, sendo um componente importante na formação da sua identidade.

Com o advento da divisão do trabalho amplia-se a interdependência entre os indivíduos e coletivos, além de gerar desigualdades sociais quantitativas e qualitativas. Com isso, há um “adensamento das sociedades” pois os coletivos necessitam estarem juntos no processo produtivo e, com isso, ocasiona aumento de conflitos e disputas. Contudo, cabe ressaltar que há uma certa liberdade para que os indivíduos escolham determinado trabalho conforme suas habilidades e capacidades

naturais. Assim sendo, a profissão passa a ser um elemento diferenciador no processo de formação da identidade social.

“Para que a divisão do trabalho produza solidariedade, não basta, pois, que cada um tenha a sua tarefa, é necessário, além disso, que essa tarefa lhe convenha. (...) se a instituição das classes ou das castas dá origem, por vezes, a dolorosos atritos, em vez de produzir solidariedade, é porque a distribuição das funções sociais em que ela repousa não corresponde ou, antes, não mais corresponde à distribuição dos talentos naturais.

[...]

Na contemporaneidade, outras complicações surgem nesse cenário como a questão da flexibilização do trabalho, a divisão mundial do trabalho e as influências das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo produtivo e na vida em sociedade.” (Durkheim, 2004:p.392-393, apud Rovida, 2016)

A profissão, então, passa a cumprir uma função social que serve de base na construção da identidade social. Analisando-a sob as duas perspectivas relacionadas ao conceito de identidade, a autopercepção do trabalho incide na adequação entre os anseios e capacidades do indivíduo ao papel escolhido, enquanto o reconhecimento social incide na percepção de valor por parte do grupo, correspondente àquela ‘autopercebida’. E, sob o aspecto temporal, é necessário a constante observância quanto a necessidade de atualização do significado, a fim de que seja mantida e consolidada a identificação.

“Construir uma identidade no trabalho, entendida como: “a maneira de elaborar um sentido para si na multiplicidade de papéis sociais, e de fazê-la ser reconhecida por seus companheiros de trabalho” (Sainsanlieu, 1995, p.217).” (Machado, 2003)

Machado (2003) continua afirmando que as identificações possíveis entre o indivíduo e a organização podem ocorrer de três formas: ao trabalho, em si; à empresa, resultando em sentimento de proteção; e à trajetória, constituindo uma identidade visada em um projeto pessoal futuro. É na sua permanente construção, mediada entre a identidade assumida e identidade visada, que haverá o espaço para interação social e a participação do outro na construção da própria identidade. Portanto, é necessário que a identidade almejada nunca seja totalmente alcançada.

Além disso, complementa sobre a importância do sistema de representações na sua construção, em especial na legitimação da autoridade da organização e àquelas ligadas à finalidade de seu trabalho e da empresa.

Quanto às relações de poder no trabalho, os indivíduos de uma organização hierárquica rígida tendem a se identificar com seus superiores numa tentativa de reduzir as distâncias sociais. Contudo esse processo gera entraves para o avanço e a igualdade entre os pares, em face a tentação de permanente do favoritismo. Ademais, quando o indivíduo se vê totalmente dependente e incapaz de

opor-se aos outros, colegas ou chefes, sua experiência de trabalho passa a ser interpretada de maneira “imaginária, alucinatória e fantasmagórica” (Machado, 2003).

Quanto ao plano afetivo e cognitivo, o indivíduo tende a se conformar ao comportamento coletivo e assim estabelecer vínculos afetivos neste ambiente. Esse processo pode derivar em identificações distorcidas, em especial quando há pouco espaço de autonomia, havendo a possibilidade de engendrar em processos de identificação de natureza projetiva, nos quais o indivíduo se imagina no lugar do outro, ou de natureza imitativa, quando o indivíduo copia e procura viver a vida do outro.

“A adesão ao grupo requer, portanto, pensar, agir e sentir-se como integrante, a fim de que todos tenham em comum uma mesma lógica de atuar nas posições sociais que ocupam (Sainsanlieu, 1977).” (Machado, 2003)

Por fim, acrescenta Machado (2003), a seleção dos relacionamentos por parte dos indivíduos contribui para fazer face às pressões que objetivam elevar espaços de poder na organização. A identidade no trabalho, dessa forma, constitui componente importante no processo motivacional.

Identidade organizacional e corporativa

Machado (2003) disserta sobre a distinção entre a identidade organizacional e identidade corporativa. A primeira “compreende o processo, atividade e acontecimento por meio dos quais a organização se torna específica na mente de seus integrantes”. Trata-se de um processo contínuo no qual o indivíduo vai internalizando as crenças compartilhadas pelos membros da organização quanto aos aspectos essenciais e imutáveis simbolizando a continuidade da organização ao longo do tempo.

“Também Albert e Whetten (*apud* Whetten, 1998) ressaltam que a identidade organizacional tem três dimensões: (1) a definida pelos membros da organização, que é a central; (2) o que distingue a organização de outras; e (3) o que é percebido como traço contínuo, ligando o passado ao presente.” (Machado, 2003)

A identidade corporativa diz respeito à imagem da organização perante o contexto social externo o qual a ela está inserida, diferenciando-a das demais. Nota-se que há uma sinergia entre ambas, de forma que qualquer dano sofrido pela imagem institucional no ambiente externo possa resultar em riscos para a identidade organizacional percebida internamente.

A cultura organizacional

Os processos pelos quais se constrói a identidade organizacional ocorrem por meio de estratégias de comunicação interna do sistema de representações. Nesse contexto, a Cultura ocupa um espaço central nos processos de mediação, conforme (Machado, 2003).

“Para Willians (2009), o hegemônico, termo usado no sentido dado por Gramsci, não prescinde da diversidade e das oposições, muito pelo contrário [...] a hegemonia se configura a partir das forças sociais e culturais ativas que constituem seus elementos básicos e o hegemônico precisa ser capaz de absorver o diferente e até mesmo as oposições para se manter.” (Machado, 2003)

Portanto, a Cultura, como espaço central nos processos de mediação da comunicação interna, precisa contribuir para a absorção das diferenças e oposições, o que significa preservar a sua própria existência enquanto cultura organizacional. Segundo Zavareze (2008), ela tem um importante papel na gestão estratégica de uma empresa. Seu estudo “permite compreender as relações de poder, regras não escritas, aquilo que é tido como verdade, crenças, mitos e costumes”, permitindo um planejamento adequado à realidade.

“O Conceito de cultura organizacional se refere a um sistema de significados compartilhados por uma grande parte dos membros de uma organização e que distingue uma organização das outras.” (Zavareze, 2008)

Atuando como uma espécie de “plano de fundo” da comunicação institucional, a cultura é, portanto, é um elemento constitutivo da identidade organizacional.

“(...) comunicação e cultura são fundamentais e devem ser vistas como o “ajuste” para todo o sistema organizacional. (...) A busca da participação consciente dos indivíduos, por meio de grupos de trabalho cooperativos, no esforço para a realização de objetivos comuns, humanos e organizacionais, deve ser a nova mentalidade dos profissionais que trabalham com a comunicação estratégica, criando e modificando valores, identificando padrões culturais, refletindo a cultura organizacional e agindo sobre os sistemas de comunicação. Com certeza, é este o novo caminho para o desenvolvimento da sustentação da complexidade da organização (p. 3).”

[...]

“Entre os maiores desajustes que se observam no processo administrativo está o descompasso entre decisões normativas e as realidades culturais que identificam a personalidade da comunidade interna. É bastante comum a adoção de políticas, rotinas, procedimentos, sem se levar em consideração os usos, costumes, comportamentos, hábitos, peculiaridade e manias que tipificam a cultura dos agrupamentos humanos. (p 3)”

[...]

É preciso estar ciente às mudanças e às diferenças culturais que existem dentro da mesma organização. (...) segundo postulado proposto por Fossá (1999, p. 186): “a comunicação deve moldar-se à cultura organizacional e ao mesmo tempo adaptar-se às constantes mudanças ambientais e estabelecer constância de propósitos.”

[...]

Culturas fortes, enraizadas e de respeito aos princípios da organização desde sua fundação necessitam de uma injeção de modernidade, mas ainda são a chave de estratégias para processos de comunicação bem concebidos...” (Zavareze, 2008)

Narrativa e legitimação organizacional

Andreoni, (2011) contextualiza que a história organizacional começou a se firmar como uma nova perspectiva para a administração das organizações quando as formas tradicionais das relações públicas e de comunicação começaram a se enfraquecer na missão de envolver os empregados e outros públicos

“Diante da crise das metanarrativas explicativas e totalizadoras, os indivíduos encontram-se em um período de busca de um sentido identitário, de referências e de valores a serem seguidos.” (Santos, 2014)

A identificação do trabalhador com a organização o faz ser sujeito da trajetória, a partir de uma história compartilhada, fortalecendo o seu papel na sociedade e o seu envolvimento com a comunidade, além de promover identidade e credibilidade entre os atores sociais internos e externos.

A narrativa histórico-organizacional dá coerência às ações da empresa em uma perspectiva temporal, como afirma Santos (2014), funcionando como elementos de legitimação, firmando seus atos e decisões e reforçando sua existência por meio de uma comunicação afirmativa.

“Recuperar e contar a história organizacional, nesse sentido, permite legitimar as decisões estratégicas das empresas, justificando as escolhas em função das exigências do período em que foram tomadas.” (Santos, 2014)

Há de se ressaltar a problemática envolvendo historiadores e empresários. Os primeiros, por vezes eram tidos como ameaças que poderiam trazer luz à segredos, falhas e omissões nas organizações. Além do que a mentalidade imediatista focada nas decisões presentes, nem sempre permitiram aos gestores enxergar a história organizacional como elemento fortalecedor de suas decisões, característica esta, corroborada pelo viés que remete o tradicional ao obsoleto, aquilo que é obstáculo ao progresso. Contudo, a pós-modernidade, marcada pela liquidez, “que aceita o efêmero, o fragmentário e o descontínuo” (Andreoni, 2011), acabou por tornar o passado um ponto de apoio firme para a construção da identidade.

“O olhar ao passado simboliza, então, a busca da identidade, dos valores, da cultura e das raízes da organização, pois, “face à série de fatores bastante complexos que orientam e condicionam o futuro, doravante o recurso à história não parece nem supérfluo, nem sinônimo de passadismo e de estagnação” (Santos, 2014)

A partir daí, continua Santos (2014), mencionando que o “fazer organizacional” passou a desenvolver processos de valorização da história a partir da criação de associações, comitês, centros de história/memória, entendendo-a como um produto resultado de um processo de produção desenvolvido no interior das organizações, que encontra na comunicação institucional o mecanismo de difusão e mediação da história.

Essa corrente vai ao encontro da Escola dos Annales justamente no tocante a questão da história oral haja vista ser uma das únicas ferramentas capazes de produzir a narrativa institucional. Cabe ressaltar que o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro é, neste quesito, privilegiado por ter uma história rica e conservada em comparação às demais organizações brasileiras que não tinham este hábito. Contudo há de se ressaltar a necessidade de incorporar elementos de história oral a fim de fortalecer a narrativa histórica da institucional de acordo com a tendência supracitada.

História oral

“A História do tempo presente na narrativa dos sujeitos sociais” (Gomes & Santana, 2010). Assim sendo, a história oral pode contribuir para o fortalecimento da história institucional, das memórias coletivas e do avivamento da tradição, caso seja estrategicamente planejada.

Eminentemente viva e atual, a história oral percebe o passado como algo que tem continuidade do processo histórico até o presente. Contudo, ela demanda metodologia própria para análise historiográfica haja vista conter inúmeras problemáticas técnicas no seu uso, apesar da literatura científica já ter validado a possibilidade de sua utilização.

“A maior potencialidade desse tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico. Consequentemente, reativa o conflito entre liberdade e determinismo ou entre estrutura social e ação humana. Os indivíduos, elementos fundamentais para a compreensão da vida humana, têm sido frequentemente minimizados e marginalizados pelo cientista social, que acredita que os documentos pessoais são subjetivos, descritivos e arbitrários para contribuir com o avanço científico.” (Santos, 2014)

O papel da tradição no comprometimento organizacional

Álvaro Tamayo (2005) nos informa que o comprometimento organizacional possui três componentes: normativo, instrumental e afetivo. O primeiro se refere às obrigações contratuais e normativas do funcionário; o segundo, ao atendimento das necessidades que o funcionário possui; e, por último, à identificação com a organização.

“Segundo Mowday e colaboradores (1979), o comprometimento afetivo compreende três dimensões: 1) a aceitação dos valores, normas e objetivos da organização; 2) a disposição de

investir esforços em favor da organização; e 3) o desejo e a vontade de se manter membro da organização. (...) Ele envolve uma relação ativa, na qual o indivíduo deseja pôr algo de si próprio para contribuir para o bem-estar da organização” (MOWDAY; PORTER; STEERS, 1982:27).” (Tamayo, 2005)

Analisando os fatores que contribuem para o fortalecimento do comprometimento afetivo, Tamayo observa que ele tende a decrescer quanto maior o nível educacional e a percepção de *locus* de controle externo. E, estudando os valores pessoais do trabalhador, constatou que “a tradição, o poder e o universalismo são preditores positivos de comprometimento” (Tamayo, 2005).

Contudo, quando se trata de uma cultura organizacional, observou em seu estudo, que o tradicionalismo, com a rígida manutenção de normas, regulamentos, práticas, costumes, rituais, etc., apesar de contribuir para a estabilidade organizacional a partir da redução das incertezas internas, pode se constituir como obstáculo para o seu desenvolvimento devido à três fatores: tais soluções foram dadas no passado, logo, sem a atualização e ressignificação, tais hábitos perdem o sentido; a tradição limitaria a margem de ação do trabalhador, reduzindo sua autonomia; e, por último, poderia desconsiderar os valores e motivações do trabalhador atual.

Portanto, mais alguns cuidados são colocados no tocante a gestão estratégica da cultura organizacional, em especial no tocante ao tratamento dos valores pessoais perante a cultura organizacional.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Na atualidade, a ressignificação do conceito de Museu consiste em tratá-lo como uma ferramenta de comunicação ao público das histórias representadas pelos objetos museais, contudo, como afirma Muchacho (2005) “o museu tradicional não consegue transmitir todo o seu valor através da visita...”. Esta afirmativa toca num problema essencial da instituição museológica, haja vista que, em todo caso, há uma dependência do interesse prévio do visitante em conhecer todos os diversos segmentos de história com os quais o acervo museológico se relaciona. E assim, já com essa “bagagem” cultural, a exposição proporcionaria um maior grau de entusiasmo e interesse, o que raramente acontece, pois, no melhor dos casos, o estudioso normalmente tem interesse por apenas um ou outro segmento histórico do qual o Museu possui acervo. Por isso que as estratégias de exposição são sempre importantes, porque visam instigar a curiosidade do visitante, seja ele virtual ou não, a conhecer mais do que aquilo que inicialmente ele estaria almejando.

“Como afirmou Mário Moutinho “não foi a Museologia tradicional que evoluiu para uma Nova Museologia mas sim a transformação da sociedade que levou à mudança dos parâmetros da Museologia” (1989:102).

O museu da actualidade está a enfrentar um desafio constante e primordial:

- a comunicação com o seu público.

O espaço fechado em si próprio, criado com o objectivo principal de preservar e salvaguardar um património, está a alterar-se para ser capaz de transmitir um conceito e de possibilitar aos diversos públicos experiências sensíveis através da interligação com o objecto museal. Como defende Varine “é no contacto sensorial entre o homem e o objecto que o museu encontra a sua justificação e por vezes a sua necessidade” (1992:52).” (Muchacho, 2005) *grifo nosso*

Soma-se isso ao advento da pós-modernidade que vem causando uma aceleração e uma fluidez da apreensão do tempo, tornando-o cada vez mais fragmentado.

“A sociedade contemporânea caracteriza-se por grande dinamismo nas construções de ordem tecnológica, produção de bens e valores em ritmo acelerado e, devido aos vínculos capitalistas, valoriza a obsolescência do ser e das coisas”. (Arruda, 2011)

Os Bombeiros Militares não são imunes a essas mudanças da sociedade. A sensação de obsolescência cada vez mais rápida afeta a tropa de combatentes do fogo, reduzindo-lhes o moral, um assunto tão caro às instituições militares, pois como já afirmava Clausewitz (2003), o moral:

“É o espírito que impregna toda a guerra. Ele impõe-se antecipadamente à vontade que guia e move toda a massa de forças, aderindo de certo modo a ela, sendo essa mesma vontade uma grandeza moral. Está isento infelizmente de qualquer conhecimento livresco, pois não se avalia em número e não faz parte de nenhuma categoria; só deseja ser apercebido ou sentido.” (Clausewitz, 2003)

É num contexto de mudanças culturais e tecnológicas que a temática da virtualização dos museus se apresenta como a solução para inserir a Instituição no contexto social a partir do universo virtual composto por redes de comunicação altamente interativas. Contudo, o excesso de alternativas e a pluralidade de tecnologias e ferramentas digitais suscitam dúvidas sobre quais rumos tomar. E, implementando-as, quais estratégias de comunicação o museu virtual deverá ter com o público? Como relacioná-lo com a sua estrutura física correspondente? Assim, o que à primeira vista, parece ser a solução, acaba por criar um novo obstáculo a ser transposto e esclarecido.

Hipótese

É observado que a aceleração da apreensão do tempo, causado pelas mudanças da sociedade, vem tornando o passado um objeto “raro” a ser valorizado, pois funciona como um ponto de apoio, firme e seguro para ancorar os anseios do presente.

Neste contexto, a história sólida e centenária da Corporação pode ser explorada como uma via de mão dupla que, ao mesmo tempo que fortalece a identidade individual de seus membros a partir do senso de pertencimento, e obtém como retorno, o maior comprometimento a partir da identificação social.

Essa é a hipótese que orientará o caminho para aplicação das tecnologias de virtualização.

Delimitação do Estudo

A primeira abordagem do tema Virtualização diz respeito à implementação de tecnologias dentro do ambiente físico do museu, que se justifica pela necessidade de ampliar a “transmissão de valor” durante a visita e, assim, conseguir captar a atenção do visitante para os itens da exposição, além de proporcionar uma experiência mais lúdica e atrativa. Além disso, tais tecnologias permitem uma maior democratização da experiência de visita, pois podem oferecer o mesmo conteúdo de forma personalizada para diversos segmentos que compõe o público como, por exemplo, para as crianças e as pessoas com deficiência, por meio de tecnologias de acessibilidade, entre outros grupos específicos.

“As TIC [Tecnologias da Informação e da Comunicação] são um instrumento precioso no processo de comunicação entre o museu e o seu público. A sua utilização como complemento de uma exposição vem facilitar a transmissão da mensagem pretendida e captar a atenção do visitante, possibilitando uma nova visão do objecto museológico. [...]”

Os museus podem ser mais atractivos para o público se disponibilizarem mais informação e entretenimento, ou a combinação dos dois – *edutainment* – constituindo um espaço atractivo, com capacidade para alargar e multiplicar as experiências sensoriais e cognitivas que cada sujeito pode usufruir.” (Muchacho, 2005)

A segunda abordagem diz respeito à criação de um museu virtual em ambiente digital. Tal abordagem se justifica por inúmeros fatores, como: a maior acessibilidade, haja vista que até mesmo pessoas do outro lado do globo terrestre poderão conhecer o museu; possibilidade de aumento da quantidade de público simultâneo, pois as visitas não estariam limitadas ao tamanho do ambiente físico, nem à disponibilidade dos guias; promoção da preservação do acervo físico, haja vista que os objetos mais sensíveis poderão ser resguardados com menos prejuízo à exposição; fim das barreiras físicas para quantidade de objetos em exposição, permitindo com que aqueles guardado na reserva técnica também sejam apresentados ao público (há a necessidade de criação de novas estratégias de exposições puramente voltadas ao ambiente virtual); maior autonomia do visitante em “comandar” sua navegação pelo *tour* virtual; a possibilidade de criação de comunidades virtuais reunindo pessoas interessadas nas diversas temáticas apresentadas no museu, aumentando a interatividade com o público; o uso de novas ferramentas de interatividade e entretenimento, buscando uma experiência mais dinâmica; inserção de novas estruturas e objetos históricos no contexto de museu virtual, entre outras possibilidades.

“[...] quando para além dos espaços físicos tradicionais dos museus, a construção de um mundo tridimensional e a digitalização dos acervos através da ferramenta fornecidas pelas novas linguagens tecnológicas têm sido utilizadas para disseminar e democratizar o acesso ao conhecimento e à educação não formal, quer em um museu virtual, quer em um museu presencial com perfil tecnológico.” (Mello, 2013, p.07 apud Filho, 2018)

Compreendendo o aspecto inovador da virtualização dos museus, é preciso utilizá-lo de forma estratégica para que proporcione o senso de pertencimento e a identificação dos Bombeiros Militares em relação à Corporação. Assim sendo, foi estudado tais conceitos com foco na abordagem museológica e, a partir daí, aplicar-se-á no estudo do público interno, a fim de que, a luz de tais conhecimentos, a virtualização do Museu Histórico do CBMERJ contribua para a promoção do comprometimento organizacional, o fortalecimento da identidade individual, da memória coletiva, da história e da tradição.

“Corroboramos com Muchacho (s.d., p. 1541), quando afirma que **o museu virtual é uma realidade nova na museologia. É preciso compreender o caráter inovador como aquele relacionado ao caráter aberto da informática contemporânea** – ou seja, os objetos do museu disponíveis numa perspectiva que é orientada pelos referenciais teóricos de seus autores, mas que permite a sua reconfiguração, conforme os desejos ou interpretações que o visitante possui.

Esta concepção é diferente do que muitas vezes é intitulado de museu virtual: um site informativo sobre as atividades do museu, com imagens digitalizadas, que, apesar de possibilitar o uso de hiperlinks, ainda encerra o visitante ao mapa do site elaborado previamente e, muitas vezes, rígido, fechado à interpretação do navegador.” (Arruda, 2011) *Grifo nosso*

Considerando, então, que tal discussão conceitual ainda é recente no meio acadêmico, reforça-se mais ainda a necessidade do aprofundamento da pesquisa a fim de discorrer sobre esse enorme campo de possibilidades visando, não só, apontar possíveis caminhos e desafios, como também de evitar possíveis retrabalhos.

Ademais, foi visto que os objetos museológicos representam e evidenciam as narrativas históricas que simbolizam os valores permanentes de validade universal fundamentais ao sentido da vida humana, compondo o cerne do itinerário expográfico do museu. Isso ocorre num ambiente de contemplação no qual a experiência do tempo e do espaço é interrompida, dando lugar para a reflexão solitária sobre a leitura da narrativa da exposição, iniciada na entrada no QCG, passando pelo “beco do Kaol” e prosseguindo por toda a arquitetura da edificação. Tudo isto, e apenas isto, se pode esperar de uma visita ao Museu Histórico do CBMERJ.

Portanto, a ênfase dada ao estudo partiu desta perspectiva, colocando subentendida a delimitação do “acervo que possui existência física” quando tratamos dos conceitos abordados. Quanto a isto, podemos destacar que ele pode estar: presente na exposição atual do museu; presente na reserva técnica; ou em potencial, considerando o plano museológico no que se refere à identificação dos bens culturais passíveis de serem incorporados e conservados.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral do presente trabalho foi apontar os caminhos para o fortalecimento dos Valores, da Tradição e da História do CBMERJ através da geração de senso de pertencimento e identificação do Bombeiro Militar com a sua Corporação com o uso da virtualização do acervo físico do seu museu histórico.

Objetivos específicos

- a. Estudar a história dos Museus;
- b. Estudar as atuais normativas, legislações e instituições;
- c. Estudar e discutir os conceitos, nos três eixos principais que compõe a pesquisa: museologia; identificação e pertencimento; e virtualização;
- d. Estudar e discutir outras questões correlatas aos principais eixos conceituais;
- e. Apresentar sinteticamente a história e o museu do CBMERJ;

- f. Pesquisar e analisar o público interno do CBMERJ a luz dos estudos realizados anteriormente;
- g. Concluir sobre os pontos fortes, fracos, oportunidades e desafios relacionados à temática Virtualização do Museu do CBMERJ, abordando: as possibilidades estratégicas relacionadas à museologia com foco no ambiente digital; os elementos sensíveis para o planejamento; a conciliação dos anseios e necessidades do público interno; e as possibilidades tecnológicas.

METODOLOGIA

Seguindo a classificação de Vergara (2014), a pesquisa se caracteriza descritiva exploratória, na medida em que busca a compreensão do tema virtualização do Museu do CBMERJ, com enfoque nos conceitos de identificação, senso de pertencimento, comprometimento organizacional e comunicação museal, identificando os fatores que servirão para fortalecer os valores, a tradição e a história do Bombeiro Militar.

Foi realizada pesquisa bibliográfica, compilando a história Mundial dos museus, partindo das culturas egípcias, época renascentista até os momentos atuais em que os museus se encontram inseridos na educação. No contexto nacional foram abordadas como se deu o surgimento dos museus desde o período colonial brasileiro passando pela formação da república, incluindo a formalização do ensino na Corporação. A legislação nacional e internacional foi analisada com intuito de situar o museu do CBMERJ no cenário nacional. Por fim, ao abordar diversos conceitos, a revisão bibliográfica serviu para analisar a memória individual e coletiva, o patrimônio, as tradições, identificação e pertencimento com a Corporação, entre outros.

Dessa forma, a estrutura da revisão bibliográfica forneceu uma visão geral das principais ideias dando enfoque aos temas relevantes da pesquisa, partindo-se de conceitos gerais aos conceitos específicos (Saunders, Lewis & Thornhill, 2009).

O trabalho de campo foi realizado com grupos focais e se caracterizou como uma pesquisa de opinião, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os Bombeiros Militares, com intuito de analisar os aspectos relacionados ao sentimento de identidade, pertencimento deles com sua Corporação, sua importância e o acesso às informações históricas do CBMERJ, além de relacionar a história do CBMERJ com o sentimento de identidade do Bombeiro Militar com sua Corporação.

A entrevista permitiu relacionar o comprometimento do Bombeiro Militar com o fortalecimento da história, dos valores e da tradição do CBMERJ. Teve caráter voluntário, sem

identificação, sem publicação na íntegra. Não houve julgamento das opiniões quanto ao certo e ao errado. E todos estavam de acordo com a gravação e a sua utilização no trabalho.

O roteiro de entrevistas semiestruturados permitiu que as perguntas fossem conduzidas de modo parcialmente livre, conforme as observações do entrevistado. A escolha por grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa derivada das entrevistas grupais, é realizada com o objetivo de coleta de informações por meio das interações grupais.

As perguntas foram elaboradas almejando identificar os seguintes aspectos e saberes pessoais:

- (i) Sobre os conhecimentos do militar anterior ao ingresso na corporação e sobre qual o fator motivante e inspirador para sua escolha profissional;
- (ii) A opinião a respeito da sua participação na história do CBMERJ, fazendo por consequência “vibrar” e sentir orgulho da Corporação;
- (iii) Pertencimento do Bombeiro Militar, contando histórias que gostariam de ser retratadas no Museu do CBMERJ;
- (iv) Acesso às informações históricas, se tem conhecimento do museu e se já visitou o mesmo;
- (v) Identificação entre o museu e seu dia a dia profissional e quais são os aspectos mais relevantes da história do CBMERJ.

A formação das perguntas obedeceu a critérios previamente determinados pelo grupo de pesquisa, de acordo com os saberes dos bombeiros, de forma a atingir o objetivo da investigação. As entrevistas foram realizadas presencialmente e em grupos focais.

Para realização do trabalho foi reservado espaços apropriados de fácil acesso aos participantes. Uma sala que abrangia confortavelmente o número previsto, protegida de ruídos e interrupções externas. Os participantes foram distribuídos em torno de uma mesa retangular ou oval, ou dispostos em cadeiras arrumadas em forma circular. também disponibilizar água, café e um lanche ligeiro para os participantes.

Nos estudos conduzidos nos grupos focais, os locais escolhidos para sua realização eram, via de regra, os próprios quartéis em que o Bombeiro serve.

Segundo Bonfim (2009), quanto aos equipamentos requeridos, o uso de gravadores foi considerado imprescindível. Com relação ao número de participantes nos grupos focais o tamanho ótimo é aquele que permita a participação efetiva dos participantes e a discussão adequada dos temas.

Bonfim (2009) diz também que o número de participantes no grupo focal incidirá, sem dúvida, na sua duração. A complexidade do tema ou o grau de polêmica em torno das questões que se apresentam são outros fatores que podem interferir neste ponto. Deve ser considerada para um bom

emprego da técnica evitando o critério de saturação, comumente utilizado em estudos qualitativos, onde os grupos se esgotam quando não apresentam novidades em termos de conteúdo e argumentos, os depoimentos tornam-se repetitivos e previsíveis; ou seja, acredita-se que a estrutura de significados tenha sido apreendida.

A amostragem da pesquisa foi não probabilística, deixando os participantes manifestarem suas percepções e pontos de vistas, sem levar em consideração, no universo da pesquisa, as suas diferentes patentes ou graduações, juntas configurando, portanto, um ambiente favorável à discussão.

Optou-se por montar 4 grupos focais com os Bombeiros Militares por serem indivíduos que convivem com o assunto discutido e que têm profundo conhecimento dos fatores que os afetam. Foram entrevistados 19 militares ativos integrantes do quadro permanente e temporário do CBMERJ, que contam aproximadamente com 11.372 militares permanentes e 1.000 militares temporários.

Para seleção da amostra da pesquisa, foram ainda observados os seguintes critérios: praças e oficiais, incluindo os Bombeiros Militares do quadro permanente, temporário e outros quadros, como de saúde e assistência social lotados nos seguintes grupamentos: 14 Grupamento de Bombeiro Militar (GBM) – Duque de Caxias (Apêndice 1); 16 ° GBM – Teresópolis (Apêndice 2); 1º Grupamento Marítimo (GMAR) (Apêndice 3); e Grupamento de Busca e Salvamento (GBS) (Apêndice 4). O critério de escolha dos quartéis acima considerou a característica de especialidade técnica (GMAR e GBS) e quartéis onde o moderador teria mais acesso aos respondentes (14º e 16º GBM).

No tocante ao moderador, o membro do grupo que realizaria a pesquisa buscou substancial conhecimento do tópico em discussão para conduzir adequadamente aquela discussão. Seguindo Bonfim (2009), como atribuições do moderador: (a) introduzir a discussão e a manter acesa; (b) enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; (c) observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; (d) buscar as “deixas” de comunidade da própria discussão e fala dos participantes; (e) construir relações com os informantes para aprofundar individualmente, respostas e comentários considerados relevantes pelo grupo ou pelo pesquisador; (f) observar as comunicações não-verbais e o ritmo próprio dos participantes, dentro do tempo previsto para o debate.

“Ele deverá ter sensibilidade e bom senso para conduzir o grupo de modo a manter o foco sobre os interesses do estudo, sem negar aos participantes a possibilidade de expressar-se espontaneamente. O moderador de grupo deve ser treinado para exercer um papel menos diretivo e mais centrado no processo de discussão; alguns moderadores dirigem o grupo de tal modo que a discussão gira em torno de suas opiniões, e não daquelas expressas pelos participantes não, a partir de seu ponto de vista” (Bonfim, 2009)

O objetivo do grupo foi expresso de forma clara no momento de abertura dos trabalhos, sinalizando as questões centrais sobre as quais a discussão irá se concentrar. Os participantes dos

grupos focais foram instruídos pelo moderador de que se trata de uma pesquisa de opinião, voluntária, não onerosa e com o anonimato garantido. Após breve apresentação dos participantes, foram especificadas também as regras básicas de funcionamento, esclarecendo de partida o papel do militar do grupo naquele local.

Gondim (2002) apresenta uma lista básica de regras para esta ocasião, a saber: 1) falar uma pessoa de cada vez; 2) evitar discussões paralelas para que todos possam participar; 3) dizer livremente o que pensa; 4) evitar o domínio da discussão por parte de um dos integrantes; 5) manter a atenção e o discurso na temática em questão.

O roteiro do trabalho em lide incorporou questões que emergiram do próprio universo investigado. Como objetivo deste processo é identificar tendências e padrões de respostas associadas com o tema de estudo, uma das vantagens do grupo, em relação às entrevistas individuais, é que nestas últimas são maiores as chances dos informantes fornecerem respostas “prontas”. Dentro de suas experiências, alguns indivíduos do grupo focal reelaboraram suas colocações iniciais quando colocados na situação de grupo se completando ou colocando em discussão a informação fornecida por outro participante ali presente

Gaskell (2002) avalia que, para o mesmo número de entrevistados, o grupo focal é mais eficaz. E enumera as seguintes vantagens associadas ao emprego da técnica: a) fornece critérios sobre o consenso emergente e a maneira como as pessoas lidam com as divergências; b) em uma sessão grupal, o pesquisador/moderador pode explorar metáforas e imagens e empregar estímulos de tipo projetivo; c) a partilha e o contraste de experiências constroem um quadro de interesses e preocupações comuns, em certos casos, vivenciados por todos; e que são raramente articulados por um único indivíduo.

Os estudos que adotam os grupos focais demonstraram ser espaços privilegiados de discussão e de trocas de experiências em torno de determinada temática. Seu formato estimulava o debate entre os participantes, permitindo que os temas abordados fossem mais problematizados que numa situação de entrevista individual.

No que tange as visitas a outras instituições de conhecimento, o estudo contemplou a entrevista técnica na Biblioteca Nacional (Apêndice 5) e no Forte De Copacabana (Apêndice 6), ambas com o intuito de entender e adquirir conhecimentos relacionados a logística de organização mais avançadas no trabalho de museologia, em caráter militar e nacional.

A etapa seguinte foi avaliar os dados coletados e interpretá-los conforme os conceitos pesquisados na revisão bibliográfica. Com os resultados das entrevistas e visitas técnicas, foi investigado a relação entre a história do CBMERJ e o sentimento de identidade do Bombeiro Militar com sua Corporação. Tal reflexão permitiu uma análise qualitativa do tema estudado. Ademais, os

resultados das entrevistas conjugados com a revisão bibliográfica foram relacionados com o comprometimento do Bombeiro Militar e com o fortalecimento dos valores, da história e da tradição do CBMERJ, favorecendo a reflexão crítica e coletiva sobre a implantação e funcionamento da Virtualização do Museu do CBMERJ.

Ao final foi possível identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e desafios relacionados à temática Virtualização do Museu do CBMERJ, as possibilidades de estratégias museológicas com foco no campo virtual, os elementos sensíveis para o planejamento, a conciliação dos anseios e necessidades do público interno e as possibilidades tecnológicas.

Resultados Da Pesquisa

Grupo focal

A pesquisa verificou que os valores mais representativos da identidade do Bombeiro Militar são caracterizados pelo sentimento de utilidade com foco na missão, o que envolve abnegação e obrigação moral, justificando, assim, a serventia do Bombeiro Militar à sociedade. Ao cumprir a missão, por mais árdua que seja, o militar tem enorme satisfação e felicidade em poder ajudar o necessitado.

“Nessa profissão de Bombeiro Militar é o ato de estar disposto a ajudar a população é estar ali pronto para o que ninguém quer fazer”. Apêndice 1

“O sentimento de pertencer àquele lugar e cuidar daquele lugar e saber que tem uma população carente necessitando desse serviço emergencial.” Apêndice 1

“Eu estava na guarda na época e uma senhora chegou aqui em prantos e eu achei que ela estivesse passando mal. Então abordei a senhora e ela disse: meu filho, eu vim aqui agora, esse é meu último recurso, pedir ajuda de vocês e posso dizer a vocês que é a única instituição que eu ainda acredito”. Apêndice 2

“A satisfação nossa é ver o resultado do nosso trabalho. É tudo aquilo que nós fazemos, mas não fazemos por nós, fazendo sempre pelos outros e normalmente fazemos por pessoas que nunca vamos ver, que nunca vai ter oportunidade de a gente saber como é que tá, a qual foi o resultado daquilo ali. Mas uma coisa a gente tem sempre certeza todos eles são gratos por aquilo que nós fazemos. Então, o bom resultado que a gente sempre tem é o retorno. Saber que você fez algo por alguém que você não conhece e nunca fez nada por você e nunca vai fazer, mas você faz com satisfação, né?” Apêndice 4

“Mas o principal que nós temos que saber que a vítima reconheceu aquilo porque nós amamos a vítima e ela sabe disso, entendeu? Então acho que o mais importante disso é isso. E infelizmente, às vezes a gente fica tanto tempo aqui que até a família mesmo acha que você estava mais lá do que cá. Mas a gente está se dando, né? Nós estamos nos doando pra que a vida possa ser melhor para alguém e indiretamente para a gente, né? E o nosso resultado é esse sempre.” Apêndice 4

Cabe ressaltar que também foi observado que a identificação com a profissão de Bombeiro Militar é diferente da identificação com a Corporação.

“Que primeiro vem o amor pelo Bombeiro e depois pela instituição, em cima disso se for construído um senso de justiça e de pertencimento a essa atividade, principalmente em relação a história, isso vai gerar um sentimento de pertencimento à instituição.” Apêndice 2

“A gente não vai conseguir estabelecer um senso de pertencimento na corporação enquanto a gente não passar primeiro pelo senso de valorização da atividade de bombeiro. O caminho é o contrário. A gente precisa de pilares principais: Percepção histórica, percepção técnica e senso de justiça. Porque senão a gente não vai conseguir pertencer, e vamos continuar se olhando no espelho e se vendo como um jagunço.” Apêndice 2

“O senso de pertencimento pela corporação só vem se eu tenho um senso de pertencimento a atividade. E não o contrário, o caminho não é o senso de pertencimento a corporação e depois a atividade, é a atividade e depois a corporação.” Apêndice 2

Neste sentido, o exercício da profissão acaba refletindo no seu público interno como reforço, tanto da identidade Corporativa (imagem externa da organização), a partir do reconhecimento da sociedade, quanto da identificação social do militar com a Corporação, a partir da vivência “por tabela” das ocorrências de outros companheiros de trabalho, haja vista ser ela o elo entre o Bombeiro atuante no salvamento e o Bombeiro expectador.

“Desde pequeno já admirava muito. [...] foi que escolhi, para mim é a profissão mais honrosa que é de salvar vidas [...] passei, em ambos, mas a minha família pediu para que eu optasse pelo CBMERJ [...] faz o meu coração sentir é trabalhar com meios e a respostas, na maioria das vezes positivas, da população o que mais gosto é dos amigos que fiz e da resposta positiva da população.” Apêndice 1

“eu vi bombeiros que trabalharam incansavelmente para resgatar as pessoas que estavam soterradas.” e “porque eu não estava presente, mas eu acompanhei e como a gente trabalha nessa situação a gente estava vendo o que nossos companheiros estavam passando lá no momento” Apêndice 1

“Quando essa informação chega por algum canal externo isso acontece [a identificação]. Isso não acontece quando a gente está lá” [...] quando você vê por fora, quando aparece na televisão, quando você vê alguém contando isso que esteja de fora aí você fala ‘...caramba, muito maneiro...’” Apêndice 2

“Quando vejo um evento passando na televisão que não sou eu que estou atuando, mas sim um companheiro, esse orgulho emanam de forma mais natural. Até mesmo nas redes sociais, a gente vê um socorro na praia, onde há um apego da população muito grande, a gente tem o maior orgulho do ‘cara’ que está ali né porque a gente sabe que ele está ali dando o máximo, mas todos nós fazemos isso, é o nosso dia a dia” Apêndice 2

“Eu acho que a valorização é externa. [...] as vezes você está numa corrida de *Uber* aí o ‘cara’ fala: ‘Você é bombeiro? ‘Caraca’! Deve ser muito maneiro’. É uma vibração, é uma emoção e obviamente aquilo renova suas forças. Porque você vê que alguém realmente te enxerga como alguém importante.” Apêndice 2

“Nós ficamos tão atribulados com nossas missões de quartel que acabamos não parando para pensar nisso, o quanto nós somos importantes para a sociedade.” Novamente nesta pergunta é comentado a valorização externa, apontado nesta afirmativa:” às vezes você nem se dá conta, mas as pessoas vêm te falar quanto orgulho sentem de você e você mesmo não se dá conta disso. Do próprio valor. É o clamor externo”. Apêndice 2

"Pela história do corpo de bombeiros o que mais se reflete, na minha vida, no dia a dia, é como as pessoas me veem, enquanto bombeiro, como meus amigos bombeiros são vistos, também, onde moram, nos seus círculos de amigos, e, por outro lado, esse olhar que é lançado sobre nós aumenta a nossa responsabilidade. Penso em ter uma conduta ilibada, de modo geral, eu acho que, somente mero fato de estar fardado na rua, me traz a preocupação que eu sempre tive desde soldado, é querer ter que ter uma postura, minimamente exemplar, todo bombeiro, de certa maneira, ele é tributário de seus antepassados pelo que fizeram e pela imagem que criaram porque a gente sabe é seja admirado por adultos e crianças, o que não é pouca coisa". Apêndice 3

Apesar da Corporação ser entendida como um instrumento que possibilita e materializa tal realização e identificação profissional, ora é vista como um órgão da burocracia estatal que obstaculiza, objetifica, normaliza e age com impessoalidade nas suas atividades cotidianas, de forma a não valorizar ou reconhecer os esforços do militar no desempenho de suas funções.

“[...] proceder *sine ira et studio*, ou seja, sem influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de espécie alguma, livre de arbítrio e capricho e, particularmente, “sem consideração da pessoa”, de modo estritamente formal segundo regras racionais ou, quando elas falham, segundo pontos de vista de conveniência objetiva”. (Weber, 2003, p. 129 *apud* Branco,2016)

“[...] se desumaniza, vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que louvada com sua virtude: eliminação do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais” (Weber, 1999, p. 213 *apud* Branco, 2016).

Cabe ressaltar que tal questão merece um estudo a parte mais aprofundado, considerando a hipótese de que os vieses objetivos da burocracia Weberiana representados por alguns princípios constitucionais da Administração Pública, como da isonomia e da impessoalidade, tem potencial para colocar em questão a valorização subjetiva do profissional. O sentido do termo “valorização” que os Bombeiros entrevistados utilizaram diz respeito, de uma forma geral, aos aspectos afetivos do tratamento cotidiano. A rotinização e a burocratização da atividade, como artifícios de gestão, aparentemente faz com que os atendimentos realizados, apesar da sua criticidade, sejam tratados dentro da normalidade da rotina do CBMERJ que, por vezes, levarem os militares ao extremo das suas condições psicofísicas. Embora a questão seja sobre gestão, percebeu-se que ela incide, de alguma forma, na visão histórica que os indivíduos têm sobre a Corporação. Segundo Weber:

“Para mim é a credibilidade que a gente tem com a população, acreditam muito na gente, então, quando eles ligam para pedir socorro, para gente é rotineiro, algo sem muita importância, mas para eles é muito importante”. Apêndice 1

“E aí manter o espírito do BM, o espírito realmente de botar a capa do herói é difícil porque a gente tem uma vida lá fora, né. As pessoas têm vida, as pessoas têm sentimentos, e essa falta de valorização, realmente a corporação pode melhorar.” Apêndice 2

“Porque você viver uma vida inteira aqui. Fico até arrepiada. A gente se doa tanto, a gente trabalha tanto. É uma família que eu considero minha, sempre falo isso com os oficiais. Às vezes não temos tanta oportunidade nessa correria de conversar, mas eu sempre falo com eles. A gente passa tanto tempo aqui e quando o ‘cara’ vai embora é simplesmente um tchau.” Apêndice 2

“A gente tem uma gama de atuação, com uma profundidade só que contraste é que o nosso militar não tem essa percepção da própria atividade. Como um resolvidor de problema, improvisador profissional. não enxerga a nossa atividade com a grandiosidade e a complexidade que ela tem. E eu acho que isso tem várias razões. Mas uma das razões disso é que o bombeiro no Brasil ele tem uma origem em cidadãos descartáveis. De onde nós nascemos? O que precisava para ser bombeiro no final do século 19, bastava você ter grande vigor físico e famosa coragem física, o desprezo pela própria integridade física, se morrer morreu, ninguém vai sentir falta de mim. E quem eram esses cidadãos? Escravos. Então a nossa atividade ela surge num grupo descartável para a sociedade e descartável para si mesmo.” Apêndice 2

Eu costumo falar o seguinte, é o que acontece aqui dentro é uma coisa. Mas o que a gente vivencia lá fora é outra totalmente diferente. É o prazer, a satisfação, a gratidão que as pessoas demonstram pelo nosso serviço. E muitas vezes aqui dentro mesmo, nós não somos reconhecidos de tal forma, somos números, vamos dizer assim. Infelizmente, a corporação nos trata dessa forma, nos trata como números. Mas lá fora não. Então é essa vivência, né? Ela significa muito para mim, significa muita coisa. Então isso eu acho que é o mais prazeroso da função de bombeiro é a gratidão da população. Apêndice 4

Além dessa problemática, foi observado também que o Bombeiro Militar tem um tratamento diferenciado em relação ao território. O sentimento de obrigação moral referente ao compromisso com a missão, faz com que a região geográfica tenha um sentido simbólico para o Bombeiro. Assim, há um processo de construção da identidade baseada em duas vertentes: por um lado, o zelo pela comunidade local; e, por outro, o zelo pelo Grupamento. Cabe ressaltar que tal processo costuma ocorrer, em geral, nos Grupamentos Especializados e nos Grupamentos do chamado “Interior” (como costuma chamar os Bombeiros do CBMERJ - são considerados àqueles que não estão presentes na capital, no município Rio de Janeiro).

A construção da identidade também se dá devido à necessidade de delimitação da fronteira entre o “Eu” que serve no grupamento, e o outro, que serve nos demais grupamentos. Tendo em vista que há naturalmente um sentimento de obrigação moral do militar para com o território onde atua, a construção da identidade com base nestes critérios, em tese, poderia contribuir para o aumento da solidariedade entre os departamentos.

“É o cuidar, o sentimento de zelo pela área que você trabalha, é como você ser responsável pela tranquilidade e pela segurança da população ser garantidor da segurança que naquela região em que o seu GBM atua”. Apêndice 1

“O famoso interior. Região serrana e tal. o senso de pertencimento dos militares do interior é muito maior. As unidades que possuem cultura de militar especializado, de demanda de atividade especializada tem muito mais essa sensação de pertencimento do que as demais unidades. Eu acho que é a continuidade da educação que eles têm lá dentro em relação a prática de bombeiro.” Apêndice 2

“O fato dele ter um contato diuturno com a população. No entanto, o GBS [Grupamento de Busca e Salvamento – Unidade Especializada] tem um senso de pertencimento muito similar”. Apêndice 2

Quanto aos questionamentos relacionados ao Museu do CBMERJ, foi observada a dificuldade da identificação com a história ali retratada.

“Eu vejo um museu como mergulho na história é tudo muito antigo, materiais, os carros, equipamentos. Eu vejo um passado do corpo de bombeiros eu não me vejo retratado ali”. Apêndice 1

“Interessante a gente ver as viaturas e material que foi utilizado por nossos companheiros lá atrás, porém, tem coisas do passado recente deveriam ser tratadas a gente se identifica mais com fatos que nós participamos”. Apêndice 1

“Porque peças é até legal, ela satisfaz a curiosidade, como era o capacete, uma escada. Mas eu preciso de coisas que façam eu me orgulhar de estar onde estou. Então eu acho que a virtualização do museu deveria focar em pessoas, pessoas e feitos. Eu tenho que olhar e ver os meus antepassados e ver o que eles fizeram. Aí eu vou poder falar: ‘Caraca, maluco’! eu faço parte disso”. Apêndice 2

Apesar disso, o Bombeiro percebe, no dia a dia, a importância da história do CBMERJ, pois foram os antepassados que proporcionaram um evidente progresso e perpetuação da Instituição, mesmo com todas as dificuldades.

“eu fiz um tour, eu achei interessante as viaturas, a carência de material e como, antigamente, usavam-se os meios improvisado para se ter êxito na missão” [...] “o fato deles conseguirem executar o combate a incêndio, com material bem rudimentar, e como a parte humana contava muito”. Apêndice 1

“Então tem gente que identifica, gente que estuda, que a gente vê que apesar do sacrifício, das dificuldades e das perdas e bem, valeu a pena. Porque é graça tudo isso que aconteceu lá no passado, que nós não vemos mais hoje no Rio de Janeiro existir maiores incêndios, como acontece com em outros estados.” Apêndice 4

Para fortalecer o sentimento de identificação com história do Corpo de Bombeiros, os militares entrevistados sugeriram a retratação dos acontecimentos recentes. Tal sugestão está de acordo com os estudos apresentados, pois a construção da identidade, com base na estruturação histórico discursiva,

necessita do fortalecimento do senso de pertencimento no contexto presente a fim de dar a estabilidade físico e mental necessária para a identificação com fatos mais longínquos, conforme foi abordado na discussão conceitual.

“Você tem diferentes maneiras de abordar o nosso trabalho de memória, trabalhando com a história contemporânea, com mais painéis sobre grandes eventos para que sirvam de reflexão sobre como se agiu e como poderá ser feito no futuro realizar exposições permanentes e trazer, também, micro histórias, que possuem um contexto importante para um bairro da cidade do Rio de Janeiro ou alguma cidade do interior.” Apêndice 3

“Os materiais antigos devem ser expostos, mas a história recente, também, aquilo que aconteceu há 10/20 anos.” Apêndice 1

“recente em Petrópolis, no desabamento que ocorreu, onde muitos bombeiros foram ficaram dois, três dias seguidos”; “Morro do Bumba”; “desastre da Ilha do Braço Forte”; “edifício andorinhas.” Apêndice 1

“São os eventos de maiores vultos, onde toda a corporação está empenhada, como os desastres na Região Serrana, ou grandes incêndios em que você vê uma grande comoção por parte dos bombeiros e uma grande doação pela atividade fim que a gente executa”; “um evento que estava diretamente foram os deslizamentos ocorridos, em 2011, na Serra, nas cidades de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis foi possível perceber que a intervenção do corpo de bombeiros, junto a defesa civil, como um todo seja dentro da estrutura do estado foi essencial”. Apêndice 3

“Com mais painéis sobre grandes eventos para que sirvam de reflexão sobre como se agiu e como poderá ser feito no futuro realizar exposições permanentes e trazer, também, micro histórias, que possuem um contexto importante para um bairro da cidade do Rio de Janeiro ou alguma cidade do interior.” Apêndice 3

“Momentos cotidianos ou rotineiros deveriam ser lembrados os momentos característicos de atividades específicas da Corporação, de um certo quartel, uma certa localidade daquele quartel ou um determinado tipo de prova de um curso poderia ser lembrado e ser é registrado.” Apêndice 3

“Apresentar no museu o projeto botinho, que existe desde a década de 60 e, todo ano é realizado por 15 (quinze) dias no mês de janeiro”; “Retratar as atividades que envolvem, principalmente, nos grupamentos marítimos como o trabalho com os deficientes e o projeto botinho”. Apêndice 3

“Momento que marcou muito foi a missão do Haiti. Eu era cabo na época, foi 2010. Eu não estava sabendo do terremoto de madrugada e no outro eu trabalhava lá o dia todo”. Apêndice 4

“De madrugada já saí daqui pro aeroporto e foi aí da madrugada seguinte, ele já estava desembarcando. Nós ficamos lá [no Haiti] por 15 dias fazendo resgate de geral, mas nossa missão propriamente dita lá era resgatar 27 militares do EB que tinha morrido no desabamento”. Apêndice 4

“Estávamos cortando uma árvore na Rio-Bahia, e fomos chamados para uma colisão de veículo. Quando a gente, recebeu o chamado fomos imediatamente, depois voltaríamos a cortar. Quando cheguei no local, o cara veio comentar como ele fez, ele desceu assim, atravessou a baía pois veio um caminhão. Chegamos lá e ele de bobeira, comentando essas

coisas. Chegamos olhando, tiramos a senhora que estava com a cara toda amassada, de repente eu olhei do lado e senti uma bonequinha. Uma bonequinha assim do lado [TODOS CHORAM] A gente começa a ficar velho, caduco. E aí a bonequinha caída, bonita, sabe? Peguei a bonequinha era um bebê. Aqui sim, arrasou! Só ficou aquele rostinho bonito. Eu senti. Você tem filho, né? Eu tinha um, recém-nascido, meu filho acabara de vir ao mundo. Aí vem aquela criança. Achei aquela boneca. Eu tinha certeza que tem uma bonequinha ali. Aí eu fui lá pegar a boneca. Quando eu pego, era um bebê. Quando a criança estava no colo, não estava do lado da mãe. Quando o cara bateu, jogou e a criança saiu, mas só que ela se rasgou. Aí fui saber o que era um escalpo. Escalpo, né? A cara fica firme, você mete a mão, que assim você abraça o crânio. Eu nunca esqueci isso. Entendeu? Faz parte da vida, né?” Apêndice 4

“A mãe saiu pra trabalhar, deixou uma criança de seis anos tomando conta de uma de quatro anos e de um neném de seis meses. Aí a de seis anos começou a acender uma vela, já que dá muito mosquito, pegou uma panela com pano, botou fumaça, botou embaixo do berço do neném pra espantar os mosquitos. Aí é fogo na vela pegou no pano, esfumaçando a criança ficou com medo, o colchão do berço da criança lambeu. Quando ligaram para a gente, disseram da criança morta. Aí quando a gente chegou, a gente debelou o fogo, e a garotinha de seis anos do lado de fora. O que ela fez na hora que viu o fogo, ela foi chamar ajuda? Aí a gente entrou na casa e conseguiu salvar o garotinho de quatro anos ainda. E ele veio com 60% do corpo queimado. O irmãozinho dele colado, junto do outro neném, que infelizmente veio a óbito, quando chegou, não estava com o outro, já estava tudo queimado.” Apêndice 4

Tais sugestões de histórias recentes vão desde os grandes desastres das últimas décadas até a retratação de eventos cotidianos, porém, de grande significação. Isso se justifica devido à característica principal dos museus militares que é a retratação dos conflitos e crises inerentes à missão da força militar, no caso do Corpo de Bombeiros, os incêndios, desastres e acidentes.

“Trabalhar com estatísticas de eventos, para envolver um pouco a história do GBM, procurar saber algum fato importante que aconteceu naquela unidade e trazer alguma peça ou imagem para que seja exposto um espaço para contar a história dos GBMs, isto poderia gerar um sentimento de pertencimento, mexeria com o sentimento de Bombeiro Militar quando ele fosse ao museu e visse algo sobre o seu quartel ou sobre os acontecimentos da sua época”. Apêndice 1

“Os quartéis poderiam ter alguma coisa nesse sentido porque quem chegar daqui a algum tempo não vai conhecer essa história. Isso acaba se perdendo com o tempo. Os fatos até serão conhecidos, mas não exatamente como foi porque não se criou uma memória daquilo”. Apêndice 2

“Momentos cotidianos ou rotineiros deveriam ser lembrados os momentos característicos de atividades específicas da Corporação, de um certo quartel, uma certa localidade daquele quartel ou um determinado tipo de prova de um curso poderia ser lembrado e ser é registrado”. Apêndice 3

Em suma, o resultado das pesquisas com grupo focal apontou que a maioria dos Bombeiros Militares, representados pela amostra coletada, gostaria de enxergar o seu tempo de serviço no Museu Histórico do CBMERJ, mostrando que ele ajudou a construir a história da Corporação, o que reforçaria o senso de pertencimento e proporcionaria maior identificação.

“Você só sabe. Você só tem um bom futuro, quando você conhece bem o teu passado. Você conhece a tua história? Porque todos nós aqui pertencemos a corporação. Todos nós fazemos a nossa história, uma de forma ativa, outro de forma positiva. Um de diz, destacando mais ou menos do que outro. **Mas todos nós somos peça de museu.** Então o que eu vejo? Se bem que eu acho que a gente tinha que ter conforme ele falou, o cara aqui falando com fulano de tal história de força de dois. Mas o sujeito tem que se sentir um militar como você falou ali, o militar, ele tem que sentir” Apêndice 4 **grifo nosso**

Biblioteca Nacional

Após a entrevista com a Diretoria da Biblioteca Nacional, o grupo obteve algumas recomendações para o exercício da pesquisa. A temática foi considerada um “... monumento que vocês querem resgatar. Dentro desse contexto, abrem-se algumas chaves: histórico; personalidades representativas; acervo; acervo museológico; acervo bibliográfico; e acervo arquivístico” (Apêndice 5). Sobre estas primeiras sugestões, a abordagem teve um caráter mais museográfico, portanto, mais técnico. Foi sugerido a formação de uma equipe mais robusta, composta por bibliotecário, arquivista, museólogo e restaurador, haja vista que o CHC possui também um arquivo geral, além de possuir documentos históricos em exposição. A Diretora reforçou o papel do profissional da preservação no tocante às questões técnicas sobre a guarda patrimonial da Instituição.



Figura 8-visita técnica na Biblioteca nacional (Fonte: Autores,2022)

Diretora também reforçou o papel da Gestão de Riscos de Acervos Patrimoniais como instrumento de conservação altamente relevante nos dias de hoje. E citou as diretrizes da Agenda 20/30 da ONU.

“Hoje em dia existem manuais para tratar de gestão de risco de acervos patrimoniais, inclusive vocês se encaixam muito bem nos ODS da agenda 20/30, pois a atividade de vocês está relacionada quase tudo, como alguém que caiu no bueiro, um incêndio, resgate de animais, enchentes, vacinação...vocês se tornam, também, agentes desses objetivos, tem que vestir a camisa 20/30.” Apêndice 5

Foi salientado que o cumprimento de todos os requisitos para esse tipo de virtualização demanda um grande tempo, além disso, a própria ideia de virtualização demandaria a criação de uma biblioteca.

“eu acho que você diz ainda se poderiam mostrar um site, fazer um roteiro para esse site, onde vocês teriam um breve histórico, pontuar algumas questões relevantes que estivessem disponíveis em primeira mão, nessa documentação vasta que vocês têm...a ideia é chamar atenção para esse assunto e a partir daí surge o interesse em ideias mais amplas, vocês poderiam fazer, como um produto desse TCC, um verbete na *weekpedia* falando do museu, da história do museu, com todos os documentos que vocês tiverem...como um projeto mesmo., a partir do tratamento desses documentos poderá ser criado um acervo com a história contada em seus detalhes de como uma maior proximidade da realidade, vocês poderiam criar um repositório institucional. Vocês precisam de um lugar com um bom espaço de armazenamento para guardar todas essas informações., para uma correta digitalização precisamos analisar as tipologias do acervo a ser digitalizado...” Apêndice 5

A diretora lembrou que o investimento em um laboratório para as três tipologias: 3D, bibliográfico e o arquivística é bastante caro e que talvez fosse mais viável que estes serviços fossem terceirizados, pois demandaria bastante tempo para formar os militares capazes de realizar tais funções. Contudo, informou que a visita 3D é fácil de ser feita.

Apontou que a temática deveria ser desenvolvida dentro de um programa de preservação da memória institucional. Além disso, sugeriu a implantação de um registro de história oral.

Forte de Copacabana

Sobre o tema da presente pesquisa, o Sr. Rafael, museólogo do Forte de Copacabana, sugeriu uma série de ações simples e disponíveis gratuitamente que podem ser utilizadas como recursos de virtualização. São elas, a criação de redes sociais para o Museu, o uso do *Google View*, para colocação de imagens e filmagens da parte interna, e o uso de *QR Code* com áudios explicativos. Além disso, nos sugeriu a pesquisa sobre o Projeto Tainacan.

Sobre a temática do sentimento de pertencimento e identidade, o Sr. Rafael nos sugeriu desenvolver um setor específico de pesquisas com o intuito de gravar história oral e produção de banco

de dados, trazendo isso para o Museu e deixando aberto à pesquisa, coletando as histórias de heroísmo dos Bombeiros.

“eu não conheço o museu histórico do corpo de bombeiros, mas eu acho que todo Brasileiro, todo ser humano do planeta visualiza o corpo de bombeiros como verdadeiros heróis...todos visualizam aquela farda, as viaturas de socorro, toda essa simbologia marcante. Então eu vejo essa identificação de heroísmo, até porque os senhores são os heróis do dia a dia não é mesmo?! Os senhores têm uma gama de atividades de salvar vidas, de ajuda a comunidades, enfim, que são vistos como heróis.” Apêndice 6

Menciona, também, a possibilidade de utilização das tecnologias de virtualização como ferramentas de acessibilidade para estrangeiros, com áudios traduzidos, e pessoas com deficiência auditiva e visual, em libras e em braile.

Outro tema relevante, foi sobre as pesquisas de público com dados estruturados por sistemas informatizados.



Figura 9- Visita técnica no Forte de Copacabana (Fonte: Autores, 2022)

Além disso, citou que o museu cobra um ingresso de R\$ 6,00 para entrada e que o valor fica com o Ministério da Defesa, mas que se houvesse uma associação de “amigos do Museu”, talvez fosse possível esta verba ser revertida para o próprio Museu, por meio de um fundo cultural ou uma fundação cultural.

Sobre as estratégias de virtualização, o Cel EB R1 Castro Alves nos sugere tratar o museu virtual como uma espécie de “vitrine” que convidará o público virtual a comparecer no museu físico. A ideia não é contar a história completa, pois para isso tem os livros. A ideia é cativar o visitante a

conhecer mais, a se interessar e a capturar as suas “emoções, o medo, a coragem, o orgulho, enfim. Valorização do heroísmo. [...] Valorização dos feitos dos Bombeiros Militares, das ações das operações de salvamento.”

“Se você fizer uma virtualização escalafobética, fantástica, você acaba tirando a razão do público visitar o museu pessoalmente. É bom que haja esse equilíbrio. Pode surgir o questionamento na cabeça do visitante do porquê de ele estar indo pessoalmente visitar as obras se o mesmo museu possui uma versão virtual excepcional.” Apêndice 6

Sugere também uma visita ao SENAI FIRJAN em Benfica para conhecer as soluções em realidade aumentada, realidade virtual e outras soluções nesse cenário. Apesar de não ter sido possível realizá-la no prazo desta pesquisa, cabe registrar tal sugestão.

Reforça, também, o Projeto Tainacan, contendo filmagem 3D do museu em 360º graus, e cita a possibilidade de criação de cenários completos com tecnologia de realidade virtual, a fim de utilização em treinamentos. E cita que o Exército está criando o Museu Nacional do Exército e que o CBMERJ poderia “embarcar nessa ideia também”.

Sobre a valorização, o Coronel orienta a:

“Valorização das pessoas, da mão de obra, do militar que desempenha as funções que fazem a instituição funcionar de verdade. Utilizar um espaço apropriado para um museu com controle de umidade, temperatura, isolamento do ambiente externo. Um ambiente imersivo. Sensores com alarmes. Lâmpadas focais. Tudo estudado para proporcionar uma experiência imersiva para o público.” Apêndice 6

Por fim, informa sobre o edital da Prefeitura sobre isenção de INSS, fala que todo ano tem a Lei Rouannet e que o Ministério da Justiça tem um fundo de direitos difusos. Sugere o fechamento de parcerias com grandes empresas, como a Vale do Rio Doce, e o próprio BNDES, pois existem alguns editais que dão isenção de INSS para patrocínio à projetos nesta área.

DISCUSSÃO

Iniciada pela exposição da cosmovisão universalista, a história dos museus passa pelo humanismo (reconhecimento dos feitos humanos) e culmina na sua função pedagógica: a educação, a qual é colocada “em cheque” por conta das correntes evolucionistas da época – a questão dos objetos etnográficos: como contar a história do outro sem desrespeitá-lo? Como enquadrar a história do outro na linha temporal?

A solução foi renunciar ao objetivismo científico com viés nacionalista e deixar com que todos contassem suas próprias histórias – A Escola dos Annales e a Nova Museologia. Assim, muitos campos de estudo foram abertos. A oralidade possibilitou a vivência subjetiva da tradição, por meio das memórias coletivas, e abasteceu de dados as análises históricas. Os organismos criados protegeram o patrimônio histórico-cultural da humanidade e o trataram como elemento constitutivo da identidade do povo, portanto, uma questão de defesa nacional. A comoção causada pelo incêndio do Museu Nacional deixou claro o quanto a memória coletiva, mesmo inconsciente, está ancorada nestes símbolos. Após a II Guerra Mundial, houve a promoção do debate ético e científico que, confrontada com os avanços tecnológicos da atualidade, enriqueceu ainda mais o debate sobre o patrimônio histórico-cultural.

A pós-modernidade tornou a vida dos museus ainda mais difícil. A lista de exigência é cada vez maior. Atualmente, os museus precisam ser: educativos, interativos, lúdicos e comunicativos; voltados à pesquisa científica, abertos ao público, a serviço da sociedade e integrados com suas comunidades de referência; conservadores do patrimônio cultural, transmissores e expositores do testemunho humano e da tradição vivente; virtualizados e hiperconectados com as redes, gerando relações de poder que necessitam de constantes negociações; e ressignificados constantemente, tudo isso sem perder a estética da sua narrativa expográfica.

Desta forma, foi verificado que a temática é mais complexa do que parece à primeira vista, pois trata-se de algo atual e em constante desenvolvimento, cujas bases conceituais ainda não foram totalmente estabelecidas, como aponta Costa (2020) ao citar que a definição de museologia “pode, assim, ser definida como o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica sobre o campo museal”, demonstrando a multiplicidade de pontos de vista.

Foi estudado que o Museu Virtual é um museu complementar com inúmeras outras características, algumas coincidentes, outras inovadoras, perante o museu físico, pois a virtualização altera o “status da imagem, modificando a sua relação com a arte”, criando um novo sistema de representação. O que necessitaria de um tratamento especial e particular, inclusive, de uma gestão museológica correspondente, porém, à parte. O próprio conceito de Patrimônio Digital, abordado pela

Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital, publicada pela UNESCO em 17 de outubro de 2003, cita que este processo de digitalização poderia dar ao museu virtual, por si só, a possibilidade de ser considerado Patrimônio Digital.

A problemática em torno da abordagem etnográfica, sob a perspectiva evolucionista, acontecia devido a uma postura desrespeitosa com os povos ali retratados, no caso histórico estudado, com os povos colonizados. Como exemplo, a Prof. Andrea Lomeu Beltrão, em seu estudo, resgata a memória dos bombeiros da reserva associados à Confraria do Fogo, os quais mencionam algumas dificuldades daquela época. Assim, poderia ocorrer um problema na ressignificação das memórias coletivas, caso tais dificuldades fossem enquadradas como “as etapas de um processo evolutivo” que culmina nos dias de hoje. O que sugeriria “uma superioridade” dos bombeiros atuais para com os bombeiros veteranos, de forma a considerá-los “descartáveis” ou “ultrapassados” devido à culminação da evolução ao presente momento. Pensamento este, exemplificado por uma das falas obtidas com a pesquisa de grupo Focal:

“Ter o curso de mergulho, já tinha o bombeiro que fazia junto com os civis que iam lá e mergulhavam. Então o que acontece hoje? Eu vejo muito isso. O cidadão faz um curso hoje que ele acha que ele é melhor do que o ‘cara’ que estava no passado.” Apêndice 4

Contudo, o enquadramento sugerido seria com base no reconhecimento dos valores universais presentes naqueles feitos, como a resiliência, a coragem, a rusticidade, a abnegação, entre outros. Tal abordagem teria o propósito de atualizar a memória coletiva destes veteranos, mantendo-a viva, pois, mesmo com tais dificuldades, aqueles bombeiros conseguiram lograr êxito em suas missões, se tornando exemplos para as gerações atuais e representantes de tais valores. O que, por conseguinte, propiciaria um ambiente favorável para o diálogo intergeracional de reconhecimento, identificação, pertencimento, aprendizado e valorização. Em suma, a mudança de enfoque consistiria em valorizar a primazia dos aspectos permanentes frente aos aspectos mutáveis, contribuindo para a estabilidade da identidade organizacional.

A Nova Museologia, segundo o ICOM, não implica na supressão dos museus existentes, nem na renúncia dos museus especializados, apesar da Escola dos Annales propor a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história-problema. Contudo, a Política de Patrimônio Cultural do Iphan promove o princípio da Indissociabilidade, que garante à não separação entre os bens culturais materiais patrimonializados e a comunidade de referência, inclusive incentivando-a a participar da gestão do museu. Dessa forma, o princípio da transversalidade surge como caminho para a conciliação entre tais abordagens (sobre as correntes museológicas que vigoram dentro e fora do ambiente militar) a fim de promover o desenvolvimento racional e mais lógico, e melhor servir a sociedade.

Outra problemática observada foi quanto à conciliação entre as memórias históricas e memórias coletivas. A historiografia moderna, baseada na abordagem científica, buscou eliminar o viés subjetivo, com isso, dificultou a transmissão de uma tradição vivente. O caminho para solucionar tal questão veio com a Escola dos Annales e, depois, no campo dos museus, com a Nova Museologia, enfatizando, em especial, a questão da tradição oral, haja vista que a oralidade tende a enfatizar os aspectos subjetivos, sendo, portanto, eminentemente viva. Contudo, cabe ressaltar a necessidade de conciliação entre ambas as perspectivas: historiográfica e coletiva; para que sejam sinérgicas, e não, concorrentes, o que causaria um prejuízo à própria narrativa histórica institucional. O caminho apontado, para isso, foi a ressignificação das memórias coletivas, haja vista que, por outro lado, a abordagem historiográfica busca a objetividade, portanto, não é passível de uma ressignificação, e sim, de uma revisão científica.

Em continuação, cumpre ressaltar que as narrativas históricas organizacionais constituem um elemento cada vez mais importante para a legitimação das decisões e fortalecimento da identidade organizacional e corporativa. Esta tendência se deve à busca no passado da estabilidade necessária para os desafios da pós-modernidade, caracterizada pela fluidez e inconstância. Para isso, a comunicação e cultura organizacional devem estar ajustadas para conseguirem conciliar as contradições, produzindo solidariedade e pertencimento. Nesse aspecto, a tradição tem um papel dúbio: por um lado, quando considerada sob a perspectiva organizacional, o tradicionalismo pode ser um obstáculo para o desenvolvimento, reduzindo a autonomia, porém, quando considerada sob a perspectiva individual, observou-se que indivíduos com valores mais tradicionais tendem a se comprometer mais com o trabalho desempenhado.

O resultado da pesquisa com grupos focais apontou que é necessário desenvolver o senso de pertencimento do Bombeiro Militar a partir da valorização sua função social, autopercebida pelo sentimento de utilidade com foco na missão, e caracterizada pelo serviço, abnegação e obrigação moral com a sociedade.

Assim, foi verificado o impacto do objetivismo historiográfico dificultando a identificação do Bombeiro Militar com a história da Corporação, o que foi compensado pela identificação com a profissão de Bombeiro Militar a partir do contato direto com a população, ou indireto, a partir da identificação social, ou seja, da vivência “por tabela”, das ocorrências atendidas pelos companheiros de farda, a qual coloca a Corporação como “plano de fundo” e “elemento de ligação” entre o Bombeiro atuante e o Bombeiro expectador.

Verificou-se a enorme importância da Identidade Corporativa baseada na imagem institucional, haja vista que é a aprovação da sociedade que sustenta a motivação e o sentimento de utilidade da Corporação.

Um aspecto negativo na percepção da identidade organizacional foi a objetividade da burocracia que desagrega os elementos afetivos da valorização profissional. Apesar de tal fator estar associado às questões administrativas, percebeu-se que ele afeta a percepção histórica dos militares sobre a Corporação.

Como caminho para a identificação social, foi sugerido o trabalho com o senso de pertencimento por meio história recente da Corporação, através da retratação dos grandes acontecimentos das últimas décadas, como os desastres de Petrópolis, de Nova Friburgo, Morro do Bumba, Operação do Haiti, entre outros. Foi sugerida a retração de ocorrências cotidianas muitas vezes desconhecidas da sociedade, mas de alto valor, e, também, a diferenciação da identidade dos Grupamentos de Bombeiro Militar, contando suas particularidades.

A frase que sintetiza todo o trabalho de pesquisa com grupo focal é: “Mas todos nós somos peças de museu”. Revelando o anseio que a tropa tem em ver os seus feitos representados nos anais da História do CBMERJ.

Por fim, quanto às tecnologias para virtualização, foram elencadas as seguintes: realidade aumentada; visita 360°; modelagem em 3D; repositório digital; totens digitais; inteligência artificial e internet das coisas. Todas elas, quando observadas as discussões realizadas neste trabalho, contribuirão para o êxito do objetivo. Cabe ressaltar que o seu uso deve ser complementar, e não, substituto da visita presencial. O uso de tecnologias no espaço físico do museu não deve predominar no ambiente, e sim, buscar o máximo de discrição para não romper a estética da narrativa expográfica. E o uso em ambiente cibernético deve considerar uma museologia própria contendo toda a multidisciplinaridade necessária para geração de um valor museológico em ambiente digital correspondente e complementar ao valor no museu físico.

Na visita à Biblioteca Nacional e ao Museu do Forte de Copacabana, foi citada a importância da composição de uma equipe técnica robusta contendo bibliotecário, arquivista, museólogo e, em especial, o restaurador. Foi visto que o tamanho da temática exigiria inclusive um programa de preservação da memória institucional. Em ambos os lugares, foi reforçada o desenvolvimento de trabalhos com história oral e orientado quanto ao conhecimento do Projeto Tainacan.

Apesar da tecnologia para as três tipologias: 3D, bibliográfico e o arquivística, ser bastante caro, foram sugeridos alguns recursos gratuitos que poderiam ter bons proveitos desde já para o museu,

como o uso de redes sociais próprias do Museu, a inserção de imagens e vídeos no *google views*, e o uso de *QR Code* remetendo para áudios explicativos.

Foi ressaltado o cuidado para utilização das tecnologias de virtualização, para não ter características “fantásticas” que acabem “tirando a razão do público de visitar o museu pessoalmente” (Apêndice 6), de forma a pensar o museu virtual como uma “*vitrine de marketing*” para o museu físico, e este, por conseguinte, com o propósito de “cativar o visitante a conhecer mais, a se interessar e a capturar as suas emoções, medo, a coragem, o orgulho, etc.”

Por fim, houve a ressalva às tecnologias de realidade virtual, que realizam uma imersão sensorial completa no ambiente digital, portanto elas não são recomendadas, nem para o ambiente físico, nem para o ambiente virtual, do museu, haja vista que rompem com a experiência museológica. Para utilizá-las, seria necessário desenvolver um projeto específico a parte, cuidando para que não se torne concorrente aos museus físico e virtual. Seu uso é mais recomendado para fins de treinamento e simulações, mas também pode ser utilizada para fins de reconstrução virtual da história.

CONCLUSÕES

O grupo concluiu que o fortalecimento da tradição e da história do CBMERJ caminham juntos a partir da abertura para a história oral. Contudo, isto pode gerar uma problemática baseada no conflito entre memórias coletivas e memórias históricas. De toda forma, a hiperconectividade do mundo em redes torna inevitável a formação de grupos de resistência, o que exige uma postura negocial.

Percebeu-se que a promoção do senso de pertencimento é vital para a estabilidade da identidade do indivíduo, sendo considerado até mesmo uma questão de saúde física e mental. Sem isso, não é possível a conscientização dos fatos pretéritos. Portanto, é preciso observar as necessidades e anseios presentes do público interno do CBMERJ.

A pesquisa mostrou que a tropa sente um desconforto na forma de lidar com os aspectos subjetivos que envolvem a profissão, a identidade e a Corporação, expressado de diversas formas, como: falta de valorização; insensibilidade devido à rotinização; falta de consciência da grandeza da missão; falta de reconhecimento de que o esforço ao longo da carreira “valeu a pena”; sensação de vazio entre outras formas de interpretação. Sugerindo, assim, que a tensão explicitada pelo binômio profissão/corporação é a manifestação do drama que envolve a busca da identidade frente à busca de sentido da vida. Em suma, a realidade vivida pela profissão muitas vezes contrasta com a impessoalidade da administração pública o que, por conseguinte, implica numa percepção negativa da história da Corporação.

Cabe ressaltar que a heterogeneidade do público interno, em especial no tocante ao nível educacional e ao nível de decisão, pode estar gerando uma desigualdade na perspectiva de identificação e temporalidade, respectivamente. Observou-se que, no primeiro caso, o indivíduo com maior nível educacional tende a identificar-se menos e, no segundo caso, quanto maior o nível de decisão, maior a escala de temporalidade da narrativa histórica. O que exigiria um tratamento especial para ambos os grupos.

Por outro lado, houve a proposta de reforço da identificação social com nichos da comunidade interna de bombeiros, representado pelos Grupamentos comuns e especializados, além da proposta de representação da história recente vivenciada por boa parte dos bombeiros, em especial a dos grandes eventos das últimas décadas, como alternativas para propiciar uma vivência mais “próxima” da realidade individual dos militares.

Não foram observados desvios no tocante aos valores de bombeiro militar. A camaradagem, espírito de corpo, dedicação integral à missão, o sentimento de dever, todos foram observados nas entrevistas com inabalável confiança. O que sugere que os valores do Bombeiro Militar prevalecem essencialmente a partir da doutrina ensinada nos cursos de formação e o contato direto com a sociedade por meio da atividade-fim, independente da vida na Corporação.

Um outro aspecto relevante é a problemática envolvendo aos vieses evolucionistas que, corroborando com a aceleração e fluidez da pós-modernidade, trata o antigo como obsoleto. Tal corrente de pensamento é um desafio para o desenvolvimento da história institucional.

A virtualização, então, favorece a interatividade e a participação da comunidade de bombeiros no processo criativo do museu, bem como a coleta do testemunho oral. É importante, para isso, que haja um planejamento museológico apropriado, considerando os riscos existentes a fim de amoldar o desenvolvimento do processo de criação e conservação da memória institucional.

Com relação às tecnologias sugeridas, a saber: realidade aumentada; visita 360°; modelagem em 3D; repositório digital; totens digitais; inteligência artificial e internet das coisas, há de se observar o risco para não ofuscar, nem romper com a narrativa expográfica do museu, desvirtuando a sua função. E, em especial ao ambiente virtual, deve-se atentar para que as ações de curadoria digital criem o valor museológico correspondente.

Ademais, destacou-se como oportunidade a possibilidade de inserção no Projeto Tainacan, além da adoção de pequenas medidas gratuitas no sentido de virtualização, como a criação de redes sociais, inclusão de imagens e vídeos em sites como o *Google View*, entre outras.

O desafio da virtualização consiste na necessidade de todo um corpo técnico museográfico e multidisciplinar a parte cuja composição ainda não está devidamente consolidada pela bibliografia

especializada, o que sugeriria a criação de um departamento específico relacionado à ASSINFO e ao CHC para trabalhar especificamente na área da museologia virtual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andreoni, R. (2011). Museu, Comunicação e Poder. *Intratextos*, pp. 1-15.
- Arruda, E. P. (18-20 de abril de 2011). Museu virtual, prática docente e ensino de história: apropriações dos professores e potencialidades de um museu virtual orientado ao visitante. Florianópolis, Santa Catarina.
- Baumann, T. (2018). O Museu nacional vive. pp. 5-12.
- Beltrão, A. L. (2020). *O Museu dos Militares Mineiros e a valorização da memória do sujeito*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Bolsanello, M. A. (1996). Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. (pp. 153-165). Curitiba: Educar.
- Bonfim, L. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, pp. 777-796.
- Branco, P. H. (2016). Burocracia e crise de legitimidade: a profecia de Max Weber. *Lua Nova*, pp. 47-77.
- Burckhardt, T. (1977). *La Civilizacion Hispano-Árabe*. Madrid: Alianza Editorial.
- Canani, A. S. (2005). *HERANÇA, SACRALIDADE E PODER: SOBRE AS DIFERENTES CATEGORIAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO BRASIL*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos.
- Carvalho, O. d. (2016). *O Futuro do Pensamento Brasileiro*. São Paulo: Vide Editorial.
- Caúla, A. L. (2023). *Sorriso de herói: a história da odontologia militar do primeiro Corpo de Bombeiros do Brasil*. Rio de Janeiro.
- CBMGO. (01 de 03 de 2021). <https://www.bombeiros.go.gov.br/>. Acesso em 16 de 03 de 2023, disponível em Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás: <https://www.bombeiros.go.gov.br/gestao-do-conhecimento/artigos/historia-do-hino-nacional-brasileiro.html>
- Cezário, H. B., & Davel, E. (2018). Participação Comunitária e Identidade Territorial na Gestão de Museus: A Mobilização Museológica Organizacional e Interorganizacional. *Cadernos de Sociomuseologia*, pp. 3-49.
- Chiovatto, M. (Maio/Agosto de 2019). Watson, uso de inteligência artificial e processos educativos em museus. *Revista docência e cibercultura*, pp. 217-230.
- Clausewitz, C. V. (2003). *Da Guerra* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Correa, D. (04 de junho de 2011). *Bombeiros e guarda-vidas do Rio invadem quartel central em ato por melhores salários*. Fonte: Agência Brasil: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-06-03/bombeiros-e-guarda-vidas-do-rio-invadem-quartel-central-em-ato-por-melhores-salarios>

Costa, J. F. (julho de 2011). O debate da identidade nacional e os museus históricos, em 1920. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, pp. 1-11.

Costa, K. L. (2019). *Caminhos para a descolonização dos Museus: A questão da repatriação das antiguidades egípcias*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Costa, K. L. (2020). *Noções Gerais de Museologia*. Curitiba: InterSaberes.

CRFB. (1988). *Constituição da República Federativa Brasileira*.

Decreto Estadual nº 48.261, de 30 de novembro de 2022. (s.d.).

Decreto nº 8.124. (17 de outubro de 2013). *DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013*.

Faria, S. (2022). Visita virtual interativa ao Museu do Centro Hospitalar do Porto: uma proposta de mediação digital. *Midas: Museus e estudos interdisciplinares*.

Feitosa, L. d. (22 de abril de 2023). *Museu do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro*. Fonte: Educação Pública CECIERJ EDU: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/museu-do-corpo-de-bombeiros-do-estado-do-rio-de-janeiro-experiencias-de-educacao-nao-formal-e-mediacao-museal-no-projeto-bombeirinhos>

Fernandes, C. (s.d.). *Fundação Real Biblioteca*. Fonte: [mundoeducacao.uol.com.br: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/fundacao-real-biblioteca.htm](https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/fundacao-real-biblioteca.htm)

Filho, R. K. (21 de setembro de 2018). A importância da virtualização do acervo cultural museal. *Revista de ciências humanas e sociais*, pp. 48-60.

Filho, R. L. (2013). Do real ao singular pela mediação do universal. *Analytica*, pp. 199-220.

Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, pp. 64-89.

Gomes, A. F., & Santana, W. G. (Março de 2010). A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. *Cadernos Ebape*, pp. 7-18.

Gondim, S. M. (2002). *Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários*. Natal: Estudos de Psicologia.

Gorresio, Z. (2017). Da natureza e do inconsciente coletivo. *Junguiana*, pp. 59-68.

Gutterres, R. F. (Maio de 2013). Entre o Mar e o Militar: O Visitante do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. *Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)*, p. 13.

Henriques, R. (16 de dezembro de 2018). Os museus virtuais: conceito e configurações. *Questões contemporâneas de Sociomuseologia*, pp. 53-70.

ICOM. (1972). Princípios de base do museu integral. *Mesa-Redonda de Santiago do Chile* (p. 113). Santiago: Cadernos de Sociomuseologia.

IPHAN. (s.d.). *portal.iphan.gov.br*.

Machado, H. V. (2003). A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Revista de Administração Contemporânea*, pp. 51-73.

Marçal, A. d., & Scheiner, T. (Dezembro de 2020). Uso da Realidade Aumentada em Exposições Museológicas: algumas considerações. *Museologia & Interdisciplinaridade*, pp. 132-143.

Martins, D. L., Silva, M. F., Segundo, J. E., & Siqueira, J. (Outubro de 2017). Repositório digital com software livre Tainacan: Revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista filme cultura. *Informação, Sociedade e Complexidade*.

Meirelles, J. G. (2015). *A família real no Brasil política e cotidiano (1808 - 1821)*. São Bernardo do Campo: UFABC.

Muchacho, R. (2005). O Museu Virtual: as novas tecnologias e a reinvenção do espaço museológico. *ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume I* (pp. 579-583). Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior.

Museus do Rio. (s.d.). Acesso em 02 de 05 de 2023, disponível em <https://www.museusdoriorio.com.br/site/>

Nikel, I. P. (2021). EU PEÇO PELA MEMÓRIA DE ÁFRICA: A cultura do imperialismo no museu moderno “universal” a partir do estudo da expropriação cultural e do memoricídio no Reino de Benin. *Monografia submetida ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina*.

Nogueira, D. C. (2021). Entre a preservação e o esquecimento: análise da relevância de um museu como forma de conservação e exposição da história do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Nunes, M. d., da Silva, A. C., & da Costa, L. F. (2020). Memória e curadoria digital de museu e patrimônio: Avaliação de usabilidade 360°. *Prisma.com*, pp. 191-215.

Pimentel, M. (22 de novembro de 2017). *Multirio.rj*. Fonte: Multirio 30 anos: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/13262-campo-de-santana,-o-lugar-que-testemunhou-o-nascimento-do-imp%C3%A9rio-e-da-rep%C3%BAblica>

Pollak, M. (1992). Memória e Identidade Social. (pp. 200-212). Rio de Janeiro: Estudos Históricos.

Porto, M. P., & Eggert-Steindel, G. (2016). A CONSTRUÇÃO DE UM “LUGAR DE MEMÓRIA” DIGITAL DOS BOMBEIROS MILITARES CATARINENSES COM USO DA WIKI. *XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)*. Salvador.

Ramos, D. C. (2011). Memória e literatura: Contribuições para um estudo dialógico. *Linguagem em (Re)vista*, pp. 92-104.

Ribeiro, A. L. (2022). *Narrativas Expográficas sobre o Egito Antigo: Uma análise sobre a ausência das histórias comuns em exposições virtualizadas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Rodrigues, A. R. (4 de Dezembro de 2010). O Museu histórico como agente de ação educativa. *Revista Brasileira de História & Ciências sociais*, pp. 215-222.

Rodrigues, O. S., & Rocha, C. d. (2016). IoT e conectividade: índice do futuro em espaços museais. *Anais do 15º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia* (pp. 475-481). Brasília: Universidade de Brasília.

Rossi, W. S., da Silva, F. P., & Júnior, W. K. (Dezembro de 2013). A utilização de modelos 3D para a preservação e divulgação de peças do patrimônio histórico e cultural: estudo de caso com escarradeira e urinol. *Arcos design*, pp. 69-79.

Rovida, M. F. (Jan-Jun de 2016). Trabalho e identidade social - implicações nas pesquisas em comunicação. *Revista Alter Jor*.

Santos, L. C. (2014). História e legitimação organizacional. *Organicom*, pp. 61-72.

Santos, S. d. (2017). Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: Estudo Exploratório de Possibilidades Museológicas. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Saunders, M.; Lewis, P.; Thornhill, A. Research methods for business students. 5. ed. Harlow: Pearson Education, 2009

Schmidt, M. L., & Mahfoud, M. (1993). Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. *Psicologia USP*, pp. 285-298.

Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silvaes, E. F. (2003). A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, pp. 107-115.

Serres, J. C., Nunes, J. F., & Reis, M. G. (15 de dezembro de 2015). Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, pp. 54-69.

Silva, V. C. (2020). *Entre Controles e Caminhos: o controle da circulação internacional lícita de patrimônio*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Tamayo, Á. (2005). Valores organizacionais e comprometimento afetivo. *Revista de Administração Mackenzie*, pp. 192-213.

Tavares, R. C. (jan/jun de 2014). O sentimento de pertencimento social como um direito universal. *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar*, pp. 179-201.

Thronhill, A., Saunders, M., & Lewis, P. (2009). *Research methods for business students*. Harlow: Pearson Education.

UFRJ, M. N. (s.d.). *O maior e mais antigo Museu do Brasil*. Fonte: museunacional.ufrj: <https://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/amaisantiga.htm#:~:text=O%20Museu%20Nacional%20foi%20criado,brasileiros%20eram%20empalhados%20e%20colecionados>.

Veloso, G. C. (14 de Julho de 2015). Avaliação da Interface de interação para aplicação multimídia do Totem Digital do Museu Histórico de Araranguá. *Universidade Federal de Santa Catarina*.

Vergara, S. C. (1998). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas S.A.

Zaganelli, M. V., dos Reis, A. P., & Parente, B. V. (06 de 07 de 2019). Museus Virtuais: Mecanismos voltados á democratização do acesso à informação e ao ensino-aprendizagem de história. *Humanidades & tecnologia*, pp. 155-164.

Zavareze, T. E. (12 de 08 de 2008). Cultura Organizacional: Uma revisão de literatura. *Revista luso-brasileira de psicologia*.

APÊNDICE 1

Relatório do Grupo Focal 1

Participantes: Membro do grupo junto com 5 Bombeiros Militares

Data da Visitação: 14/03/23

Local da Entrevista: 14 GBM

Duração: 00:27

História: O 14 GBM está localizado na Av. Dr. Manoel Telles, 1.767 - Lagunas e Dourados - Duque de Caxias - CEP: 25.010-090, com área construída de 1.198.05m. Foi criado oficialmente em 26 de Junho de 1975, com o objetivo de atuar como órgão de execução ou Unidade Operacional, de acordo com o que preceitua o Art. 8º do Decreto-Lei nº 145, realizando, na sua área de abrangência, as atividades de competência do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, conforme se seguem, de acordo com o Art. 2º do mesmo decreto supracitado:

I. realizar serviços de prevenção e extinção de incêndio;

II. realizar serviços de busca e salvamento;

III. realizar perícias de incêndio;

IV. prestar socorros nos casos de inundações, desabamentos ou catástrofes, sempre que haja ameaça de destruição de haveres, vítima ou pessoa em iminente perigo de vida; em caso de mobilização do Exército, com ele cooperando no serviço de Defesa Passiva.

Em 05 de junho de 1975, foi implantada provisoriamente esta Organização de Bombeiro Militar que integrava a 7ª Zona de Incêndio, a partir de então, no dia 26 de junho de 1975 era consolidada a criação do 2º Subgrupamento de Incêndio do 4º Grupamento de Incêndio, pelo Decreto-Lei nº 145 que tratava da Organização Básica da Corporação. O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, em 07 de maio de 1993, através do Boletim do Comando-Geral nº 081, elevou o Subgrupamento de Incêndio, passando a denominar-se 14º Grupamento de Incêndio.

QUADRO DE NARRATIVAS	
QUESTIONÁRIO APLICADO	TRANSCRIÇÃO
Antes de entrar na corporação qual foi o maior fator motivante e inspirador para	Boa parte dos entrevistados acreditam que o fator motivante e inspirador para trabalhar no CBMERJ foi admirações pessoais como nesse trecho: “desde pequeno já admirava muito” e pelo ato nobre do salvamento, exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “foi que escolhi, para mim é a profissão mais honrosa que é de salvar vidas”. Fatores externos como família e amigos também foram apontados como forma fator motivante como no trecho:

você escolhem o CBMERJ?	“passei, em ambos, mas a minha família pediu para que eu optasse pelo CBMERJ”, além da resposta positiva da população exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “faz o meu coração sentir é trabalhar com meios e a respostas, na maioria das vezes positivas, da população o que mais gosto é dos amigos que fiz e da resposta positiva da população”.
O que o Corpo de Bombeiros já fez em sua história que te fez vibrar e sentir orgulho da Corporação?	Essa pergunta mostra que o que Corpo de Bombeiros já fez em sua história que faz vibrar e sentir orgulho é totalmente pessoal, alguns militares responderam que um grande evento como o morro do Bumba e soterramentos, mas outros já comentam que são os socorros que possuem vítimas que fazem os mesmos se sentirem importantes. Outro fato importante ressaltado é que os eventos menores que necessitam de grande conhecimento técnico, fazem vibrar pelo fato de serem os únicos que estão ali realmente atuando na atividade, ressaltado nesse trecho: “Nessa profissão de Bombeiro Militar é o ato de estar disposto a ajudar a população é estar ali pronto para o que ninguém quer fazer”. Outra resposta que cabe atenção e que apareceu em algumas falas novamente foi a questão das reportagens mostraram uma visão que sozinhos não conseguem identificar, o quanto são preparados tecnicamente e como os Bombeiros Militares são úteis para a sociedade exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “eu vi uma reportagem a respeito disso, que o Rio de Janeiro possui o Corpo de Bombeiros mais bem treinado do Brasil, então, isso me deu um orgulho imensurável de pertencer a essa corporação, principalmente, na mais bem treinada do Brasil”.
Quais foram os acontecimentos que mais te marcou na história do CBMERJ?	Cada entrevistado relatou um acontecimento que mais lhe marcou na história do CBMERJ, segue algumas afirmativas que exemplificam: “entre eles acompanhei foi o desabamento do prédio, no centro da cidade, aquelas imagens das pessoas presas nos escombros, penduradas, tinha até um banheiro em que aparece um vaso sanitário, uma senhora sai pendurada o desastre”, outros bombeiros comentaram: “recente em Petrópolis, no desabamento que ocorreu, onde muitos bombeiros foram ficaram dois, três dias seguidos”; “Morro do Bumba”; “desastre da Ilha do Braço Forte”; “edifício andorinhas”; o mais interessante nestas respostas foi o fato que nenhum deles relatou um acontecimento em que o mesmo trabalhou, todos foram descritos como observadores externos ao ocorrido, o que chama atenção o fato de não se perceberem como atores da história da corporação. Isto fica exemplificado quando os bombeiros falam as seguintes afirmativas: “eu vi bombeiros que trabalharam incansavelmente para resgatar as pessoas que estavam soterradas.” e “porque eu não estava presente, mas eu acompanhei e como a gente trabalha nessa situação a gente estava vendo o que nossos companheiros estavam passando lá no momento”.
Quais são os elementos do Museu do CBMERJ que você considera mais relevante?	Sobre essa pergunta, além do fato de somente dois entrevistados terem conhecido o museu do CBMERJ, ambos não foram ao local por interesse inicial de entender ou estudar as histórias passadas da corporação, mas por alguma outra necessidade inicial ou do serviço, exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Eu trabalhei na reforma e depois nunca mais voltei”. Um outro entrevistado relata o seguinte: “eu estava me dirigindo à Odontoclínica, e, me deparei, que o museu tinha sido reformado, eu fiz um tour, eu achei interessante as viaturas, a carência de material e como, antigamente, usavam-se

	os meios improvisado para se ter êxito na missão”. O primeiro fato é que a reforma não fora divulgada internamente na instituição, o segundo fato de interesse é o descrito nesta afirmativa: “o fato deles conseguirem executar o combate a incêndio, com material bem rudimentar, e como a parte humana contava muito”. A premissa da parte humana e técnica, hoje ainda, chamar a atenção para o passado comunica muito com o fato de o Bombeiro Militar achar atualmente que o equipamento por ser melhor ou mais caro ele se opera sozinho, o que não acontece na realidade, hoje o material necessita muito ainda da parte humana, onde o militar dedica muito tempo de estudo, conservação e aprimoramento das técnicas de formas constantes.
Quais histórias deveriam ser apresentadas no Museu do CBMERJ?	A pergunta sobre quais histórias deveriam ser apresentadas no Museu do CBMERJ, deixa claro primeiro que o Bombeiro não se vê na história, principalmente a recente da corporação exemplificado quando o militar fala a seguinte afirmativa: “os acontecimentos do CBMERJ, como o apoio a Brumadinho, no Morro do Bumba, mostrando os fatos mais importantes”, e segundo, as histórias dos Grupamentos de Bombeiros militar não são retratadas adequadamente no Museu da Corporação, o que é claro nesta afirmativa: “trabalhar com estatísticas de eventos, para envolver um pouco a história do GBM, procurar saber algum fato importante que aconteceu naquela unidade e trazer alguma peça ou imagem para que seja exposto um espaço para contar a história dos GBMs, isto poderia gerar um sentimento de pertencimento, mexeria com o sentimento de Bombeiro Militar quando ele fosse ao museu e visse algo sobre o seu quartel ou sobre os acontecimentos da sua época”. O bombeiro não se sente pertencente as histórias que o Museu atualmente está contando.
Qual importância a história da corporação tem no dia a dia profissional?	Essa pergunta obteve respostas variadas pois a história segundo os militares questionados pode servir como reconhecimento e confiança como na afirmativa: “Para mim é a credibilidade que a gente tem com a população, acreditam muito na gente, então, quando eles ligam para pedir socorro, para gente é rotineiro, algo sem muita importância, mas para eles é muito importante”. Nesta afirmativa, como o sentimento de pertencimento ao local em que servem: “o sentimento de pertencer àquele lugar e cuidar daquele lugar e saber que tem uma população carente necessitando desse serviço emergencial”. Ou seja, a história segundo os mesmos é algo pessoal, se os Bombeiros são reconhecidos pela população não faz sentido estudar a história da corporação, o que fica claro nesta afirmativa: “É o cuidar, o sentimento de zelo pela área que você trabalha, é como você ser responsável pela tranquilidade e pela segurança da população ser garantidor da segurança que naquela região em que o seu GBM atua”.
Quais são os elementos do Museu do CBMERJ que você considera mais relevantes?	As respostas para essa pergunta permeiam a questão da conexão com o que está exposto no museu, eles não se sentam parte daquele local, pois tudo no museu é algo distante como dito na afirmativa: “Eu vejo um museu como mergulho na história é tudo muito antigo, materiais, os carros equipamentos eu vejo um passado do corpo de bombeiros eu não me vejo retratado ali”. Também na fala: “interessante a gente ver as viaturas e material que foi utilizado por nossos companheiros lá atrás, porém, tem coisas do passado recente deveriam ser

	tratadas a gente se identifica mais com fatos que nós participamos” . Outra questão apontada é que novamente é comentado sobre o fato de a história recente não ser mostrada no Museu como na afirmativa: “Os materiais antigos devem ser expostos, mas a história recente, também, aquilo que aconteceu há 10/20 anos.”
Tem algo que eu não te perguntei que você gostaria de deixar registrado?	As respostas sobre a virtualização aparecem neste momento de pergunta mais aberta como fazendo parte de um aspecto importante da administração, porque as sugestões apontadas mudam as formas como a gestão está lidando atualmente com as práticas e rotinas do Museu como por exemplo neste trecho: “Por se tratar de um local de divulgação da história da Corporação, algo institucional, deveria ser mais divulgado tanto internamente quanto externamente, não sei se algum tipo de trabalho é feito com as escolas” . A questão do Marketing interno e externo permeando a comunicação institucional, em outra fala, deixa claro a afirmativa: “a gente mesmo bombeiro esquece que tem o museu agora, com essa pesquisa, que eu lembrei que eu tenho 9 anos de corporação e eu nunca levei minha filha. A nossa equipe de serviço social poderia sempre divulgar, durante as palestras, elas poderiam passar para os colégios e creches, lugares que frequentam, dentro e fora da Corporação”.

APÊNDICE 2

Relatório do Grupo Focal 2

Participantes: Membro do grupo junto com 5 Bombeiros Militares

Data da Visitação: 01/02/23

Local da Entrevista: 16 ° GBM

Duração: 01:05

História: O 16 ° Grupamento de Bombeiro Militar - Teresópolis, tem a sua história ocupando o edifício da antiga Superintendência dos Serviços de Vigilância e de Combate a Incêndio de Teresópolis, que neste funcionava desde 01 de outubro de 1968, o então Pelotão de Bombeiros recebeu a denominação de 4° pelotão Independente de Bombeiros e sua sede instalada na Rua Guandu, 680, em 29 de janeiro de 1974, tendo como primeiro comandante o 1º Ten Mário Antônio de Souza.

Sua jurisdição abrangia os Municípios de Teresópolis e Sumidouro, com uma média de sinistros de 34 (trinta e quatro) saída mensais para socorro, sendo a maioria deles acidentes de veículos na Serra e na Estrada Rio Bahia.

Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, formando o atual Estado do Rio de Janeiro, em 01 de outubro de 1976, o quartel foi denominado 2º Subgrupamento de Incêndio do 6º Grupamento de Incêndio.

Em 09 de fevereiro de 1995, a Corporação teve alterada a sua denominação para “Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ” e como consequência os "Grupamentos de Incêndio" foram transformados em "Grupamentos de Bombeiro Militar" - GBM, e com isso o 1º Subgrupamento de Incêndio do 6º Grupamento de Incêndio passou a ser denominado “1º Subgrupamento de Bombeiro Militar do 6º Grupamento de Incêndio”.

Posteriormente, em 19 de outubro de 1995, foi elevado ao status de Grupamento, transformando-se no 16º Grupamento de Bombeiro Militar.

QUADRO DE NARRATIVAS – CORPO – VIGOR FÍSICO	
QUESTIONÁRIO APLICADO	TRANSCRIÇÃO
O que o CBMERJ já fez em sua história que te fez vibrar e sentir orgulho da corporação?	Boa parte dos entrevistados acreditam que sentem orgulho da corporação quando realizam a atividade de Salvamento, incêndio ou vai em alguma tragédia pois acreditam que a identificação ocorre quando há essa visão externa como fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Quando essa informação chega por algum canal externo isso acontece. Isso não acontece quando a gente está lá”, ou seja, tanto deles em operação, quanto das histórias de outros Bombeiros

	após alguma atividade como descrito nesta outra afirmativa: “Quando você vê por fora, quando aparece na televisão, quando você vê alguém contando isso que esteja de fora aí você fala “...caramba, muito maneiro...”. Então, a identificação ocorre quando há essa visão externa: no caso de Grandes eventos.
E no caso do <i>debriefing</i>? Seria interessante fazer uma comunicação organizacional a respeito disso? Um levantamento dos melhores momentos e conversar sobre isso ao ponto de exaltar esses momentos de boas ações?	Sobre a pergunta a respeito da valorização alguns trechos como “Quando vejo um evento passando na televisão que não sou eu que estou atuando, mas sim um companheiro, esse orgulho emanam de forma mais natural. Até mesmo nas redes sociais, a gente vê um socorro na praia, onde há um apego da população muito grande, a gente tem o maior orgulho do cara que está ali né porque a gente sabe que ele está ali dando o máximo, mas todos nós fazemos isso, é o nosso dia a dia”; e nesta afirmativa: “Por isso nas grandes empresas existem o funcionário do mês, o destaque, existe uma gratificação, bonificação, no meio militar a gente não visualiza isso, não visualiza essa valorização. E aí manter o espírito do BM, o espírito realmente de botar a capa do herói é difícil porque a gente tem uma vida lá fora, né. As pessoas têm vida, as pessoas têm sentimentos, e essa falta de valorização, realmente a corporação pode melhorar”. São afirmativas que mostram que existe dentro do CBMERJ uma necessidade da valorização não só externa como interna assim como nas empresas privadas como no trecho: “nas empresas privadas hoje em dia, as pessoas trabalham com valorização porque ninguém trabalha tomando chicotada nas costas, ninguém trabalha motivado tomando chicotada diariamente né, as pessoas têm que ser valorizadas pelo seu potencial”.
[...] Falta na corporação muito a gestão do conhecimento. É você juntar todas as informações e a gente colocar de uma forma que todos consigam acessar, pois assim acabamos virando apenas um número [...] eu acho que falta muito isso, a gente transcrever isso, passar para o papel futuros conhecimentos. Mas tanto focar tanto na parte emocional quanto na parte técnico profissional[...]	Os entrevistados disseram que a credibilidade da atividade de BM é muito grande dentro da corporação por ser a única instituição que a população ainda acredita e confia, e que é muito satisfatório ouvir o reconhecimento que vem do solicitante, da vítima, dos parentes das vítimas e até mesmo dos familiares e talvez inclusive seja por isso que a instituição não faça porque ela vê que já tem como na afirmativa: “Eu estava na guarda na época e uma senhora chegou aqui em prantos e eu achei que ela estivesse passando mal. Então abordei a senhora e ela disse: meu filho, eu vim aqui agora, esse é meu último recurso, pedir ajuda de vocês e posso dizer a vocês que é a única instituição que eu ainda acredito”. Comentam também que outras instituições fazem você vivenciar aquilo no dia a dia, te valorizando e fazendo você fazer parte das atividades como um todo em instruções ou reconhecendo você como único assim dito na afirmativa: “lá no exército a gente passa o dia inteiro tendo instrução, você tem aula. Quando chega a hora da folga o que a gente vai fazer? Assistir band off brothers. Você passa o dia inteiro carregando o fuzil para cima e pra baixo, quando você chega no alojamento e fala assim: caraca, agora eu vou descansar, aí tu vai jogar <i>call of duty</i> pô. Você está o tempo todo pensando naquilo ali, você tem que se desvincular, porque senão você começa a se ver como um indivíduo a par daquelas características. Isso só foi construído porquê? Porque primeiro, a gente viu que todo o caminho que se seguiu até ali chegou a um resultado que é você, então você cria um sentimento de gratidão.” e na fala “as ações internas elas não colaboram para isso e o

	pouco que a gente tem de reconhecimento, e isso é exclusividade dos corpos de bombeiros, vem de fora. Ela vem do solicitante, da vítima, dos parentes das vítimas. Até mesmo dos nossos familiares e talvez inclusive seja por isso que a instituição não faça porque ela vê que já tem, já existe, essa etapa está cumprida.”
“ [...]Quando eu paro para pensar por que o BM daqui é muito melhor por exemplo que o bombeiro da capital. Aqui são os nossos familiares né. Quando eu vejo ocorrências aqui eu vejo que os bombeiros se preocupam sempre em melhorar cada vez mais, em estudar para se capacitar porque é a cidade deles. Lá na capital não, lá é muito maior então pode ser qualquer um. Então aqui a gente faz a diferença porque somos nós que sentimos na pele o que se passa. [...]Não se se isso seria uma questão de a corporação trabalhar isso como um todo ou se seria um trabalho de cada quartel individualmente. [...]”	Os entrevistados comentam que a valorização existe de unidade para unidade, isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Eu acho que existem unidades em que os comandantes priorizam a valorização do funcionário onde alguns gestores priorizam esses sentimentos, ressaltam que a valorização, vibração, emoção e obviamente aquilo renova suas forças e que se fosse valorizado, eu acho que seria mais motivante estar pertencendo ao Corpo de Bombeiros Militar, eu acho que a valorização é externa. e na fala” as vezes você tá numa corrida de <i>Uber</i> aí o cara fala: “você é bombeiro? Caraca deve ser muito maneiro”. É uma vibração, é uma emoção e obviamente aquilo renova suas forças. Porque você vê que alguém realmente te enxerga como alguém importante“. Relatam ainda esta afirmativa: “não vê sentido naquilo que você está fazendo, se aquilo não produz frutos, tu tá fazendo pra cumprir, mas não vê progressão naquilo, as coisas parecem que vão perdendo o sentido”.
Os senhores só estudaram a história da corporação durante a formação ou já tiveram curiosidade de estudar posteriormente?	Foi relatado quase exclusivamente que somente no período de formação estudaram a história da corporação, mas que achavam que na maioria das instituições militares que tem um senso de pertencimento o estudo ocorre da mesma forma como no trecho: “Somente no período de formação. Acho que na maioria das instituições militares que tem um senso de pertencimento grande, os seus integrantes também estudaram isso apenas na sua formação, no entanto a diferença é que nessas instituições ele estuda a história da corporação a cada passo que ele dá dentro da instituição”. Os integrantes de outras instituições também estudaram isso apenas na sua formação, no entanto a diferença é que nessas instituições ele estuda a história da corporação a cada passo que ele dá dentro, isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: A guarda bandeira da ESA, o uniforme deles é o uniforme que eles usavam em combate na segunda guerra. Então eu acredito que para causar um senso de pertencimento, o dia a dia da corporação tem que ser assim”.

Então seria algo meio que descentralizado. Você veria partes da história em cada OBM.?	Os entrevistados entendem que deixar para estudar a história somente na formação ou em publicações periódicas, nunca haveria uma atualização, que tem que haver o estudo e o ensino da história diuturnamente. Isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “O dia a dia acaba sendo um estudo da história. Porque realmente sem o estudo da história não há o senso de pertencimento”. Relatam ainda que os quartéis deveriam trabalhar sua história como no trecho. “Os quartéis poderiam ter alguma coisa nesse sentido porque quem chegar daqui a algum tempo não vai conhecer essa história. Isso acaba se perdendo com o tempo. Os fatos até serão conhecidos, mas não exatamente como foi porque não se criou uma memória daquilo”
Os senhores conhecem o museu, já tiveram curiosidade ou foi apenas no período de formação?	Sobre conhecer o museu ou se já tiveram curiosidade de visitar, houve relato que fora de eventos específicos ou de ida em outros setores dentro do quartel do Comando Geral só de passagem, conforme a afirmativa: “Fora isso só de passagem, nunca parei para visitar” outro relatou que não acha que 5% dos BMs tenham feito diferente disso.” Relatam ainda: “Nós ficamos tão atribulados com nossas missões de quartel que acabamos não parando para pensar nisso, o quanto nós somos importantes para a sociedade.” Novamente nesta pergunta é comentado a valorização externa, apontado nesta afirmativa: “às vezes você nem se dá conta, mas as pessoas vêm te falar quanto orgulho sentem de você e você mesmo não se dá conta disso. Do próprio valor. É o clamor externo”.
O tema virtualização é muito amplo. Nós estamos querendo trabalhar o sentimento de pertencimento e identificação do bombeiro para com a corporação por meio da virtualização do museu. Lá poderia ser esse centro de fabricação de ideias de trabalhos.	Relatam que as pessoas vão embora e não tem nem um rito de passagem, que a assistência social está agora com um trabalho nesse sentido como neste trecho: “Porque você viver uma vida inteira aqui, fico até arrepiada, a gente se doa tanto, a gente trabalha tanto. É uma família que eu considero minha, sempre falo isso com os oficiais. Às vezes não temos tanta oportunidade nessa correria de conversar, mas eu sempre falo com eles. A gente passa tanto tempo aqui e quando o cara vai embora é simplesmente um tchau “.
Eu tenho um pouco de receio com essa palavra identidade. Acho que é muito mais uma questão de identificação do bombeiro militar pela corporação do que questão de identidade. Quando você cria uma identidade você cria aquilo que eu quero atingir. Quando você cria	Os pesquisados relatam ter a impressão de que o senso de pertencimento existe quando relaciona ele com a atividade, isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Na verdade quando a gente fala de senso de pertencimento com a instituição, eu acho que ele passa primeiro pela atividade. Que primeiro vem o amor pelo Bombeiro e depois pela instituição, em cima disso se for construído um senso de justiça e de pertencimento a essa atividade, principalmente em relação a história, isso vai gerar um sentimento de pertencimento à instituição. O bombeiro é um profissional complexo e tem que ser ótimo em Prédio, florestal, montanha, busca, mar, rio, APH e que tudo isso é de uma profundidade”. O mesmo militar continua a afirmativa: “Por exemplo, pra fazer um nivelamento de combate a

uma identificação, é algo que você queira trabalhar dentro da corporação, entendeu? São duas palavras distintas.	incêndio aqui eu preciso de no mínimo 24h de aula. Pra dar o básico. Pra aprofundar, pelo menos 200 horas. A gente tem uma gama de atuação, com uma profundidade só que contraste é que o nosso militar não tem essa percepção da própria atividade. como um resolvidor de problema, improvisador profissional. não enxerga a nossa atividade com a grandiosidade e a complexidade que ela tem. E eu acho que isso tem várias razões. Mas uma das razões disso é que o bombeiro no Brasil ele tem uma origem em cidadãos descartáveis. De onde nós nascemos? O que precisava pra ser bombeiro no final do século 19, bastava você ter grande vigor físico e famosa coragem física, o desprezo pela própria integridade física, se morrer morreu, ninguém vai sentir falta de mim. E quem eram esses cidadãos? Escravos. Então a nossa atividade ela surge num grupo descartável para a sociedade e descartável para si mesmo “.
No Brasil a gente faz aquelas funções que ninguém mais quer fazer. Por exemplo, a questão do rabecão. São poucos que exercem essa função. Então a gente é multidisciplinar. Principalmente no rio de janeiro.	O grupo relata que o senso de pertencimento ao grupo dos guarda vidas é muito diferente do que de outro bombeiro da corporação. Esse orgulho de pertencer, esse senso de pertencimento é muito maior do que o bombeiro do incêndio, o bombeiro do incêndio florestal, acham que é uma peculiaridade do serviço. Isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “É uma tropa desarmada que fica em contato com a população o tempo todo. Então ele é o comandante do socorro dele. Então eu acho que essa autonomia que ele tem ali, o Bombeiro sai da aeronave gigante, todo mundo querendo tirar foto. ele quer representar, ele sente orgulho daquilo que ele faz. Mas não é um incentivo que vem da corporação.” Relatam, ainda, que tem um diferencial da capital para demais regiões, como na afirmativa: “O famoso interior. Região serrana e tal. o senso de pertencimento dos militares do interior é muito maior. As unidades que possuem cultura de militar especializado, de demanda de atividade especializada tem muito mais essa sensação de pertencimento do que as demais unidades. Eu acho que é a continuidade da educação que eles têm lá dentro em relação a prática de bombeiro.”; “O fato dele ter um contato diuturno com a população. No entanto, o GBS tem um senso de pertencimento muito similar”. Acreditam que vem do contato diuturno com a atividade. Disseram “o senso de pertencimento pela corporação só vem se eu tenho um senso de pertencimento a atividade. E não o contrário, o caminho não é o senso de pertencimento a corporação e depois a atividade, é a atividade e depois a corporação. A gente não vai conseguir estabelecer um senso de pertencimento na corporação enquanto a gente não passar primeiro pelo senso de valorização da atividade de bombeiro. O caminho é ao contrário. A gente precisa de pilares principais: Percepção histórica, percepção técnica e senso de justiça. Porque senão a gente não vai conseguir pertencer, e vamos continuar se olhando no espelho e se vendo como um jagunço. Aqui dentro, para o cara se especializar, cursar, ele tem que ser muito brabo, ele tem que brigar com o sistema. A própria corporação não incentiva o cara a cursar. Ele não tira o cara da escala, o cara tem que se desdobrar em cinquenta para poder fazer um curso. O que vem acontecendo atualmente é que a gente tá falando da gente que é de carreira, agora o temporário então que não vai ter isso mesmo. Estão cheio de vibração aí, coitados. Eles são muito novos e ainda tem

	aquela coisa né, eu sou bombeiro. Eles querem mostrar isso, mas essa questão do ao longo dos anos quando eles vão ver né. Aí não tem mais pra onde ir, é mais difícil manter a motivação. A preocupação também é passar esse conhecimento”.
O que os senhores esperam com essa questão da virtualização do museu. É um tema muito amplo. A gente pode deixar mais acessível a nossa história, a história da nossa atividade, a história que nós vivenciamos, como no caso dos senhores da tragédia de 2011. Os senhores têm alguma ideia? O que pode agregar?	Sobre o que esperam com essa questão da virtualização do museu, relatam que a virtualização para geração de identidade, ela poderia focar em pessoas, em feitos e pessoas e não em peças, que a virtualização do museu deveria focar em pessoas e feitos para que assim possam se sentir realmente parte de algo muito mais corporativista como fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Eu acho que a virtualização para geração de identidade, ela poderia focar em pessoas, em feitos e pessoas e não em peças. Porque peças é até legal, ela satisfaz a curiosidade, como era o capacete, uma escada. Mas eu preciso de coisas que façam eu me orgulhar de estar onde estou. Então eu acho que a virtualização do museu deveria focar em pessoas, pessoas e feitos. Eu tenho que olhar e ver os meus antepassados e ver o que eles fizeram. Aí eu vou poder falar: “caraca maluco, eu faço parte disso. Quando você faz a virtualização baseado nisso, um dia a gente entrando aqui a gente vai achar algo de alguém do nosso quartel, ou outro BOMBEIRO MILITAR que venha aqui poderá saber dos feitos do nosso quartel e das pessoas que fizeram parte daquilo.”

APÊNDICE 3

Relatório do Grupo Focal 3

Participantes: Membro do Grupo e 4 Bombeiros Militares

Data da Visitação: 28/03/2023

Duração: 00:40

Local da Entrevista: 1º GMAR

História: O antigo CBERJ assumiu o Serviço de Salvamento no Mar, em 16 de outubro de 1984, com base no Decreto Estadual do Exmº Sr. Leonel Brizola nº 7452, de 03 de agosto de 1984, criando o Grupamento Marítimo, Organização de Bombeiro Militar, com a Sede em Botafogo na Av. Reporte Nestor Moreira 11 - Botafogo 22290-210 - Rio de Janeiro - RJ, que se tornou responsável por todas as dependências físicas e pelo serviço de Salvamento no Mar.

QUADRO DE NARRATIVAS – CORPO – VIGOR FÍSICO	
QUESTIONÁRIO APLICADO	TRANSCRIÇÃO
Antes de entrar na corporação qual foi o maior fator motivante e inspirador para vocês escolherem o CBMERJ?	Na pergunta a respeito de antes de entrar na corporação qual foi o maior fator motivante, boa parte respondeu pela estabilidade e por ser militar como no trecho carreira militar e procurar uma estabilidade financeira., já um dos entrevistados relatou que já era militar mas buscava outro tipo de atividade, isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Eu era da Marinha do Brasil achava o trabalho lá muito burocrático, o salário aqui era menor, mas eu achei que ia ser mais divertido, inclusive o CFO, com mais atividades práticas e questões operacionais.”
O que o Corpo de Bombeiros já fez em sua história que te fez vibrar e sentir orgulho da Corporação?	Sobre o que o Corpo de Bombeiros já fez em sua história que te fez vibrar e sentir orgulho da Corporação, foi unanime que todos colocaram eventos que os mesmos participaram, fica exemplificado quando os bombeiros falam as seguintes afirmativas: “são os eventos de maiores vultos, onde toda a corporação está empenhada, como os desastres na Região Serrana, ou grandes incêndios em que você vê uma grande comoção por parte dos bombeiros e uma grande doação pela atividade fim que a gente executa”; “um evento que estava diretamente foram os deslizamentos ocorridos, em 2011, na Serra, nas cidades de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis foi possível perceber que a intervenção do corpo de bombeiros, junto a defesa civil, como um todo seja dentro da estrutura do estado foi essencial.” Uma afirmativa se sobressai, fora uma lembrança de um dia eventual de trabalho: “um dia normal de verão para um Guarda-Vidas, em Copacabana, entre os postos 03 e 04, os Guarda-Vidas ali fizeram mais de 150 (cento e cinquenta) salvamento, eu presenciei um dia inteiro, vi as aeronaves e outros postos apoiando”.
Por que escolher	Pelas declarações dessa pergunta fica claro que todos tem muito orgulho da

servir no 1º GMAR? O que esse quartel fez para te dar orgulho de trabalhar aqui?	atividade e do quartel em que seguem por mais que não tenham sido recrutados no GMAR, isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Meu maior objetivo é mudar minha QBMP10 - Guarda-Vidas, para QBMP8 - Marítimo” Nessa afirmativa, por mais que já tivesse a expertise, fica claro que ele quer deixar um legado: “Eu tinha uma experiência com embarcações, por ter sido da Marinha do Brasil, mas, não tinha familiaridade com a praia, por isso vim para cá, não teria tanta contribuição em outro GMAR, o que mais me traz orgulho foi o curso de operações com embarcações de salvamento e combate a incêndio que não existia e vemos um legado com a chegada dos 150 (cento e cinquenta) recrutas”.
Quais foram os acontecimentos que mais te marcou na história do CBMERJ?	Sobre os acontecimentos que mais te marcou na história do CBMERJ, todos falaram de eventos que participaram, isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa:” foi um desastre Petrópolis, em 2022, o outro foi um <i>réveillon</i> que eu peguei um rapaz que tomou uma facada nas costas na hora dos fogos e não tinha como sair com ele dali, mas, eu e mais 5 guarda-vidas conseguimos pegar ele levar para o posto médico e conseguimos é recuperar ele deixá-lo com vida.” outro apontou sua formatura, nesta afirmativa: “Minha formação o curso de formação de oficiais – CFO”.
Quais são os elementos do Museu do CBMERJ que você considera mais relevante?	Sobre quais são os elementos do Museu do CBMERJ que você considera mais relevante, uma resposta se destaca pois diferentes das demais que colocam peças e metierias isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “São os equipamentos e viaturas mais antigos que remetem para gente de como era executado nosso serviço e como ele evoluiu para hoje faz pensar sobre como como era o nosso serviço”. O bombeiro elenca que o museu em si é importante para corporação e o seguinte afirmativa deixa claro sobre isso: “A iniciativa do Comando da Corporação em trazer o museu do Méier para o Central. Temos a necessidade de ter um profissional de museologia, pois, você lida com a questão da memória, nós temos uma reserva técnica com cerca de três ou quatro vezes mais do que está exposto, o que é normal para um museu. Mas, é a possibilidade do Bombeiro e a sua família tem de visitar um espaço, onde a memória seja trabalhada, o Bombeiro enquanto atividade/ sociedade, enquanto classe trabalhadora, perceber na história as mudanças de relação com a Instituição, com a sociedade, com o seu trabalho, isso tudo é possível observar com os registros de incêndio que remontam o final do século XIX, mais rica será a experiência, conforme maiores recursos forem destinados para o museu”.
Quais histórias deveriam ser apresentadas no Museu do CBMERJ?	Sobre quais histórias deveriam ser apresentadas no Museu do CBMERJ, um entrevistado fala a respeito de investimento que sem ele não é possível com a questão dos recursos fornecidos para melhorar a experiência para abordar os aspectos da memória. Isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Você tem diferentes maneiras de abordar o nosso trabalho de memória, trabalhando com a história contemporânea, com mais painéis sobre grandes eventos para que sirvam de reflexão sobre como se agiu e como poderá ser feito no futuro realizar exposições permanentes e trazer, também, micro histórias, que possuem um contexto importante para um bairro da cidade do Rio de Janeiro ou alguma cidade do interior. Mas, para isso são necessários investimentos”. Outro ponto seria a rotina do bombeiro do GMAR, como na afirmativa: “Momentos cotidianos ou rotineiros deveriam ser lembrados os momentos característicos de atividades específicas da Corporação, de um certo quartel, uma certa localidade daquele quartel ou um determinado tipo de prova

	de um curso poderia ser lembrado e ser é registrado” . Outros entrevistados citam trabalhos sociais rotineiros: “Apresentar no museu o projeto botinho, que existe desde a década de 60 e, todo ano é realizado por 15 (quinze) dias no mês de janeiro”; “Retratar as atividades que envolvem, principalmente, nos grupamentos marítimos como o trabalho com os deficientes e o projeto botinho”.
Qual a importância da história da corporação no seu dia a dia profissional?	Na pergunta se qual a importância da história da corporação no seu dia a dia profissional, cada entrevistado deu uma opinião única e importante para si , isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Analisar o que aconteceu no passado, poder estudar, trabalhar nisso e evoluir no futuro”. Afirmativas que dão importância para gestão de conhecimento outros dando importância para as mídias sociais, como na afirmativa: “postagem no Instagram, tem que ser a capa do trabalho”; "pela história do corpo de bombeiros o que mais se reflete, na minha vida, no dia a dia, é como as pessoas me veem, enquanto bombeiro, como meus amigos bombeiros são vistos, também, onde moram, nos seus círculos de amigos, e, por outro lado, esse olhar que é lançado sobre nós aumenta a nossa responsabilidade. Penso em ter uma conduta ilibada, de modo geral, eu acho que, somente mero fato de estar fardado na rua, me traz a preocupação que eu sempre tive desde soldado, é querer ter que ter uma postura, minimamente exemplar, todo bombeiro, de certa maneira, ele é tributário de seus antepassados pelo que fizeram e pela imagem que criaram porque a gente sabe é seja admirado por adultos e crianças, o que não é pouca coisa”; “fotografia almanaque”.
Como a virtualização pode contribuir para o museu do CBMERJ?	Sobre como a virtualização pode contribuir para o museu do CBMERJ todas deixam meio que subentendido a questão das barreiras de acessibilidade e manutenção do conhecimento.

APÊNDICE 4

Relatório do Grupo Focal 4

Participantes: Membro do grupo junto com 5 Bombeiros Militares

Data da Visitação: 23/03/23

Duração: 01h33

Local da Entrevista: GBS

História: O Grupamento de Busca e Salvamento com atuais 12.000m² e a área construída: 3.329,99m². Atualmente é uma unidade de características operacionais diferenciadas da normalidade, tendo a seu cargo, dentro da área do Estado do Rio de Janeiro, missões de Busca e Salvamento tanto terrestre como aquática, além das operações de combate à incêndios, inerentes ao Bombeiro Militar. Apoiando as demais Unidades de Bombeiros que integram a Corporação, em todo o Estado, o 1º GRUPAMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO atua nos seguintes tipos de eventos Trabalho em atmosferas hiperbáricas;

Operações em matos e montanhas, Operações aerotransportadas; Emprego de explosivos em destruição e demolição de pequeno porte; Manobra de cargas super pesadas; Desabamento, desmoronamento, deslizamento; Prevenções diversas inundações; Resgates de pessoas e bens em situações especiais.

Além do que, vem funcionando como unidade irradiadora de doutrina de busca e salvamento, operacionalizando atividades de ensino como por exemplo o Estágio de Formação na QBMP/01;

A sua história se fez através da necessidade da diversificação de serviços que é executada pela mesma guarnição de extinção de incêndios, isso porque não havia até aquele momento um aprimoramento técnico profissional voltado especificamente para salvamento e proteção Tal situação prevaleceu durante 70 anos quando o Major Ernesto de Andrade, então comandante interino da Corporação enviou ao Ministro da Justiça e Negócios do Interior, o Ofício nº 1361, datado de 20 de dezembro de 1926, solicitando permissão para criar o SERVIÇO DE PROTEÇÃO da Corporação. Dias depois, Ernesto de Andrade tomava conhecimento, através do Aviso nº 218, 9 de 30 de dezembro, da autorização oficial do Ministério da Justiça para a criação de tal serviço, o que foi publicado em Boletim do Comando Geral nº 1, de 3 de janeiro de 1927.

Nesse mesmo Boletim foi determinada a criação de uma comissão com a finalidade de organizar o serviço. Em 05 de março daquele 1927, o Boletim nº 39 publicava o resultado dos estudos sob a epígrafe "SERVIÇO DE SALVAÇÃO E PROTEÇÃO NOS INCÊNDIOS"

Tendo assumido oficialmente o Comando da Corporação em 08 de janeiro daquele mesmo ano (1927), o Cel MAXIMINO BARRETO por motivos alheios à sua vontade, não colocou em prática a iniciativa de se criar tão útil serviço apesar de sua regulamentação ser considerada par com o crescimento da Cidade somadas às necessidades que se apresentavam a cada dia. O fato é que a regulamentação permaneceu engavetada por muitos anos.

Não obstante, a semente fora plantada e vez por outra se colocava em evidência a necessidade de ser criado o tão importante serviço.

Em 1946, no Comando do Cel ADALBERTO POMPÍLIO DA ROCHA MOREIRA, novamente a ideia renasceu, bem mais estruturada e foi colocada em prática com a publicação no Boletim do Comando Geral nº 29, de 05 de fevereiro de 1946, onde eram estabelecidas normas para o funcionamento no SERVIÇO DE SALVAÇÃO E PROTEÇÃO (SSP)

Mais tarde sua sigla passou a ser SPS (SERVIÇO DE PROTEÇÃO E SALVAMENTO), para não ser confundida com a sigla da Secretaria de Segurança Pública.

Funcionando no Quartel do Comando Geral, o antigo SERVIÇO DE SALVAÇÃO E PROTEÇÃO teve como seu primeiro Chefe o 1º Ten BM EDGARD FRANKLIM DE ALENCAR LIMA, que assumiu a chefia em 3 de março de 1948, conforme Boletim nº 152, sendo exonerado em julho do mesmo ano. O último Chefe do Serviço de Salvamento e Proteção foi o Maj BM VALTER DA COSTA JACARANDÁ, que assumiu em 10 de abril de 1975, conforme fez público o Boletim nº 107. Com a diversificação do serviço, o desenvolvimento do potencial operacional do serviço, tanto em material como pessoal, tornou-se imprescindível a ampliação e maior independência. Dentro desse contexto, o antigo SERVIÇO DE SALVAÇÃO E PROTEÇÃO mudou a sua Sede do Quartel do Comando Geral para o Quartel do extinto 5º Batalhão de Incêndio, na Praça da Bandeira, passando à denominação de GRUPAMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO.

O primeiro comandante de agora GRUPAMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO foi o então Maj BM Valter da Costa Jacarandá, que assumiu o comando em 14 de janeiro de 1978, conforme fez público o Boletim do Comando Geral nº 14. O antigo SERVIÇO DE SALVAÇÃO E PROTEÇÃO, agora GRUPAMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO destacava-se cada vez mais nas operações complexas, exigindo cada vez mais dos seus componentes treinamento, dedicação e eficiência. Em 1984, mais exatamente no dia 17 de setembro, quando era comandado pelo então Te Cel BM Roberto José Kassab Falcão, o GBS mudou-se para uma instalação do Sudebar, cedido em comodato ao Estado, mas sua inauguração oficial deu-se em 18 de abril de 1985, quando ainda comandava a unidade o mesmo Oficial.

Essas instalações estavam situadas na então Av. Alvorada nº 2001, atual Av. Ayrton Senna 2001, endereço que ocupa até hoje.

QUADRO DE NARRATIVAS – CORPO – VIGOR FÍSICO	
QUESTIONÁRIO APLICADO	TRANSCRIÇÃO
Antes de entrar na corporação, qual foi o maior fator motivante e inspirador para vocês escolherem o CBMERJ?	A resposta do grupo focal foi muito heterogênea, pois cada Bombeiro explica suas vivências de forma interessante e única, muito se baseando em motivações do local em que estavam inseridas. Isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “eu já nasci bombeiro, nasci no nosso hospital. Meu pai é reformado pela corporação. Então eu sempre digo isso, nasci com sangue militar. Nasci na corporação. Frequentei por muito tempo quando criança na corporação. Meu pai me levava quando estava de serviço, no final de semana” sendo totalmente diferente em outras falas como na afirmativa: “Não sabia nem o que era bombeiros. Fui ser polícia porque era bom, ver o que, quando eu fazia. “. Um outro ponto a ser levantado está presente nesta afirmativa: “Como desde criança eu sempre escuto histórias de bombeiro, a gente vai gostando automaticamente dessa profissão. Mas o primordial que me fez tomar a decisão de bombeiro foi quando eu servi o exército no campo escola da Marambaia e teve uma vez que teve um fogo em vegetação lá. O quartel de Campo Grande foi apoiar. Quando apagar o fogo, ela já chega próximo ao paiol e no meio do trabalho a gente vai conhecendo a bombeirada e o espírito de corpo da corporação espera a gente lá dentro. Aí, depois que acabamos de debelar o fogo, vem as histórias. Vou fazer concurso então, devido aquele motivo de eu ver os caras trabalhando corretamente e tendo espírito de equipe, acabei gostando e pintou concurso.” Uma questão de escolha se contrapondo com a questão de ter oportunidade, está presente nesta afirmativa: “Na verdade foi oportunidade de emprego “e o mesmo entrevistado continua na sua afirmativa: “O amigo morava lá e queria permutar para o GBS, nem sabia o que era GBS. Caí de paraquedas, a recepção foi meu amigo aqui, falou, seja bem vindo ao Vietnã. Teve nada disso. A equipe aqui, os profissionais daqui, me receberam, excelente. Fui ficando empolgado com a profissão. Aí fiquei vários, vários, vários anos seguidos, comecei a participar de provas profissionais. Legal, eu ia lá pela profissão de bombeiro.”
O que o corpo de Bombeiro já fez em sua história que te fez vibrar e sentir orgulho da corporação?	Durante a resposta da pergunta sobre o que o Corpo de Bombeiro já fez em sua história que te fez vibrar e sentir orgulho da corporação, uma resposta do entrevistado sobre a forma de entrega e comprometimento com a missão da corporação de proteger vidas foi essa afirmativa: “A satisfação nossa é ver o resultado do nosso trabalho. É tudo aquilo que nós fazemos, mas não fazemos por nós, fazendo sempre pelos outros e normalmente fazemos por pessoas que nunca vamos ver, que nunca vai ter oportunidade de a gente saber como é que tá, a qual foi o resultado daquilo ali. Mas uma coisa a gente tem sempre certeza todos eles são gratos por aquilo que nós fazemos. Então, o bom resultado que a gente sempre tem é o retorno. Saber que você fez algo por alguém que você não conhece e nunca fez nada por você e nunca vai fazer, mas você faz com satisfação, né? Mas vamos lá, qual a pergunta que você deixa?”. Uma outra resposta levantou uma personalidade interessante e merece atenção, foi essa

	afirmativa: “Não tinha perspectiva de fazer o curso. Não sabia direito o que era literalmente o CBMERJ. E aí, devido a minha condição financeira, à época, eu vi na atividade de mergulho a possibilidade de ter um dia mais folga” complementa com: “Foi quando eu passei para a parte de mergulho e de lá pra cá muitas histórias aconteceram. Então foi onde tudo começou. Começou com uma minha necessidade e depois se tornou uma coisa, vamos dizer assim, prazerosa a fazer, tendo em vista que são poucos os que fazem esse trabalho do mergulho, 99% do trabalho do mergulhador é busca de cadáver. Então é um trabalho que quase ninguém quer fazer, mas creio que é o que acontece comigo. Provavelmente devido a relatos de outros companheiros, acontece a mesma coisa com ele e a satisfação maior é ver. Olhar no olhar da pessoa, do familiar, do ente querido que se foi. A gente devolveu o corpo e poder proporcionar uma despedida. Uma despedida, vamos dizer assim, é honrosa para aquela pessoa. E a gente conseguir enxergar isso é muito prazeroso. Eu costumo falar o seguinte, é o que acontece aqui dentro é uma coisa. Mas o que a gente vivencia lá fora é outra totalmente diferente. É o prazer, a satisfação, a gratidão que as pessoas demonstram pelo nosso serviço. E muitas vezes aqui dentro mesmo, nós não somos reconhecidos de tal forma, somos números, vamos dizer assim. Infelizmente, a corporação nos trata dessa forma, nos trata como números. Mas lá fora não. Então é essa vivência, né? Ela significa muito pra mim, significa muita coisa. Então isso eu acho que é o mais prazeroso da função de bombeiro é a gratidão da população. Quando você vai lá, se empenha e faz o atendimento. Mesmo que às vezes você não consiga trazer aquele alento no momento. Mesmo assim, ele tem lá seu esforço, seu trabalho, mesmo você não, muitas vezes na minha condição de mergulhador, não entregando aquilo que eles esperam, que é o corpo do ente querido, mas mesmo assim eles demonstram uma verdadeira gratidão pra gente. Isso aí eu acho que é o maior salário que a gente recebe”. Uma outra resposta ficou em destaque: “Tivemos momentos de altos e momentos de baixa, em momentos difíceis e em momentos fáceis. Mas isso aí faz parte da nossa vida, né? A gente trabalha lá fora, no civil e vê que lá também tem a mesma coisa, o mesmo problema, né? Não são como o colega falou, muitos profissionais não são reconhecidos. Mas o principal que nós temos que saber que a vítima reconheceu aquilo porque nós amamos a vítima e ela sabe disso, entendeu? Então acho que o mais importante disso é isso. E infelizmente, às vezes a gente fica tanto tempo aqui que até a família mesmo acha que você estava mais lá do que cá. Mas a gente está se dando, né? Nós estamos nos doando pra que a vida possa ser melhor para alguém e indiretamente para a gente, né? E o nosso resultado é esse sempre. Poxa, como você vê, é como o colega falou, a gente se especializou. Eu, por exemplo, eu tenho curso de altura, tem um curso de montanha, sou socorrista. Por que eu achei que eu precisava trabalhar melhor pra ajudar alguém? Pra eu poder ajudar alguém, eu tenho que saber me ajudar, pra ter condições de ajudar quem está lá do outro lado precisando. Se eu vou tirar um afogado do meu lugar, eu tenho que estar preparado para aquilo, pra eu tirar a mim, e vou me jogar, senão eu vou virar vítima. Então, o que você faz quando você faz isso? Você não está pensando em si, você está pensando naquele que você vai ajudar. Porque não adianta você, no desespero, tentar tirar o sujeito e afundar junto com ele. Você tem que estar preparado para aquilo. Então, o que a gente faz? Como a gente paga para sofrer, né? A gente paga pra sofrer. O sujeito vem aqui fazer o curso do quartel, sofre igual a um condenado, vai fazer um curso de mergulho,
--	--

	sofre, sofre só e no final ele tem um resultado. O cara fala caramba, o cara tá vibrando, como eu escutei aqui quando teve a formatura do COSD, uma médica falou caramba, eles estão vibrando e foram humilhado o tempo todo, mas a gente é humilhado para poder beneficiar alguém mais tarde. E a gente está ali ralando, sofrendo, pagando, porque né [Exaltado] Hoje o cara paga crossfit lá fora, caro pra caramba, aqui a gente faz de graça, entendeu? Pra poder ajudar quem? A gente é forjado na brasa pra que possamos fazer um bom serviço lá fora. Isso traz uma satisfação, né? É tudo que temos hoje, é a que é nosso, o que nós somos hoje.”
Quais foram os acontecimentos que mais te marcaram na história do CBMERJ?	A pergunta a respeito dos acontecimentos que mais marcaram na história do CBMERJ, também teve respostas distintas, o que traduz em suas respostas, um militar respondeu a respeito do evento de 2011 onde o mesmo foi preso, declarando a seguinte afirmativa: “A verdade foi essa que quando ao chegar defronte ao quartel central, existia o comandante do choque com as quatro policiais. Não vai segurar uma tropa, não vai segurar a gente, só queremos entrar no nosso quartel para conversar com o nosso Comandante-Geral que queria receber a gente” que gerou alguns resultados importantes para corporação que segundo o mesmo, seguindo a afirmativa: “Ganho melhor salário, ganhou material de EPI para corporação. Eu acho que foi um despertar, né? O escalão superior enxergar que realmente a gente estava trabalhando de forma bem precária e era necessário haver uma reformulação dentro da corporação. Então foi um momento que marcou bastante. Então eu digo que eu fiz história dentro do corpo de bombeiros”. Outra resposta foi a respeito do evento no Haiti, nesta afirmativa: “Momento que marcou muito foi a missão do Haiti. Eu era cabo na época, foi 2010. Eu não estava sabendo do terremoto de madrugada e no outro eu trabalhava lá o dia todo” Continua a afirmativa: “De madrugada já saiu daqui pro aeroporto e foi aí da madrugada seguinte, ele já estava desembarcando. Nós ficamos lá por 15 dias fazendo resgate de geral, mas nossa missão propriamente dita lá era resgatar 27 militares do EB que tinha morrido no desabamento. Aí quando acabou essa missão de apoio dos 27, praticamente acabou o que aconteceu. Mas foi assim marcante para mim” uma resposta que emocionou a todos do grupo focal foi a afirmativa: “Estávamos cortando uma árvore na Rio-Bahia, e fomos chamados para uma colisão de veículo. Quando a gente, recebeu o chamado fomos imediatamente, depois voltaríamos a cortar. Quando cheguei no local, o cara veio comentar como ele fez, ele desceu assim, atravessou a baía pois veio um caminhão. Chegamos lá e ele de bobeira, comentando essas coisas. Chegamos olhando, tiramos a senhora que estava com a cara toda amassada, de repente eu olhei do lado e senti uma bonequinha. Uma bonequinha assim do lado [TODOS CHORAM] A gente começa a ficar velho, caduco. E aí a bonequinha caída, bonita, sabe? Peguei a bonequinha era um bebê. Aqui sim, arrasou! Só ficou aquele rostinho bonito. Eu senti. Você tem filho, né? Eu Tinha um, recém-nascido, Meu filho acabara de vir ao mundo. Aí vem aquela criança. Achei aquela boneca. Eu tinha certeza que tem uma bonequinha ali. Aí eu fui lá pegar a boneca. Quando eu pego, era um bebê. Quando a criança estava no colo, não estava do lado da mãe. Quando o cara bateu, jogou e a criança saiu, mas só que ela se rasgou. Aí fui saber o que era um escalpo. Escalpo, né? A cara fica firme, você mete a mão, que assim você abraça o crânio. Eu nunca esqueci isso. Entendeu? Faz parte da vida, né?” Um outro militar contou a respeito de dois eventos menores, nesta afirmativa: “Na verdade, foram dois eventos que me marcou muito. Foi um evento que a

	gente foi pra um incêndio em uma residência e chegando lá que aconteceu. A mãe saiu pra trabalhar, deixou uma criança de seis anos tomando conta de uma de quatro anos e de um neném de seis meses. Aí a de seis anos começou a acender uma vela, já que dá muito mosquito, pegou uma panela com pano, botou fumaça, botou embaixo do berço do neném pra espantar os mosquitos. Aí é fogo na vela pegou no pano, esfumaçando a criança ficou com medo, o colchão do berço da criança lambeu. Quando ligaram para a gente, disseram da criança morta. Aí quando a gente chegou, a gente debelou o fogo, e a garotinha de seis anos do lado de fora. O que ela fez na hora que viu o fogo, ela foi chamar ajuda? Aí a gente entrou na casa e conseguiu salvar o garotinho de quatro anos ainda. E ele veio com 60% do corpo queimado. O irmãozinho dele colado, junto do outro neném, que infelizmente veio a óbito, quando chegou, não estava com o outro, já estava tudo queimado. Melhor, diz. E a situação não é uma rixa envolvendo crianças e sim uma jornada de trabalho muito triste. E outro evento foi. O evento do incêndio no ninho do urubu a gente chegou no local e se deparou com a situação. Inclusive assim quem visualizou o corpo, foi até eu. E é realmente uma coisa muito triste. o mais velho tinha 16 anos. Então, quando eu vi aquela situação, a cena do esqueleto humano. Já virando cinza. O maxilar já não existia, as extremidades já não existiam e realmente você vê uma situação daquela. A gente foi achando um atrás do outro. Foram dez, dez garotos. Numa situação que realmente marcou muito.”
Quais histórias vocês gostariam de ver sendo retratadas no Museu do CBMERJ?	Sobre as histórias que gostaria de ser vista no CBMERJ foi respondido pelos entrevistados de forma unânime que fatos relacionados a pessoalidade. Isto fica exemplificado quando o bombeiro fala a seguinte afirmativa: “Eu sei que tudo que você traz pra agradecer acaba, que infelizmente nunca vai abraçar todo mundo que merece, mas eu acho que falta isso, um pouco de pessoalidade. Cara, chegar lá. o cara entra no museu e clica no totem aqui pra ver a história desse cara? “. Nesta afirmativa: “Ter o curso de mergulho, já tinha o bombeiro que fazia junto com os civis que iam lá e mergulhavam. Então o que acontece hoje? Eu vejo muito isso. O cidadão faz um curso hoje que ele acha que ele é melhor do que o cara que estava no passado.” Sempre valorizando a história e sua importância, por mais que não esteja ali no museu o sentimento de pertencimento, como nessa afirmativa: “Você só tem um bom futuro, quando você conhece bem o teu passado. Você conhece a tua história? Porque todos nós aqui pertencemos a corporação. Todos nós fazemos a nossa história, uma de forma ativa, outro de forma positiva. Um se destacando mais ou menos do que outro. Mas todos nós somos peça de museu”. Prossegue ainda na afirmativa: “Mas o sujeito tem que se sentir um militar como você falou ali, o militar, ele tem que sentir”
Qual importância da história da corporação no seu dia a dia profissional?	Sobre a pergunta a respeito da importância da história da corporação no seu dia a dia profissional as respostas se baseiam no aprendizado cotidiano e no feedback que recebem pelos atendidos, como no trecho: “O que faz com que a gente tenha força para continuar com a história da corporação é trabalhar em prol dos outros. é o motivo”.
Quais são os elementos do Museu	Nessa pergunta duas afirmativas se destacam, uma em que o entrevistado visitou o museu e no local possuía uma viatura que ele usou em socorro durante a sua carreira, nessa afirmativa: “O carro significou muito para mim e ajudou

CBMERJ que você considera mais relevante?	muito também”. Um outro trecho descreve elementos de outros países que o chamaram atenção e ganhou relevância maior que as da própria história da corporação, na seguinte afirmativa: “Ver mais material de outros de outros países do que a nossa própria história”.
Quais são os aspectos relevantes da história do CBMERJ para sua identificação com a corporação?	Ambos citaram casos em que o bombeiro se aperfeiçoou muito após anos de treinamento e da melhora em questão material e pessoal, o que mostra que a corporação vem evoluindo de forma constante segundo sua história como essa afirmativa: “Então tem gente que identifica, gente que estuda, que a gente vê que apesar do sacrifício, das dificuldades e das perdas e bem, valeu a pena. Porque é graça tudo isso que aconteceu lá no passado, que nós não vemos mais hoje no Rio de Janeiro existir maiores incêndios, como acontece com em outros estados”.
Tem alguma coisa que vocês queriam registrar?	Na pergunta de encerramento fica claro que todos querem mostrar as próximas gerações seus feitos, quer representar seu quartel ou representar alguma pessoa importante como na afirmativa: “Representando holograficamente dentro do museu”. Ser representado no museu é um sentimento que o manteria vivo, a visualização pode trazer isso, começar a pesquisa em casa e depois representar no museu, como na afirmativa: “Aí se você não agora quer ir lá ver como é que é real, vamos lá, marca um dia lá porque a visita vai começar antes do sujeito chegar lá”.

APÊNDICE 5

Relatório da entrevista na Biblioteca Nacional

Participantes: Diretora Suely Dias junto com mais 03 funcionários da Biblioteca Nacional, Orientador e membros do grupo.

Data da Visitação: 12/12/2022.

Local da Entrevista: Biblioteca Nacional.

Duração: 02h32

História: Fundada pelo decreto de 27 de julho de 1810, o acervo foi acomodado nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março. Em 29 de outubro, data oficial da fundação da Real Biblioteca, um novo decreto determinava que “nas catacumbas do Hospital do Carmo se erija e acomode a Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se à custa da Fazenda Real toda a despesa conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento”.

Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina.

O núcleo original de seu poderoso acervo, calculado hoje em cerca de dez milhões de itens, é a antiga livraria de D. José organizada sob a inspiração de Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo Adrião de Sever, para substituir a Livraria Real, cuja origem remontava às coleções de livros de D. João I e de seu filho D. Duarte, e que foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa de 1º de novembro de 1755.

O grupo realizou uma visita técnica na Biblioteca nacional, conforme figura 08, com o objetivo de entrevistar os responsáveis pela administração da mesma e obter conhecimentos relacionados a logística de organização, manutenção e guarda de documentos antigos. Toda essa logística abrange o tema principal do grupo que é a virtualização do museu do CBMERJ, prática já realizada nos principais acervos do mundo.

Com o objetivo de entender melhor todo o caminho para a realização desse trabalho, o grupo perguntou à diretoria da biblioteca qual era o ponto de vista deles sobre o tema e de que maneira poderíamos atingir nosso objetivo. Descreve “...é um monumento que vocês querem resgatar. Dentro desse contexto abrem-se algumas chaves: 1 – Histórico 2 – Personalidades representativas (Maestros, comandantes, biografia de cada dirigente, uma galeria de notáveis). 3 – Acervo; 3.1 – Acervo museológico. 3.2 – Acervo bibliográfico. 3.3 – Acervo arquivístico.”

Sobre termo de sigilo, respondeu que isso precisa ser tratado em uma categoria específica. Não deixa de ser um documento, ele tem uma ementa, deve ser identificado e o acesso a ele deve ser condicionado.

Sobre as Medidas ou iniciativas para condução de todo esse processo, segundo a, então Diretora, começa com: Identificação do acervo: Contratação de profissionais da informação (deixaria isso bem em aberto, vocês podem indicar). Não é só um bibliotecário, um arquivista e um museólogo. Com certeza precisarão de outros profissionais também para tratar esse material como conservadores por exemplo, restauradores.

A Diretora lembrou que o profissional da preservação é o que vai orientar quanto ao ambiente ideal para a guarda desse material e que a guarda patrimonial é responsabilidade da instituição.

Com respeito a materiais bibliográficos, por exemplo, fotografias e alguma documentação visual dessas memórias e desses eventos audiovisuais, o grupo salientou que busca na Rede Globo, publicações em sites e reportagens, e que a ideia central seria propor o cenário ideal para realização do projeto, pensando em algumas estratégias de ampliação e captação. O exemplo citado fora o evento de Petrópolis que ocorreu em 2022, onde ocorreram várias situações emblemáticas das equipes de socorro que poderiam ser captadas para uma futura apresentação em ambiente virtual, exposições temporárias entre outros meios.

Os entrevistados da Biblioteca observaram que seria interessante abordar alguns aspectos, como cronologia do acervo, capacitação dos militares, referências bibliográficas, ou seja, uma bibliografia básica que precisa ser atualizada, uma estante para consulta, quando o grupo comentou dos Manuais foi ressaltando para usar um modelo mais atualizado seguindo a Agenda 2030.

A diretora salientou que ter uma biblioteca atualizada para saber, por exemplo, como a corporação do México atua, como os bombeiros da Espanha trabalham, é uma iniciativa que o grupo poderia propor, que é uma atualização dos bancos de dados do CBMERJ, nisso o grupo comenta que o CBMERJ se baseia nas diretrizes ONU de gestão de risco e desastre. A diretora afirma: “Você falou a palavra-chave, hoje em dia tudo se baseia em cima de gestão de risco, até mesmo nossa vida pessoal”.

O grupo lembra que inclusive gestão de risco do nosso acervo, e que é um termo muito forte segundo a diretora. Ela diz ainda: “...Hoje em dia existem manuais para tratar de gestão de risco de acervos patrimoniais, inclusive vocês se encaixam muito bem nos ODS da agenda 20/30 pois a atividade de vocês está relacionada quase tudo, como alguém que caiu no bueiro, um incêndio, resgate de animais, enchentes, vacinação...vocês se tornam, também, agentes desses objetivos, tem que vestir a camisa 20/30”

A diretora lembra que para cumprir todos os requisitos para esse tipo de virtualização demanda-se um tempo grande e que o grupo não teriam tempo até maio de 2023 e que própria ideia da virtualização demandaria essa criação de uma biblioteca., diz ainda: “eu acho que você diz ainda se poderiam mostrar um site, fazer um roteiro para esse site, onde vocês teriam um breve histórico, pontuar algumas questões relevantes que estivessem disponíveis em primeira mão, nessa documentação vasta que vocês têm...a ideia é chamar atenção para esse assunto e a partir daí surge o interesse em ideias mais amplas, vocês poderiam fazer, como um produto desse TCC, um verbete na *weekpedia* falando do museu, da história do museu, com todos os documentos que vocês tiverem...como um projeto mesmo., a partir do tratamento desses documentos poderá ser criado um acervo com a história contada em seus detalhes de como uma maior proximidade da realidade, vocês poderiam criar um repositório institucional. Vocês precisam de um lugar com um bom espaço de armazenamento para guardar todas essas informações., para uma correta digitalização precisamos analisar as tipologias do acervo a ser digitalizado...”

A diretora lembra que o investimento em um laboratório para as três tipologias, 3D, bibliográfico e o arquivística é caríssimo. Além disso tem a manutenção, o treinamento, a operação, que seria necessária a contratação de uma empresa para a realização desse trabalho, além da questão do tempo necessário para formar um militar e o tempo que esse militar levará para realizar essas atividades específicas, teria que ser um programa de preservação da memória institucional.

O mais importante segundo a diretora, seria mostrar as vantagens desse projeto e apresentar as dificuldades que serão encontradas, visto que o grupo já apresentou o projeto e que não podem modificar muito o que já foi apresentado, e o importante era pensar como essas entrevistas podem resultar nesse projeto, como o resultado dessas pesquisas serão transcritos, como irão formalizar essas pesquisas e o resultado.

O grupo respondeu que dimensionar os assuntos que aparecem com maior importância, e ela lembra que a partir do resultado do desconhecimento dessas informações é que o grupo iria produzir esse trabalho, o grupo comenta que o bombeiro tem um sentimento de orgulho da corporação enorme, mas desconhece a própria história, existindo uma necessidade de mostrar a corporação para o próprio bombeiro e para fora do bombeiro, havendo uma necessidade de disponibilizar essas informações para pessoas que queiram estudar com profundidade a nossa história.

Para finalizar a diretora salienta que é pelo roteiro da visita guiada que o grupo teria uma matriz referencial, ela afirma: “A visitação 3D é fácil de ser feita, vocês podem criar algumas *Tags* nos assuntos de interesse, a partir dessa criação de um ambiente de visitação você já começa a dimensionar o que tem e resgatar valores...vocês podem ter isso de graça, inclusive, se vocês quiserem, tá? Vocês

poderiam abrir uma chave na pesquisa para um registro oral, a história oral, muitas vezes na falta da documentação é fundamental para resgatar essas informações”. O grupo comenta que já possuímos a ideia através da criação de uma rede de memórias.

A reunião foi encerrada com uma visita as salas de microfilmagem de documentos e ao coração das informações, o setor de backup de todos os dados processados pela FBN.

APÊNDICE 6

Relatório da entrevista no Forte de Copacabana

Participantes: Cel R1 Castro Alves da Divisão MUS MHEX/FC, museólogo do Forte de Copacabana Rafael Fraga e participantes do Grupo.

Data da Visitação: 13/01/2023

Local da Entrevista: Forte de Copacabana

Duração: 02h15

História: Na época do Brasil – Colônia, vários fortes foram construídos a partir do século XVI contra a ameaça de invasores ao nosso território. Para proteger a Baía da Guanabara, foi idealizado um “Sistema Defensivo da Cidade do Rio de Janeiro”, com fortificações de artilharia.

No início do século XX, buscando diminuir a vulnerabilidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, o Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, sugeriu ao Presidente Afonso Pena a construção de uma nova fortificação, no mesmo local escolhido pelos portugueses desde a época de D. João VI.

Em 16 de novembro de 1907, o Major Luís Eugênio Franco Filho foi designado para dirigir a construção desta moderna fortificação, cujo projeto inicial foi do Major Tasso Fragoso. Em 5 de janeiro de 1908, ocorreu o lançamento da pedra fundamental, com a presença do Presidente da República, Afonso Pena, e do Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca.

O Forte de Copacabana foi construído no promontório da igreja de Nossa Senhora de Copacabana ou Sacopenapan, como chamavam os indígenas, pois era uma região cujos rochedos avançavam contra o mar na direção da entrada da Baía de Guanabara, oferecendo excelente área para posicionar peças de artilharia.

A fortificação foi inaugurada às quatorze horas do dia 28 de setembro de 1914, pelo então Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, sendo a mais poderosa praça de guerra da América Latina.

A construção do pórtico de entrada foi concluída em 1920. Originalmente, possuía alojamento para a guarda, banheiros e pequena reserva para munição e armamento. Há uma inscrição em latim na retaguarda do Pórtico “Si Vis Pacem para Bellum” que significa “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”, escrita pelo autor Publius Flavius, em 390 d.C.

Em 1987, o velho aquartelamento e sua Fortificação trocaram de armas, seus canhões tornaram-se silenciosos e ele passou a sediar o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, com a dignificante missão de preservar e difundir a história da Instituição, além de divulgar aos Brasileiros e

aos visitantes de outras nações tudo o que a Força Terrestre fez e faz pelo Brasil e nas missões de além-mar em prol da democracia e da paz mundial.

A transformação de uma Unidade Operacional para um museu exigiu, por parte dos militares e civis que trabalhavam no Museu Histórico do Exército, um grande esforço para executar a difícil obra na sua estrutura arquitetônica, tanto para recuperar o velho Forte como também para adequar os espaços para uma nova realidade.

Hoje, o Museu Histórico do Exército enfrenta o desafio de dinamizar suas atrações para proporcionar ao visitante, além do resgate das tradições históricas, uma opção de lazer cultural que se renova a cada momento.

O grupo realizou uma visita técnica no Forte de Copacabana onde foi recebido pelo Museólogo Rafael Fraga e o CEL R1 Castro Alves, conforme figura 09, com o objetivo de conhecer a logística da organização, manutenção e guarda de documentos antigos. Toda essa visita abrange o tema principal do grupo que é a virtualização do museu do CBMERJ, prática já realizada nos principais acervos do mundo.

Com a finalidade de entender melhor todo o caminho para a realização desse trabalho, o grupo perguntou ao Museólogo se eles possuíam uma versão virtual do museu. Descreve que não possui ainda, mas trabalha a parte digital no *Instagram* e antigamente no *facebook* porém não possui mais essa página. Complementa que a única questão virtual é do *google view* que fez as filmagens e fotos dentro do museu. Que o público até caminha pelos salões e visualiza as imagens internas, mas não há uma interação com as peças do museu, não tem esse acesso as informações do que está naquela imagem e que não é um museu virtual interativo.

O Sr. Rafael informou ainda que de virtual atualmente possui o site do forte de Copacabana com seu histórico, com algumas imagens dos próprios salões e das fortificações. Lembrou também que nas vitrines tem um *QR Code* com a mesma fala pronunciada durante a visita guiada, que foi gravada por um antigo militar que não está mais no forte.

Sobre o acervo documental, foi perguntado se o forte possui alguma forma virtual, foi respondido que não, e comenta ainda que é até interessante esse assunto pois o forte é responsável pela salvaguarda de 14 a 15 mil objetos na reserva técnica, concomitante com a parte de informação e do acondicionamento desse acervo, ainda pronunciou que tem também um laboratório para restauração e conservação do material, tanto ali, quanto no museu Conde de Linhares onde possui apenas a reserva técnica. Obviamente, continua Sr. Rafael, o trabalho ainda retém uma série de necessidades para melhorar, mas segue um projeto que é bem interessante que é o projeto Tainacan.

Sobre o projeto Tainacan, o museólogo diz “É um projeto de âmbito nacional, criado pela UNB (Universidade de Brasília) com o apoio da federal de Goiás e eles já estão em vários museus implementando esse programa de catalogação. E aí já tem uma ficha de inventário já padronizada para todos os museus. Cada museu interessado tem a possibilidade de tornar essa ficha mais específica para seu acervo porque cada museu tem uma especificidade de acervo. Então nós também já estamos implementando o Tainacan. E no Tainacan, além de colocar todas as informações do acervo, a descrição histórica, tamanho, tudo isso, você coloca imagens também do acervo e isso futuramente é aberto ao público. Então o público que quer conhecer o nosso acervo terá esse acesso quando o projeto estiver finalizado, não só os de exposição quanto os da reserva técnica.”

Neste momento o grupo se lembrou que quando começou a pesquisar sobre esse tema, havia muitas literaturas sobre banco de dados, rede de memórias e sobre memória oral, onde fora achado um conteúdo do tipo Wikipédia com materiais já catalogados, e se já pensam em fazer algo nesse quesito, algum tipo de trabalho oral. Respondeu que possui até essa parte de história oral, mas é uma coisa mais ampla. Diz ainda: “temos historiadores que já fizeram trabalho aqui com a história do Forte de Copacabana, mas também a história da fortaleza. Então nossa história oral está mais nesse âmbito.”

O grupo afirmou: “Cada bombeiro tem uma história específica, esse sentimento de identidade e pertencimento é pessoal. Então, queremos entender todo esse público para gerar esse banco de dados e conseguir trabalhar essa questão, essa é a ideia”. Rafael responde: “Pelo meu entendimento, vocês deveriam ter um setor específico de pesquisas. Acredito que os senhores já estão até fazendo isso por conta própria. Isso seria com o objetivo de gravar essa história oral. Eu aconselho que isso seja feito dessa forma como estamos fazendo aqui, gravando, entendeu, fazendo vídeo, buscando esse registro de história oral desses militares para fazer um banco de dados e trazer isso para o museu e deixar aberto a pesquisa também. Cada BM tem uma história para contar, de identidade, de memória do corpo de bombeiros e isso é muito interessante porque por exemplo: eu não conheço o museu histórico do corpo de bombeiros, mas eu acho que todo Brasileiro, todo ser humano do planeta visualiza o corpo de bombeiros como verdadeiros heróis, todos visualizam aquela farda, as viaturas de socorro, toda essa simbologia marcante. Então eu vejo essa identificação de heroísmo, até porque os senhores são os heróis do dia a dia não é mesmo?! Os senhores têm uma gama de atividades de salvar vidas, de ajuda a comunidades, enfim, que são vistos como heróis. Até mesmo aqui no Exército, na Marinha e Aeronáutica. E isso tem que ser trabalhado por vocês no museu para que o público tenha acesso a essas valiosas histórias. Para o visitante externo e para o próprio militar da corporação. O militar tem que conhecer a história da própria instituição, desde a sua criação até os dias atuais, o porquê de ele estar ali,

o porquê de ele ter entrado para a corporação, qual o objetivo, tem algum parente, um pai, um avo que já foi bombeiro. E isso tem que ser passado para a corporação, entendeu”

Foi perguntado ao Rafael se ali possui guias capacitados que falam outras línguas, o mesmo respondeu que sim, que já possuem e estavam vendo novos cursos de capacitação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para capacitar nossos soldados, mas que no próprio recrutamento já faziam uma seleção de quem já possui curso de inglês, francês, etc. e que inclusive esse ano já tem militares de diversos quadros já capacitados com os cursos de inglês, francês, espanhol, incluindo um com Alemão. Observando esse fato então, já seleciona os mesmo para serem os futuros guias.

O grupo pergunta, então, sobre Libras, ele responde que seria muito interessante, não só a parte do curso de língua estrangeira, mas também essa parte voltada para as pessoas com deficiência visual, como braile.

O Sr. Rafael foi perguntado se os *QR code* também possuem as falas em outras línguas, respondeu que sim, que eram colocados no *youtube*, que são vídeos curtos e nesse link tem o militar falando de cada vitrine, cabe uma observação neste momento o grupo percebeu que a legenda a qual o museólogo se refere é a do próprio *youtube*.

O grupo pergunta como são as estatísticas e se 4000 visitantes diários são pessoas que efetivamente entram no museu, e se eram computados por algum sistema respondeu que sim, é computado pela bilheteria. Rafael afirma: “Nós temos essa parte de visitas turísticas, nós temos comitivas militares, as vezes recebemos militares de outros países, de outras OM’s aqui do rio de janeiro, do Brasil, então é direcionado um guia para realizar esse acompanhamento. E temos também o público daqui mesmo do entorno, pessoas que moram aqui perto e que vem para tomar um café, um chá, aqui na Colombo, que fazem do forte de Copacabana a sua casa, o seu quintal. Mas esse é o público geral da entrada no forte...no museu também fazemos essa contagem, mas apenas para as comitivas militares que vem fazer a visita. No entanto o guia está disponível para todos os que desejarem realizar a visita, tanto militares quanto o público em geral”.

O grupo comenta que o Corpo de Bombeiros possui muitos documentos, como por exemplo boletins antigos, que poderiam ser digitalizados para que fosse possível essa consulta pelo público interno, e pergunta ao Rafael como é realizado esse trabalho no forte, responde: “Aqui nós temos, por exemplo as cartilhas de Rondon que são solicitadas por pesquisadores. Tem pessoas que vem buscar informações em boletins internos que já tiveram algum parente que já serviu aqui. Até a parte histórica de algum trabalho acadêmico que as pessoas vêm buscar essas informações mais específicas. Então

eles entram em contato conosco e nosso comandante leva ao estado maior para os tramites normais de autorização”.

O grupo pergunta então sobre os boletins desde os primórdios do exército, como estão guardados, respondeu que não sabia informar e que era diretamente com o Exército.

Foi perguntado sobre os valores das visitas realizadas, tanto presencialmente, quanto pelo site, e se os valores iriam diretamente para o Forte de Copacabana, o Sr. Rafael respondeu: "Temos uma bilheteria comum do forte. É cobrada uma entrada simbólica no forte no valor de R\$ 6,00, no entanto essa verba não é repassada ao museu diretamente, ela vai para o Ministério da Defesa e de lá isso é redistribuído de acordo com as necessidades da força. Para que isso fosse possível nós teríamos que ter uma associação de amigos do museu para gerenciar esse recurso. Estamos até mesmo analisando essa possibilidade de um fundo cultural, ou uma fundação cultural que possa receber e gerir esse recurso em prol do museu. Seria interessante que esse recurso voltasse para o museu diretamente. Nos ajudaria bastante”

Nesse momento da pesquisa técnica, chegou o Cel R1 Castro Alves e ele perguntou quais seriam as demandas do grupo. O grupo respondeu que nossa demanda era a respeito da virtualização do museu do CBMERJ, do acervo existente e como poderia proporcionar um sentimento de identidade e pertencimento no militar da corporação. O Coronel então responde: “Se você fizer uma virtualização escalafobética, fantástica, você acaba tirando a razão do público visitar o museu pessoalmente. É bom que haja esse equilíbrio. Pode surgir o questionamento na cabeça do visitante do porquê de ele estar indo pessoalmente visitar as obras se o mesmo museu possui uma versão virtual excepcional. Talvez valesse a pena vocês visitarem o Senai Firjan em Benfica. Eles têm umas soluções lá de realidade virtual, realidade aumentada. desenvolvem a solução, montam cenários. Por exemplo, vocês querem montar um cenário de ambiente confinado para treinamento, eles fazem. A título de exemplo, eles criaram para a Petrobras um cenário completo de treinamento offshore. Tem outras soluções também, como a parte de espelho virtual onde você se identifica no espelho e ele te dá várias opções de uniformes para se vestir e guardar depois aquela imagem, enfim, bem legal. Soluções em 3D”.

Continua ainda o Coronel: “As licitações aqui para coisas comuns são fáceis, mas quando precisamos sair da caixinha e demandar coisas que eles não estão acostumados a fazer aí temos um pouco mais de dificuldade. Nós temos aqui uma ideia de reforma e modernização que contempla essas experiencias, mas não demanda necessariamente essas experiencias para o site. A título de exemplo, o museu dos marines dos EUA é fantástico. Eles são muito fortes em manequins que demonstram ação. São manequins fiéis a realidade, todos feitos em impressoras 3D. as vezes algumas indumentárias são originais. Todos os manequins são de resina, então não se degrada. Uma ferramenta interessante é o

Tainacan. O projeto piloto é conosco aqui. Filmagem 3D do interior do museu, 360 graus, clicar nos objetos e ter uma descrição do que está exposto. No caso da criação dos cenários, basta a corporação possuir o equipamento que o *software* vai se atualizando, os cenários podem ser trocados, enfim...”.

O grupo pergunta então sobre como fazer para induzir o público do próprio quartel a visitar o museu, quais seriam os atrativos que o Bombeiros Militares teriam para ser cativado a entrar no museu ao invés de fazer outras coisas ali nos arredores do quartel, O Coronel faz duas Observações sobre o assunto anterior : “ O site serviria mais como um chamariz, uma propaganda bem-feita convidando o visitante a ir pessoalmente ao museu e ter acesso a todos os atrativos que ele disponibilizar com sua virtualização.” A segunda observação: “Essa criação de cenários simulados pode servir para futuros treinamentos dos próprios militares da corporação”.

Sobre o assunto perguntado: “Eu tenho a possibilidade de disponibilizar para vocês as fotografias do museu dos marines. Pagar um escultor para fazer os cenários e esculturas pode ser um tiro no pé porque o resultado pode não ser fiel a realidade. A impressão 3D já possibilita essa criação sendo fidedigna 100% a realidade. Essa tecnologia já existe aqui. Nós até temos uma licitação para uma maquete. Surgiu a necessidade nossa de fazer um busto. A empresa virá e fará uma imagem em 3D do busto e posteriormente uma impressão da peça. Sairá muito mais barato e fiel a realidade do que se contratássemos um escultor. Enfim, o futuro é isso. Tecnologia, impressão 3D. O que a gente espera que o visitante sinta ao visitar o museu, ao sair de lá? Valorização dos serviços de apoio, tipo o homem do rancho, o soldado que fez a faxina, o motorista, o comunicante, o mecânico do CSM....quem faz a corporação funcionar de verdade.”

Ainda sobre o assunto complementa “Os guias dos museus dos marines são ex-combatentes, veteranos que estiveram na guerra do Vietnã, Coreia, enfim. A ideia dos museus não é contar a história toda com todos os pontos, para isso temos os livros. A ideia é mostrar os episódios de forma atrativa para que o público se interesse em visitar o museu. Até porque tem visitante que não tem conhecimento nenhum e as vezes muita coisa não fará sentido para esse público. O interessante é capturar as emoções, o medo, a coragem, o orgulho, enfim. Coisas que atraem o imaginário popular. Valorização do heroísmo. Cenários dinâmicos que fidelizam as operações. Simulação de combate, muitos sons. Telas interativas são bem legais também. Valorização dos feitos dos Bombeiros Militares, das ações das operações de salvamento. Valorizar os fatos e contá-los como forma de atrativo para a história. Como por exemplo a nossa revolta da armada que tem a história do canhão vovô.”

O grupo questiona sobre o que fazer para entender o visitante que vai ao museu, se eles buscavam entender qual é o público que visita suas instalações, salienta que existe uma necessidade entender estas pessoas para saber o que se deve oferecer e essa visita ser uma experiência ímpar. O

Coronel responde “Existe a ideia de se criar um museu nacional do exército. Estamos vendo a possibilidade de alguns lugares para isso ser realizado. Vocês podem embarcar nessa ideia também, até porque o museu não é só um espaço morto. Ele funciona com uma instituição funcional, que tem seu próprio laboratório, curadoria, depósito de peças e arquivos antigos. Seria o próprio quartel do museu, entende? Uma ideia boa também é a colocação de totens no museu com interatividade, *QR code*. Hoje em dia existe até holograma...essas tecnologias estão cada vez mais acessíveis.”

O grupo faz uma observação sobre a Valorização da influência da história da própria corporação com a história do rio de janeiro e a população fluminense. A importância da instituição para o povo fluminense.

O Coronel Continua “Valorização das pessoas, da mão de obra, do militar que desempenha as funções que fazem a instituição funcionar de verdade. Utilizar um espaço apropriado para um museu com controle de umidade, temperatura, isolamento do ambiente externo. Um ambiente imersivo. Sensores com alarmes. Lâmpadas focais. Tudo estudado para proporcionar uma experiência imersiva para o público.

Todo ano a prefeitura lança um edital de isenção de INSS, todo ano tem lei rouannet. Ministério da Justiça. São editais que você participa e o órgão tem uma comissão cultural que pode ser de várias áreas. esse pessoal passa as necessidades que precisam para o projeto e isso vai para frente...quem ganhar recebe um código que é uma chancela que se alguém te patrocinar até um determinado valor terá isenção de INSS na empresa.

Explorar a utilização de produtores culturais e firmar parcerias. Utilização do espaço do CBMERJ para criação de material de valorização da corporação com a própria cidade do rio de janeiro.”

O grupo faz uma observação “Fechar parceria com grandes empresas. É um excelente atrativo para a empresa ter isenção de INSS. O patrocinador recebe dinheiro para financiar esses projetos”

O Coronel finaliza “O ministério da justiça tem o fundo de direitos difusos. O próprio BNDES também abre edital para isso. A Vale também. O que realmente causa impacto é o quanto de público que será atingido “

Encerrando a entrevista lembrando que as exposições temporárias tornam o espaço vivo.

ISBN 978-655376493-4

